

# **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

ACTA N.º 3/2017

No dia vinte e oito de Abril do ano dois mil e dezassete, pelas 15,00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Soure, convocada nos termos Regimentais, para a sua **SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA**, com a seguinte Proposta de Ordem de Trabalhos:

## **Período de Antes da Ordem do Dia**

Ponto 1. Leitura de Expediente/Informações

## **Período da Ordem do Dia**

Ponto 1. Apreciação de uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, sobre a Actividade Municipal

Ponto 2. Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais / 2016

Ponto 3. Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas / 2016

Ponto 4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2017  
. Apreciação de Propostas de Revisão - 2.<sup>a</sup>/2.<sup>a</sup> -

Ponto 5. INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS

- Auditoria ao Município de Soure - Comunicação de Homologação de Relatório de Auditoria n.º 2172/2015

Ponto 6. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro*

## **Período de Intervenção do Público**

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure,  
realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do  
Município, em 28 de Abril de 2017**

A Folha de Presenças circulou pelas Bancadas, tendo-se verificado:

Na **BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA**

A **Presença** dos Senhores Deputados:

- João Eduardo Dias Madeira Gouveia, Dr.;
- Maria de Fátima Mendes Cardoso Nunes, Dra.;
- Carlos Manuel Carvalho Mendes, Eng.º;
- Patrícia Alexandra Pereira Simões, Eng.ª;
- António Abreu Gaspar;
- José António Nunes da Silva Mendes;
- Luísa Margarida Lima Anjo, Dra.;
- José Maria Ferraz da Fonseca;
- Rosa Alexandra Travassos Sousa Colaço, Dra.;
- Jorge Manuel Neves Branco;
- Rafael Alexandre Tralhão Gomes, Dr.;
- Manuel Branco Aires;
- Adélio Dias Gonçalves Vintém;
- Teresa Margarida Vaz Pedrosa, Dra. ;
- António José Fernandes Gonçalves (em substituição);
- Carlos Mendes Simões;
- Porfírio António Cardoso Quedas, Dr.;
- Evaristo Mendes Duarte;

A **Ausência** dos Senhores Deputados:

- Nuno Miguel Simões de Carvalho;
- José Manuel Coelho Bernardes;

Na **BANCADA DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP-PPM**

A **Presença** dos Senhores Deputados:

- Arlindo Rui Simões da Cunha, Dr.;
- Isaías Augusto Pinão Ferreira, Dr.;
- Florbela Ferreira Bairros, Dra.;
- José Manuel Páscoa G. Mendes;
- Vitor Manuel P. C. do Espírito Santo;
- Manuel da Costa Filipe;
- Gil Francisco Cavaleiro Pinto;
- José da Costa Cordeiro Pato;

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure,  
realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do  
Município, em 28 de Abril de 2017**

Na **BANCADA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**

A **Presença** do Senhor Deputado:

- José Francisco Ferreira Malhão, Dr.;

A **Ausência** da Senhora Deputada:

- Ana Isabel Fernandes Fortunato, Dra.;

Na **BANCADA DO MCPS.XI**

A **Presença** dos Senhores Deputados:

- Abel Alves Mota, Dr.;
- Alzira Figueiredo da Silva, Dra.

Assim, estando presentes 29 (vinte e nove) membros, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Gouveia, confirmada a existência de quórum, declarou aberta a Sessão.

**Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Ordem de Trabalhos. -----**

**Período de Antes da Ordem do Dia**

**PONTO 1. LEITURA DE EXPEDIENTE/INFORMAÇÕES**

**Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Gouveia:**  
“no que toca ao expediente/informações... apenas duas questões que se afiguram relevantes: um ofício recebido da Administração Regional de Saúde do Centro, em que o Senhor Dr. Carlos Alberto Castelo Branco Ordens nos dá conhecimento que, na sequência de um despacho, foi nomeado Diretor Executivo do ACES que integra o Concelho de Soure, sendo que, já nessa qualidade, nos apresenta cumprimentos e adianta a sua total disponibilidade para a colaboração institucional necessária, tendo por objetivo a defesa do Serviço Nacional de Saúde e o bem-estar das populações; um outro ofício do Tribunal de Contas informando da homologação das Contas relativas a 2014.”

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure,  
realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do  
Município, em 28 de Abril de 2017**

Pela **Bancada do PS**, foi presente a seguinte **Moção**:

**Moção**

**“1.º DE MAIO”**

Foi com a Revolução de Abril que os trabalhadores conseguiram melhorar, de forma significativa, com a sua acção reivindicativa, as suas condições de vida e de trabalho.

Os Deputados Municipais do Partido Socialista de Soure, reunidos no dia 28 de Abril de 2017, saúdam todos os Trabalhadores pela passagem de mais um Aniversário do 1.º de Maio, data histórica pela luta do direito ao trabalho.

Estas comemorações são manifestações de luta do Povo Português, para alcançar melhores condições de vida, melhores salários, igualdade de oportunidades, respeito pelas minorias e o direito à diferença.

**Foi deliberado, por unanimidade, com 28 (vinte e oito) votos a favor, aprovar a aceitação da Moção.**

**Foi deliberado, por unanimidade, com 28 (vinte e oito) votos a favor, aprovar a Moção.**

Pela **Bancada da CDU**, foi presente a seguinte **Moção**:

**Moção**

**“1.º DE MAIO”**

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

Na passagem de mais um 1.º de Maio, dia dos trabalhadores, é preciso fazer deste dia mais um dia de luta pelos valores de Abril.

A actual solução governativa tem feito reverter muitas das medidas gravosas para os trabalhadores que o anterior governo PSD/CDS, mas é preciso ir mais longe neste processo de reposição de direitos.

É preciso uma política alternativa patriótica e de esquerda que imponha a renegociação da dívida, a recuperação para o sector público de sectores estratégicos da economia, a valorização do trabalho e a defesa da produção nacional.

Neste contexto a Assembleia Municipal de Soure reunida em 28 de Abril de 2017, exorta todos os trabalhadores a participar nas manifestações comemorativas do próximo 1.º de Maio.

**Foi deliberado, por unanimidade, com 28 (vinte e oito) votos a favor, aprovar a aceitação da Moção.**

-----  
-----  
**Foi deliberado, por maioria, com 24 (vinte e quatro) votos a favor -- 18 (dezoito) da Bancada do PS, 3 (três) da Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP-PPM, 2 (dois) do MCpS e 1 (um) da Bancada da CDU -- e 4 (quatro) abstenções da Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP-PPM (Dr. Rui Cunha, Dra. Florbela Bairros, Vítor Espírito Santo e José Pato), aprovar a Moção.**

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure,  
realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do  
Município, em 28 de Abril de 2017**

**Período da Ordem do Dia**

**PONTO 1. APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE  
DA CÂMARA, SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL**

**INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 23 DE FEVEREIRO E 20 DE ABRIL DE 2017

1. Descrição sucinta das principais Ações desenvolvidas ao longo do período em epígrafe - Ver anexo 1 -
2. Situação financeira da Autarquia em 20 de abril de 2017 - Ver anexo 2 -

[ANEXO 1](#)

# **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

## **EDUCAÇÃO**

---

### **CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO/ MELHORAMENTO DE CENTROS ESCOLARES**

Intervenções Diversas, por Administração Direta nos diversos estabelecimentos educativos., num total de 2.576,98€.

### **TRANSPORTES ESCOLARES**

Funcionamento Regular para todos os Níveis de Ensino;

Pagamento de um total de 33.292,29€, quer para as Empresas de Transportes e IPSS do Concelho, quer para os alunos que frequentam o Ensino Obrigatório fora do Concelho, por inexistência dessa oferta educativa no Concelho de Soure.

### **COMUNICAÇÕES**

Pagamento Integral das Despesas Telefónicas dos Jardins-de-Infância e Escolas do 1.º CEB, num total de 730,01€.

### **SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA**

PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO 1.º CEB.

.Acompanhamento direto de todos os serviços e Funcionamento Regular nos Jardins de Infância e nas Escolas de 1.ºCEB

Ação Social Escolar/Serviço de Apoio à Família

Protocolos com Instituições e Juntas de Freguesia

Pagamento da Prestação de Serviços de Confeção, Transporte e Distribuição das Refeições Escolares nos Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar e 1.º CEB relativos ao ano letivo de 2016/2017, num total de 38.339,53€.

Pagamento do Protocolo com Agrupamento de Escolas de Soure relativamente ao fornecimento de refeições ao JI de Soure e 1.º CEB de Soure, no ano letivo 2016/2017, num valor total de 5.215,13€.

Pagamento do Acordo de Cooperação com o Centro Social das Malhadas para a disponibilização de um Recurso Humano com a finalidade de prestar serviços no âmbito do funcionamento do SAF (Serviço de Apoio à Família), no valor de 2.700,00€.

Pagamento do Acordo de Cooperação com o Centro de Assistência Paroquial da Granja do Ulmeiro para a disponibilização de um Recurso Humano com a finalidade de prestar serviços no âmbito do funcionamento do SAF (Serviço de Apoio à Família), no valor de 2.700, 00€.

Pagamento do Acordo de Cooperação com a casa do Povo de Vila Nova de Anços para a disponibilização de um Recurso Humano, a meio tempo, com a finalidade de prestar serviços no âmbito do funcionamento do SAF (Serviço de Apoio à Família), no valor de 840, 00€.

Continuação das ações de acompanhamento à confeção, distribuição e serviço de refeições do Pré-Escolar e 1.ºCiclo, no âmbito dos contratos relativos aos Programas de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar e Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos Alunos do 1.º CEB.

## Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017

Nos meses de fevereiro e março de 2017 (ano letivo 2016/2017) foram servidas as seguintes refeições:

JI	fevereiro 2017	março 2017	Total de Refeições	Entidade Fornecedora
Alfarelos	102	143	245	Freguesia de Alfarelos
Degracias	219	303	522	Centro Social das Degracias
Figueiró do Campo	152	192	344	Centro Social de Alfarelos
Granja do Ulmeiro	269	368	637	Freguesia da Granja do Ulmeiro
Samuel	148	183	331	Freguesia de Samuel
Sobral	286	349	635	APPACDM de Soure
Soure	637	784	1421	Agrupamento Martinho de Árias
Tapéus	304	345	649	Freguesia de Tapéus
Vila Nova de Anços	226	313	539	Casa do Povo de Vila Nova de Anços
Vinha da Rainha	314	393	707	Freguesia da Vinha da Rainha
	2657	3373	<b>6030</b>	

1.º CEB	fevereiro 2017	março 2017	Total de Refeições	Entidade Fornecedora
Alfarelos	336	409	745	Freguesia de Alfarelos
Degracias	385	509	894	Centro Social das Degracias
Figueiró do Campo	429	509	938	Centro Social de Alfarelos
Granja do Ulmeiro	1129	1456	2585	Freguesia da Granja do Ulmeiro
Samuel	182	233	415	Freguesia de Samuel
Sobral	603	754	1357	APPACDM de Soure
Soure	2117	2822	4939	Agrupamento Martinho de Árias
Tapéus	236	305	541	Freguesia de Tapéus
Vila Nova de Anços	695	879	1574	Casa do Povo de Vila Nova de Anços
Vinha da Rainha	318	397	715	Freguesia da Vinha da Rainha
	6430	8273	<b>14703</b>	

### EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Comemoração do dia Mundial da Árvore (21 de março), com a entrega de um pinheiro manso e panfletos alusivos à temática, a todos os alunos do Pré-Escolar Público do Concelho.

### EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO BÁSICO

Manutenção do Programa Regime Fruta Escolar – Lanche Saudável – aos alunos do Pré-Escolar e 1.º Ciclo, com entregas semanais com o intuito de promover o consumo de fruta e demais hábitos saudáveis nas crianças e suas famílias, com um investimento de 1.682,20€.

Parceria com o **Projeto “Heróis da Fruta – Lanche Escolar Saudável”**, com a participação de 2 escolas do Concelho para o ano letivo 2016/2017, nomeadamente, EB1 de Alfarelos e EB1 Soure, através da realização de várias ações constantes no Projeto, nomeadamente a realização de um **Hino da Fruta**.

### PROGRAMA DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB

Protocolos com Instituições e Juntas de Freguesia – pagamento num total de 15.975€.

Continuação das aulas de “Adaptção ao Meio Aquático” no horário das AEC – Atividade Física - com a possibilidade de levar os alunos do 1.ºCEB do Concelho de Soure às piscinas Municipais de Vila Nova de Anços, proporcionando-lhes assim o contacto com este desporto.



## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

### **EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO**

Continuação da participação nos Conselhos **Eco-Escolas 2016/2017** e em todas as atividades inerentes ao funcionamento do Projeto Eco-Escolas, do qual o Município de Soure é parceiro, estando neste ano letivo inscritas 4 escolas participantes, a saber: JI e EB1 Vinha da Rainha (inscrição conjunta), JI Vila Nova de Anços e Escola Secundária de Soure.

Participação em reuniões e elaboração de contributos para as Candidaturas geridas pela CIM, no âmbito do Portugal2020, na temática “Plano de Combate ao Abandono Escolar e Promoção de Sucesso Educativo”.

### **EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO**

Participação nas Reuniões de Trabalho inerentes ao Projeto Empreendedorismo nas Escolas da Região de Coimbra para o ano letivo 2016/2017.

- Realização do Concurso Municipal de Ideias para o Ensino Secundário/ Profissional, com apresentação do projeto do 3.º CEB, no Auditório da Biblioteca Municipal de Soure, no dia 17 de março.

- Participação no Concurso Intermunicipal de Ideias para o Secundário/ Profissional, que ocorreu inserido no *BootCamp* em Tábua no fim de semana de 1 e 2 de abril.

### **CARTA EDUCATIVA**

Continuação da atualização do processo de monitorização da Carta Educativa.

### **CEDÊNCIA DE VIATURAS/AUTOCARROS MUNICIPAIS**

Centro Escolar de Granja do Ulmeiro/E.B.

Escola Secundária Martinho Árias

Esc. M. Árias (ATL)

J.I. V.N. Anços

J.I. Tapeus

Agrupamento de Escolas de Soure

E.B.1 Sobral

St.ª Casa da Misericórdia

C.E Degracias – E.B. 1

E.B. 1 Vila Nova de Anços

APPACDM

### **AMPLIAÇÃO/CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES**

- . EB1 de Vinha da Rainha - Espaços Multiusos
  - Adjudicação
- . EB1 de Alfarelos
  - Homologação do Auto de Receção Provisória

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

### AQUISIÇÃO DE VIATURAS

- . Proposta de Aquisição de Autocarro Pesado de Transporte de Passageiros
- . Serviço de Transportes Escolares

- Escolha do Procedimento Prévio

- . Proposta de Aquisição de Autocarro Pesado de Transporte de Passageiros
- . Serviço de Transportes Escolares
  - Adjudicação

### CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

---

#### **CULTURA E LAZER**

O Município de Soure coloca à disposição das Coletividades e Instituições do Concelho que desenvolvem atividades de índole cultural um conjunto de outros recursos logísticos que lhes permitem levar a cabo um conjunto diversificado de iniciativas, tais como, palcos, cadeiras, mesas, stands, baias, entre outros.

#### APOIOS AO FUNCIONAMENTO

No período em questão foram transferidos os apoios ao funcionamento, aprovados às Escolas de Música, Escolas de Dança, Grupos de Teatro, Bandas Filarmónicas e Grupos de Folclore.

#### APOIOS AO INVESTIMENTO

Transferências de capital.

#### **BIBLIOTECA MUNICIPAL**

##### **PROGRAMA INTEGRADO DE PROMOÇÃO DA LEITURA/ Projetos Continuados**

AÇÃO DE ANIMAÇÃO DE LEITURA, articulada com programa curricular

##### ***NAS MEMÓRIAS... HISTÓRIAS E BRINCADEIRAS***

Público-alvo: crianças da educação pré-escolar e do 1º e 2º ciclos

No âmbito do grupo de trabalho das bibliotecas do concelho de Soure foi escolhido, para este ano letivo, o tema “*Nas Memórias... a valorização das Tradições*”.

O cenário, na biblioteca municipal, este ano, privilegia as brincadeiras, os brinquedos e os jogos, de ontem e de hoje.

Pretendemos, procurar nas *memórias do tempo*, e com a ajuda do Relógio (o da Torre Municipal de Soure), dos livros e dos materiais expostos a História dos brinquedos, dos jogos, das estórias e das lendas, destacando ainda o Labirinto e os heróis clássicos.

A partir da descoberta, levamos as crianças a conhecerem, e portanto a valorizarem, as tradições, assim como a marcarem encontro com Heróis Míticos e Personagens Encantadas.

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

- Participação de escolas e alunos do 1º ciclo: 4 sessões | 70 crianças  
Os transportes da autarquia asseguraram a deslocação das crianças à biblioteca.

### ***NAS MEMÓRIAS... HISTÓRIAS E BRINCADEIRAS***

Público-alvo: Centros de Dia

Mais uma vez estendemos a ação de dinamização de leitura aos utentes dos Centros de Dia do concelho de Soure. Assim, entre conversas e recordações fomos recolhendo as memórias das brincadeiras dos nossos bisavôs, avós e pais. A música foi sempre uma constante nestes momentos.

- Centro Social de Alfarelos – 22 utentes
- CAP Granja do Ulmeiro – 17
- Fundação Maria Luísa Ruas – 17
- Associação de Samuel – 17
- Santa Casa da Misericórdia – 25
- Associação Vinha da Rainha – 19
- C. P: Vila Nova de Anços – 17
- Centro Social das Malhadas - 18

Foram dinamizadas **8 sessões** para **152 utentes** e respetivos acompanhantes. Transportes assegurados pelas IPSS.

### ***SÁBADOS NA BIBLIOTECA: Manta com Histórias para Pais e Filhos***

Público-alvo: Pais e Filhos

- 6 sessões | 70 crianças - 60 adultos

Destacamos o Encontro com o escritor **José António Franco** ( 1 de abril) que esteve no concelho de Soure no âmbito da Semana da Leitura'17, tendo realizado um Encontro para Pais e Filhos na biblioteca Municipal com leituras de lengalengas e poesia.

Destacamos a sessão **Mindfulness** Para Pais (18 de março) com a presença de 15 pais.

### **ENTRE A FRALDA E A CHUPETA... DESCOBRIMOS O LIVRO! LIVRO A LIVRO DESCOBRIMOS A BIBLIOTECA!** Público-alvo: bebés

Participação das crianças da valência creche das IPSS do concelho (11 salas)

Foram realizadas **22 sessões** de promoção do livro e da leitura que envolveram **139 bebés**.

Foram realizadas, pela técnica da biblioteca, 2 deslocações a cada creche do concelho.

### **PARA LÁ ... E PARA CÁ!**

Público-alvo: alunos dos jardins-de-infância

Participação das crianças do ensino Pré-Escolar das IPSS do Concelho (11 salas e 202 crianças)

Foram realizadas **2 deslocações**, por cada sala, à Biblioteca Municipal (uma por mês).

Foram realizadas **22 sessões** de promoção do livro e da leitura, na biblioteca municipal.

Foram realizados **404 empréstimos de livros** para leitura domiciliária.

Os transportes são assegurados pelas IPSS

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

### **MONTRA INFORMATIVA** (Livros/ Autores/ Acontecimentos...)

- Máscaras e Carnaval Livros para o Entrudo
- Montra de livros sobre o Tempo /Cronos (chamada de atenção para o Relógio da Torre Municipal de Soure, na rua Alexandre Herculano)
- Montra de livros no âmbito da comemoração do Dia Internacional do Livro Infantil – 2 de abril
- Montra de Livros sobre a Páscoa
- Novidades editoriais na biblioteca
- Montra de livros do autor José António Franco

### **EXPOSIÇÕES NA BIBLIOTECA**

**CRIANÇAS DE HOJE E DE ONTEM NO QUOTIDIANO DE CONÍMBRIGA**  
Produzida pelo Museu Monográfico de Conímbriga.

### **BRINQUEDOS DE ANTIGAMENTE**

Mostra de brinquedos antigos. Apresentamos brinquedos de raiz popular, brinquedos em madeira, em lata, e em plástico, assim como alguns brinquedos atuais. Através deste percurso o visitante fica a conhecer a evolução dos brinquedos desde o século passado até à atualidade, ou seja desde os brinquedos dos bisavós, dos avós, dos pais ...

Através das exposições, os visitantes apercebem-se que, afinal há brinquedos há muito tempo, e muitos deles são (re)criações feitas ao longo dos séculos.

### **DESFILÉ DE CARNAVAL/2017**

Receção e acolhimento a todas as crianças, alunos, respetivos professores e auxiliares de educação dos estabelecimentos de ensino (público e privado), participantes no Desfile de Carnaval.

Cerca de 1.200 figurantes.

Estruturação do Desfile (escolas e grupos musicais).

### **ENCONTROS DOCUMENTAIS' 2017 (Vila de Rei) – Presença da Biblioteca Municipal de Soure**

A Biblioteca Municipal de Soure foi convidada a participar com uma apresentação que refletisse o trabalho desenvolvido no âmbito da temática que serviu de mote aos Encontros deste ano em Vila de Rei.

Assim, a apresentação, subordinada à temática **Património e Identidade Cultural** pretendeu dar a conhecer algumas das ações desenvolvidas pela biblioteca municipal em articulação com os currículos escolares.

Foram escolhidas as ações: A Rainha das Rosas, Lontras Entre Margens, Da Pré-história à História o Foral vamos encontrar e Uma viagem no Tempo (lenda do Campo da Velha). Finalizámos a apresentação com a Lenda do Campo da Velha, contada e explorada através de uma maleta pedagógica.

### **SEMANA DA LEITURA** | *Elos de Leitura* (27 de março a 1 de abril)

## Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017

No âmbito da Semana da Leitura/2017, iniciativa promovida pelo Plano Nacional de Leitura e Rede das Bibliotecas Escolares, o Grupo de Trabalho das Bibliotecas de Soure dinamizou várias ações (encontro com escritores, concurso de leitura, sessões de histórias ...) direcionadas a diferentes níveis escolares.

Entre outras ações para os outros ciclos escolares, destacamos o Encontro com o escritor António José Franco, autor de livros para crianças, nomeadamente livros de poesia. Este autor/poeta é um difusor da palavra através de técnicas que cativam e motivam as crianças para a leitura.

<b>José António Franco Dia 30/3 - 5º feira</b>					
EB 1-2 Soure 10:00h – 11:00h		EB 1-2 Soure 11:30h-12:30h		CE Degracias 14:30 – 15:30h	
Jl-Soure	<b>47+2</b>	EB 1 de Soure 3º e 4º ano	<b>61</b>	1º ceb/Degracias	<b>22</b>
EB 1 Soure 1º e 2º ano	<b>81</b>	EB1 - Sobral	<b>37+2</b>	Jl Degracias	<b>12</b>
Jl -V.N.Anços	<b>15+1</b>	Jl-Sobral	<b>18+1</b>	EB1 Tapeus	<b>14+2</b>
				Jl Tapeus	<b>19+1</b>
Total (sessão)	<b>143+3</b>	Total (sessão)	<b>116+3</b>	Total (sessão)	<b>67+3</b>
<b>José António Franco Dia 31/3 - 6º feira</b>					
CE da Granja do Ulmeiro 10:00h – 11:00h		CE da Granja do Ulmeiro 11:30h-12:30h		CE de Samuel 14:30 – 15:30h	
EB1 G. do Ulmeiro	<b>85</b>	EB1-Alfarelos	<b>36+2</b>	CE Samuel (EB1)	<b>45</b>
Jl- G. do Ulmeiro	<b>15</b>	Jl-Alfarelos	<b>7+1</b>	Jl-Marco	<b>12</b>
EB1 V. N. Anços	<b>50+3</b>	EB1 Fig do Campo	<b>30+1</b>	V. da Rainha	<b>21+2</b>
		Jl- Fig do Campo	<b>12+1</b>	Jl- V. da Rainha	<b>19+1</b>
				Gesteira	<b>38+2</b>
Total (sessão)	<b>150+3</b>	Total (sessão)	<b>85+5</b>	Total (sessão)	<b>135+5</b>
<b>José António Franco (Dia 1 de abril)</b>					
<b>Biblioteca Municipal Soure - Sessão para Pais e Filhos</b>					

Foram efetuadas 6 sessões para 700 alunos com o autor. Foram abrangidos todos os alunos do ensino pré-escolar e do 1º ciclo.

Transportes assegurados pela Autarquia.

Na **Biblioteca Municipal** destacamos, no dia 1 de abril, a oportunidade dos pais se juntarem à dinâmica da leitura e dos autores, através do encontro com o mesmo autor que os filhos já tinham tido oportunidade de estar em contexto escolar. Este sábado teve ainda por objetivo partilhar ações dinamizadas na biblioteca municipal dando assim, mais uma vez, uma oportunidade aos pais para se inteirarem das dinâmicas existentes e criar maior aproximação às temáticas desenvolvidas, ao longo do ano, na biblioteca municipal. Comemorámos assim o Dia Internacional do Livro Infantil.

### UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO

Até às 18H – 8 utilizações | depois das 18H – 2 utilizações

### FUNCIONAMENTO REGULAR DE TRÊS POSTOS DE INTERNET

Fev | abril – 1746 utilizações

De referir que 896 acessos foram via Wireless e 850 utilizações através dos computadores disponibilizados na biblioteca

### BIBLIOTECAS ESCOLARES

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

Técnicas da Biblioteca Municipal no âmbito do SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares) procedem ao tratamento técnico dos documentos existentes nas bibliotecas do 1º e 2º Ciclos das escolas.  
Processo em Curso

### **DIREITOS DA CRIANÇA. ABRIL MÊS DA PREVENÇÃO DOS MAUS TRATOS**

Em colaboração com a CPCJ de Soure a biblioteca municipal dinamizou uma ação de promoção de leitura cujo objetivo foi chamar a atenção para os Direitos das Crianças.

Através da leitura encenada do livro “Os Direitos da Criança” de Luísa Ducla Soares e com o recurso da apresentação deste mesmo livro em formato gigante exploraram-se os direitos e deveres fundamentais das crianças com músicas, dirigidas a esta temática, a acompanhar.

- 3 de abril - Escola EB 1-2 de Soure ( 3 sessões)

- 4 de abril - Centro Escolar da Granja do Ulmeiro ( 1 sessão)

### **Concurso Faça Lá Um Poema**

Concurso de iniciativa nacional, promovido pelo Plano Nacional de Leitura e Centro Cultural de Belém (Ministérios da Educação e da Cultura).

O Instituto Pedro Hispano, elemento do Grupo de Trabalho das Bibliotecas do concelho de Soure, ganhou o **2º prémio** com o poema “*É nas ruas da cidade que te encontro*” de uma aluna do 12º ano de escolaridade.

A entrega dos prémios ocorreu dia 25 de março por ocasião da comemoração do Dia Mundial da Poesia no Centro Cultural de Belém, onde esteve a aluna premiada e o colégio IPH de Soure.

### **LITERACIA 3D - Concurso**

É uma iniciativa da responsabilidade da Porto Editora que consiste num desafio nacional dirigido aos alunos dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico de todo o país, envolvendo os respetivos professores e estabelecimentos de ensino, com o propósito de avaliarem as suas competências em três dimensões do saber: leitura, matemática e ciência.

Estiveram presentes 5 alunos do IPH e 6 alunos do AES, alunos dos 2º e 3º ciclos.

### **FÉRIAS ESCOLARES DA PÁSCOA**

Em colaboração com as IPSS que dinamizam atividades destinadas às crianças em período de férias escolares, recebemos a IPSS da Associação da Vinha da Rainha e a APPACDM de Soure. Promovemos um teatro de fantoches “A Cigarra e a Formiga”.

- 4 de abril- Associação da Vinha da Rainha, 12 crianças

- 17 de abril – APPACDM, 25 crianças

### **MUSEU/POSTO DE TURISMO MUNICIPAL**

FUNCIONAMENTO REGULAR DE 2 POSTOS DE INTERNET AO PÚBLICO

Fev | abril - 18 utilizações para 5 utilizadores

### **ENTRADAS NO MUSEU/ POSTO DE TURISMO**

Fev | abril - **137** entradas

Nota: Neste período entraram no Museu/Posto de Turismo de Soure **12 estrangeiros**.

### **EXPOSIÇÕES**

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

Materiais Arqueológicas do Concelho de Soure (Exposição permanente)  
(exposição que encerrou neste espaço, em setembro 2015.)

### **Máscaras do Mundo**

De 25 de fevereiro a 30 de março

### **Visitas guiada | Viagem no Tempo**

Pela técnica de turismo Sandra Veloso a família (s) e turistas que se deslocam ao castelo e/ou galeria municipal.

## **DESPORTO E JUVENTUDE**

### **ÁREA DA JUVENTUDE**

#### **CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DO CONCELHO DE SOURE**

#### **III Encontro de Juventude de Soure** (dias 22, 24 e 29 de abril e 30 de maio)

Reuniões de preparação das atividades constantes no programa:

- - Atividades de Desporto:
- Open Natação para todas as crianças dos 3º e 4º anos do 1º CEB
- Cross Trail (10, 15 e 25 km)
- - Atividades Culturais: 3º Encontro de Bandas de Garagem, Encontro de Escolas de Música do concelho,
- Concertos: Philarbúrdia, Remember, Miura, Tributo aos UHF

### **PISCINAS**

Vila Nova de Anços/Soure

- - Aquisição de equipamentos
- - Reuniões de balanço

### **NATAÇÃO**

*Adaptação ao Meio Aquático* das crianças dos 3.º e 4.º anos do 1º CEB nos 2 tempos das AEC de Atividade Física, na Piscina Municipal de Vila Nova de Anços

- - Reuniões regulares para acompanhamento e avaliação do Projeto com professores das AEC, coordenador do Grupo Disciplinar de Educação Física, funcionários da Piscina de Vila Nova de Anços

### **GIRAVOLEI**

- - Reuniões periódicas com os professores e o Coordenador do Departamento Curricular de Expressão Física, para acompanhamento da atividade

- **Reuniões de preparação/coordenação** das atividades do Plano – CMJS

- **Reuniões de coordenação** de atividades com a ADPNCS e de **gestão** do Espaço Finisterra

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

Aquisição de troféus – Clube de Caça e Pesca de Vila Nova de Anços

### **CEDÊNCIA DE VIATURAS/AUTOCARROS MUNICIPAIS:**

GRUPO DESPORTIVO SOURENSE  
ASS.V. RAINHA  
NORTE E SOURE  
ASS. GRANJA DO ULMEIRO  
ASS. XADREZ

### **CONSTRUÇÃO DE CAMPOS RELVADOS SINTÉTICOS**

- . Campo de Vinha da Rainha
  - Homologação do Auto de Receção Definitiva

### **MANUTENÇÃO DE RELVADOS DESPORTIVOS**

- . Serviços Externos de Manutenção
  - Escolha do Procedimento Prévio

### **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

- . Aquisição de Módulos Pré-Fabricados para Balneários
  - Adjudicação

### **BIBLIOTECA MUNICIPAL**

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DO EDIFÍCIO
  - Escolha do Procedimento Prévio

### **CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL NA FREGUESIA DE SOURE**

- . Campo de Futebol de Soure
  - Homologação do Auto de Receção Provisória

## **AÇÃO SOCIAL E SAÚDE**

---

### **AÇÃO SOCIAL**

#### **APOIO À FAMÍLIA**

Atendimento/Acompanhamento personalizado, primeiro com a Família, depois em sessões individualizadas, no *Gabinete de Apoio à Família a Crianças/Jovens* oriundas das 10 (dez) Freguesias do Concelho, sinalizadas pela própria Família, pelas Escolas e/ou por outras Instituições, num total de **30 sessões** (de 24 de fevereiro até 19 de abril de 2017).

#### . Articulação Escola/Família

- Intervenções sempre que solicitadas;
- Participação em Reuniões Mensais com a Psicóloga do Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure e com a Psicóloga do Centro de Recursos para a Inclusão.



## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

. Articulação com o Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure

. Acompanhamento regular de situações sinalizadas:  
- Na CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens).

### **\* PROJETO PORTAS ABERTAS**

. Participação em Reuniões;  
. Atendimento Psicológico de Casos sempre que sinalizados.

### **APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL**

#### **\* HABITAÇÃO SOCIAL**

. Levantamento/accompanhamento e encaminhamento para novas soluções habitacionais, de agregados familiares em situação de grave carência habitacional;

- Realização de Visita Domiciliária/ Vistoria de apoio para verificar as condições habitacionais de Agregados Familiares que recorrem ao Gabinete de Ação Social e Saúde.

#### **\* PROHABITA – PROGRAMA DE FINANCIAMENTO PARA ACESSO À HABITAÇÃO**

- Acompanhamentos de 13 Agregados Familiares (3 Realojados num Imóvel do Município/ 10 Realojados na Vertente Arrendamento);

- Realização de Visitas Domiciliárias / Social e Técnica (Condições de Habitabilidade);

- Alteração do valor da renda apoiada a um Agregado Familiar;

- Valor da Renda Apoiada (2 meses março/abril de 2017 = 5.002,38);

- Participação do Município de Soure (2 meses março/abril de 2017 = 2.811,50€);

#### **\* APOIO AO ARRENDAMENTO**

- Acompanhamento de 14 Agregados Familiares, apoiados excecionalmente, através da atribuição de um Apoio Mensal ao Arrendamento:

. Valor do Apoio (2 meses março/abril de 2017 = 2.094,96€).

- Cessação da atribuição do apoio mensal ao arrendamento, a um Agregado Familiar, que foi institucionalizado;

- Cessação da atribuição do apoio mensal ao arrendamento, a um Agregado Familiar, que foi residir para o Luxemburgo;

#### **\* PROGRAMA REDE SOCIAL**

- Acompanhamento da Rede Social;

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

- Dinamização de Reuniões;
- Participação em Reuniões da Plataforma Supra Concelhia do Baixo Mondego;
- Núcleo Executivo do CLAS
- Acompanhamento da Implementação do Plano de Ação do CLDS Soure 3 G, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º da Portaria n.º 179-B/2015, de 17 de junho.
- Levantamento de pessoas idosas isoladas ou em risco de exclusão Social em todas as Freguesias do Concelho de Soure e respetivo encaminhamento/informação;

**\* CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – 3 G SOURE-3G CLDS-3G**

- .Participação em Reuniões de Trabalho;
- .Colaboração e participação nas atividades previstas no Plano de Ação do Soure - 3 G CLDS – 3G em conjugação com a Rede Social;
- .Participação em reuniões de trabalho para realização da II Feira de Emprego e Formação Profissional e do Livro.

**\* PROJETO “MOVIMENTO POR UM SORRISO”**

- População Alvo: Idosos do Concelho de Soure
- . Visa contribuir para uma melhor integração social e pessoal da população idosa, através de terapias inovadoras e comprovadas cientificamente, criando oportunidades de forma a obter uma melhor qualidade de vida.
- Acompanhamento em articulação com a Equipa Técnica do Soure - 3 G CLDS – 3G na execução das ações constantes no Projeto.
- Articulação com a Entidade «Associação Oportunidades Iguais», à qual foi adjudicada a prestação do referido serviço.

Instituição	N.º de Participantes		
	fevereiro	março	abril
Centro Social de Alfarelos	44	32	24
Centro Social de Figueiró do Campo	18	20	28*
Fundação Maria Luísa Ruas na Gesteira	29	36	20
Centro de Assistência Paroquial da Granja do Ulmeiro	26	34	26*
Centro Social das Malhadas	29*	17	20*
Associação Cultural, Recreativa e Social de Samuel	17	37*	33
Santa Casa da Misericórdia de Soure	46*	44	18
Associação de Desenvolvimento Social Cultural e Desportiva da Freguesia de Tapéus	15*	6	10
Casa do Povo de Vila Nova de Anços	16	15	14
Associação Cultural, Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha	42	85*	25
<b>TOTAL</b>	<b>282</b>	<b>326</b>	<b>218</b>
<b>Total Geral</b>	<b>826</b>		

\* Instituições onde a atividade decorreu duas vezes no mesmo mês.

- Pagamento no Valor de €437,40 referente à execução das ações desenvolvidas pela “Associação Oportunidades Iguais – Sem Diferenças”, relativa ao mês de fevereiro, de 2017.

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

### . COMPLEMENTOS A ACORDOS COM A SEGURANÇA SOCIAL

#### - ADESTA – Associação de Desenvolvimento Social, Cultural e Desportiva da Freguesia de Tapeus

##### . Serviço de Apoio Domiciliário

- Apoio Mensal Regular no valor de 948,36€  
(2 meses/março e abril de 2017 = 1.896,72€)

#### - APPACDM de Soure

##### . Lar / Residencial

- Apoio Mensal Regular no valor de 971,62€  
(2 meses/março e abril de 2017 = 1.943,24€)

#### - Centro Social das Malhadas

##### . Centro de Dia

- Apoio Mensal Regular no valor de 102,97€  
(2 meses/março e abril de 2017 = 205,94€)

##### . Serviço de Apoio Domiciliário

- Apoio Mensal Regular no valor de 948,36€  
(2 meses/março e abril de 2017 = 1.896,72€)

### G.I.P. - GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

Serviço de Apoio/Acompanhamento a Jovens e Adultos Desempregados

Funcionamento Regular;

Elaboração de Currículos;

Cartas de Apresentação;

Preparação para Entrevistas;

Divulgação das Medidas de Emprego.

Realização de **3 Sessões** de Informação para Desempregados de Longa Duração sobre Procuras Ativas de Emprego, Medidas: Estágio de Emprego e Estágio Reativar, Medida Contrato de Emprego e Emprego etc.;

Colaboração na realização de **4 Sessões** de Informação, com o técnico do Centro de Emprego, sobre “Direitos e Deveres” na qual se pretende verificar ao nível de formação, emprego, ou outras vertentes de encaminhamento a integração do desempregado;

- Nestas sessões de esclarecimentos estiveram presentes, como convidados, o Soure -3G CLDS -3G e a Entidade Formadora Profiforma.

- Participação em 2 sessões, em conjunto, com a empresa de Trabalho Temporário ManpowerGroup, para recrutamento, de possíveis candidatas para encaminhamentos.

- Participação numa reunião no Centro de Emprego da Figueira da Foz para definição de estratégias de trabalho.

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

- Acompanhamento/Análise e Caracterização dos Dados relativos ao Desemprego do Concelho de Soure comparativamente aos restantes Concelhos do Distrito de Coimbra.

Atividades Desenvolvidas no período compreendido entre 24 de Fevereiro a 20 de Abril de 2017.

Atividades	Objetivos
Ações de informação sobre as medidas ativas de emprego e formação, oportunidades de emprego e de formação, programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou na formação	355
Ações de apoio à procura de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora	55
Encaminhamento para ações de formação ou medidas de emprego	14
Receção e registo de ofertas de emprego	11
Apresentação de desempregados a ofertas de emprego	75
Colocação de desempregados em ofertas de emprego	13
Total Geral	523

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ)

Atividades desenvolvidas pela Representante do Município de Soure na CPCJ:

- Participação nas Reuniões (Modalidade Restrita e Modalidade Alargada);
- Realização de Visitas Domiciliárias;
- Acompanhamento de Agregados Familiares a consultas médicas nas diversas áreas da saúde;
- Acompanhamento regular de 11 situações sinalizadas;
- Participação/dinamização no Projeto «Tecer a Prevenção»;
- Participação numa reunião com a Equipa de Saúde Mental do Sobral Cid;
- Reunião de Trabalho com as CPCJ do Distrito de Coimbra, no dia 09 de março de 2017, em Coimbra;

### NLI/RSI - RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

- . Acompanhamento/ Gestora de 5 Processos ao nível do Rendimento Social de Inserção;
- . Participação nas Reuniões;
- . Realização de Visitas Domiciliárias;
- . Reunião Técnica no dia 7 de abril, com a presença de responsáveis pelo Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure.

### ATENDIMENTO /ACOMPANHAMENTO SOCIAL – AAS

- Acompanhamento/ Gestora de 10 Processos ao nível da Ação Social;
- Constituição/ Atualização dos Processos Familiares;
- Realização de Visitas Domiciliárias;
- Levantamento das declarações de consentimento para o programa FEAC.

### INICIATIVAS DIVERSAS

- Levantamento/Caracterização/Acompanhamento, em articulação com a Segurança Social, Juntas de Freguesia, Escolas e outras Instituições do Concelho, de situações de agregados familiares em condições socioeconómicas desfavorecidas;

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

- Participação no 2.º Ciclo Temático de Formação em Alcoologia sobre as “Dependências e Independências: O Cérebro, a Decisão e a Motivação”, no dia 18 de abril de 2017, no Auditório da Unidade de Alcoologia de Coimbra;
- Manifestação da Adesão do Município de Soure ao Programa Cidades Amigas da Crianças;
- Participação no Encontro Regional da Rede dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade, no dia 31 de março de 2017 no Espaço Inovação na Mealhada;
- Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas – Concurso para Apresentação de Candidatura/ Aviso N.º POAMC-F2-2017-01
  - . Apresentação de Candidatura por Território: Condeixa-a-Nova, Penela e Soure
  - . Reuniões de Trabalho;
  - . 242 – Destinatários Finais:
    - Soure – 99
    - Condeixa-a-Nova – 96
    - Penela - 47
  - . Definição das Entidades Mediadoras: Centro Social de Alfarelos (32 Destinatários); Santa Casa da Misericórdia de Soure (41 Destinatários) e Associação Cultural, Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha (26 Destinatários).
- Participação numa Sessão de Divulgação e Esclarecimento sobre o Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP), dinamizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P., no dia 28 de março de 2017;
- Participação na Sessão de Esclarecimento no âmbito da Abertura de Aviso no âmbito do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração – FAMI, do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, no dia 11 de abril de 2017, no Porto.

### **BANCO LOCAL DE VOLUNTARIADO NO CONCELHO DE SOURE**

O Voluntariado é o conjunto de ações de interesse social e comunitárias realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.

- . Divulgação do Projeto de Normas de Funcionamento do Banco Local de Voluntariado de Soure;
- . Divulgação do endereço eletrónico para o Banco Local de Voluntariado: voluntariado@cm-soure.pt
- . Distribuição de panfletos e Mupi sobre o Banco Local de Voluntariado de Soure e das fichas de inscrição dos voluntários e da entidade promotora.
- . Continuação de recolha de inscrições, constam até ao momento 11 inscrições de voluntários.

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

. Divulgação da implementação do Banco Local de Voluntariado no Concelho de Soure no site do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado.

### **PROJETO EPIS – EMPRESÁRIOS PELA INCLUSÃO SOCIAL**

- Celebração de um Protocolo de Cooperação com a Associação EPIS, para implementação deste projeto, no 2º e 3º Ciclo de Ensino Básico de duas escolas no Concelho de Soure, no próximo ano letivo, designadamente no Agrupamento de Escolas Martinho Árias em Soure e Instituto Pedro Hispano na Granja do Ulmeiro.
- Identificação dos Mediadores EPIS por parte das duas Escolas (4 Mepis, dois para o 5º ano de Ensino Básico e o outros dois para o 7.º ano do Ensino Básico);
- Acompanhamento de todo o processo da Representante EPIS do Concelho (Técnica do Município);
- Agendamento de reuniões de trabalho/formação quinzenais;
- Participação na Formação: Capacitação Familiar para a Promoção do Sucesso Escolar, no dia 17 de março de 2017, na Figueira da Foz.

### **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA COM O TEATRÃO**

Este Protocolo tem por objetivo a colaboração cultural e artística entre o Município e o Teatrão, nos anos 2016 e 2017, visando a parceria no desenvolvimento de Programas de Ação Social e Educação do Baixo Mondego, assim como a elaboração e realização de Projetos conjuntos nestas áreas que contribuam para o interesse mútuo das duas instituições.

#### **Projeto “Bando À Parte III”**

- Reuniões de trabalho com os Técnicos do Teatrão;
- Reuniões de trabalho com o Diretor do Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure e respetivos Diretores de turma;
- Reuniões com os Jovens e respetivos Encarregados de Educação;
- Disponibilização de Transporte pelo Município de Soure;
- O Seguro para a participação no referido Projeto é assegurado pelo Município de Soure;
- Articulação frequente com os técnicos do Teatrão;
- Acompanhamento todas as quartas-feiras, das 15h30 às 20h00 dos jovens integrados no projeto na participação das atividades dinamizadas pelo teatrão, no âmbito das disciplinas de dança, teatro e música;

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

- Acompanhamento no dia 01 de março ao **Centro de Artes Visuais** de Coimbra;
- Acompanhamento dos jovens para assistir a uma Peça de Teatro «*Caminho marítimo para a Desgraça*», no Teatrão em Coimbra, no dia 16 de março de 2017;
- Acompanhamento dos jovens para assistir a uma Peça de Teatro «*Uma Aventura no Espaço*», no Convento São Francisco em Coimbra, no dia 01 de abril de 2017;

### PROGRAMA CEGONHAS»

- . Divulgação do Programa, através de Folheto, por todos os parceiros da Rede Social Concelhia e demais Entidades;
- . Divulgação de Folheto pelos estabelecimentos comerciais do Concelho, designadamente, farmácias, supermercados, lojas, etc...
- . Continuação de manifestação de interesse na apresentação de Candidaturas por vários Agregados Familiares residentes no Concelho de Soure;

### 81 Candidaturas Formalizadas:

- 49 Candidaturas cessadas, com atribuição no valor de €27.750,00.
  - 13 Candidaturas com a primeira tranche efetuada, no valor de €4.150,00;
  - 1 Candidatura indeferida por falta de documentos;
  - 18 Candidaturas em fase de análise (falta de entrega de comprovativos de despesa)
- 8 Crianças nascidas sem formalização de Candidatura;
- 6 Crianças com previsão de nascimento até ao momento.

### SISTEMA DE INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA (SNIPI)

- . Equipa Local de Intervenção (ELI) – Participação da Câmara Municipal de Soure
  - Participação nas Reuniões de Supervisão;
  - Realização de Avaliações de Desenvolvimento às crianças referenciadas para o SNIPI;
  - Acompanhamento de dois casos pelas Técnicas do Gabinete de Ação Social e Saúde (5h/semanais cada);

### PROGRAMA DE TELE-ASSISTÊNCIA A IDOSOS

- Adjudicação através da modalidade de Ajuste Direto, pelo prazo de 12 meses, no ano de 2017;
- Acompanhamento dos Utentes que usufruem deste serviço;
- Novas instalações de equipamentos de teleassistência;
- Realização de Visitas Domiciliárias/ Apoiar os Utentes na utilização adequada e regular do serviço;
- Participação em Reuniões de Trabalho;

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

### **SAÚDE**

ECO – SAÚDE – PROTOCOLOS/ TRANSPORTE DE UTENTES

. União de Freguesias de Gesteira/ Brunhós

MÊS	N.º UTENTES	KM'S
Fevereiro 2017	25	528
Março 2017	31	792
Abril 2017*	28*	704
TOTAL	84	2024

. União de Freguesias de Degraças/ Pombalinho

MÊS	N.º UTENTES	KM'S
Fevereiro 2017	98	2052
Março 2017	102	2484
Abril 2017*	90*	2052
TOTAL	290	6588

. Freguesia de Tapéus

MÊS	N.º UTENTES	KM'S
fevereiro 2017	175	760
março 2017	238	920
Abril 2017*	210*	760
TOTAL	623	2440

. Freguesia de Vinha da Rainha

MÊS	N.º UTENTES	KM'S
fevereiro 2017	34	840
março 2017	41	1200
Abril 2017*	38*	1140
TOTAL	110	3180

\* Estimativa de Kms até ao final do mês.

### **PROJETO DESAFIO GULBENKIAN «NÃO À DIABETES!»**

. O Município de Soure aderiu a este Protocolo celebrado entre a ANMP e a Fundação Calouste Gulbenkian.

Este Projeto tem como objetivo divulgar e sensibilizar a população do Concelho para esta problemática, desenvolvendo um conjunto de ações, de forma articulada, com a instituição local de saúde



## Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017

e outras entidades da Rede Social, designadamente no âmbito da promoção da alimentação saudável, e da prática da atividade física.

. Realização de reuniões de trabalho, pela Equipa Local, para elaboração do Plano Estratégico de Atividades.

SAÚDE – Ações no âmbito da Saúde

. Centro 2020

- Centro – 05 – 4842 Feder – 000017

- Remodelação da Unidade de Saúde da Granja do Ulmeiro

. Notificação da Decisão de Aprovação

APOIO AO INVESTIMENTO

Transferências de capital.

Aprovação dos seguintes apoios:

Entidade	Designação projeto	Total	Apoio Proposto
		Investimento	
Casa do Povo de Vila Nova de Anços	PRODER: Requalificação e Modernização; Const. Novos Espaços; Aq. Equipamentos	99 863,00 €	14 980,00 €
Casa do Povo de Vila Nova de Anços	PRODER: Reativação do Rancho das Ceifeirinhas	115 620,00 €	17 350,00 €
Centro Social das Malhadas	Beneficiações e reparações várias	15 330,04 €	6 135,00 €
Associação Cultural, Desportiva e de Solidariedade da Vinha da Rainha	Construção de Parque Infantil	18 145,34 €	7 260,00 €
Centro Social Alfarelos	Construção de Parque Geriátrico e de Lazer	32 920,61 €	13 170,00 €
APPACDM de Soure	Construção Casa Acolhimento	57 753,26 €	23 100,00 €

### HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO

#### **D.G.U.P. - Contributo para informação escrita**

Atividades desenvolvidas pela DGUP no período compreendido entre 24 de fevereiro de 2017 e 20 de abril de 2017

Atividades	Total
Alvarás de licenças de obras de construção	5
Alvarás de licenças de autorização de utilização	2
Alvarás de licenças de obras de demolição	0
Alvarás de loteamento	0
Alvarás de remodelação de terrenos	0
Alvarás de licença de ocupação da via pública e de espaço público	4
Alvará de licença especial para acabamentos	0
Alvarás de licença especial de ruído	0
Obras isentas de licenciamento municipal	17

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

Certidões e Declarações emitidas	22
Requerimentos submetidos a despacho	180
Ofícios elaborados	119
Consultas a entidades pelo portal autárquico	3
Vistorias realizadas pela comissão de vistorias	2
Ações de fiscalização/visitas a obras em curso	175
Embargos de obras efetuadas pela fiscalização	0
Vistorias a redes de águas e esgotos de obras particulares	8
Abertura de valas para ramais de eletricidade autorizadas	5

### **Atividades não quantificadas**

Apoio administrativo e técnico ao atendimento (back-office)  
Atendimento ao público, munícipes e técnicos, presencial e via telefone;  
Fiscalização da feira semanal da segunda-feira e das feiras do concelho;  
Fiscalização de situações várias não integradas em processos de obras particulares;  
Participação em reuniões na Comissão da Reserva Agrícola Nacional;  
Envio mensal da estatística das obras particulares para o INE;  
Procedimentos relativos ao início da Revisão do PDM;  
Procedimentos relativos à Operação de Reabilitação Urbana;  
Procedimentos relativos à aquisição de cartografia;  
Realização de Visitas Domiciliárias/ Vistorias de apoio para verificar as condições habitacionais de Agregados Familiares que recorrem ao Gabinete de Ação Social e Saúde.

### **Gabinete de Desenho**

- Levantamento da Antiga Casa Dr<sup>a</sup> Seíça Neves - Plantas dos Pisos / Alçados / Envolvente;
- Desenho da Associação, Instrução e Recreio 1º de Maio – Alfarelos;
- Início do Projeto de 3 dimensões, do estudo do Centro de Reciclagem da Charneca;
- Estudo / projeto da antiga Escola Primária do Pinheiro;
- Elaboração de três propostas de passagem para peões junto à Escola Martinho Áreas;
- Levantamento e proposta / projeto parque infantil para o Pedrogão do Pranto;
- Levantamento e proposta / projeto de bar apoio para recinto de festas para Queitide, Vinha da Rainha;
- Levantamento edifício INTEP, para elaboração de mapa de quantidades;
- Elaboração de mapas do concelho com localização de pré escolas;
- Levantamento e elaboração de proposta para Extensão de Saúde provisória, na junta de Freguesia de Granja do Ulmeiro;
- Elaboração de estudo de alteração do interior do edifício do antigo INTEP;
- Projeto / proposta de uma rotunda para Queitide;
- Planta de saída de Emergência/Evacuação para o edifício do antigo INTEP;
- Colocação de números de polícia em várias localidades da Freguesia de Soure em articulação com a Junta de Freguesia;

### **Topografia**

- Conclusão do levantamento para os acessos à Plataforma Logística de Alfarelos/Granja do Ulmeiro;
- Levantamento para execução do projeto do Ponto de Recolha de Resíduos Recicláveis de Samuel;

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

- Levantamento do campo de futebol da Carvalheira e terrenos envolventes;
- Levantamento do cruzamento para a Zona Industrial de Queitide (EM342) e zona envolvente para instalação de uma rotunda e desvio de uma vala;
- Elaboração de uma planta topográfica com o terreno da ETAR de Vila Nova de Anços e com o terreno remanescente da cedência feira aos Pauliteiros;
- Execução de alterações na planta topográfica da APPACDM;
- Levantamento do largo de festas e zona envolvente nos Lousões.

### CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO DE LARGOS E PRAÇAS

- . Reconstrução de um Muro de Vedação - Brunhós
- Escolha do Procedimento Prévio

### CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO/AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

- . Antiga Escola Secundária - Sede dos “Cascos e Rolhas”
- Escolha do Procedimento Prévio

### CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO DE LARGOS E PRAÇAS

- . Cercal - Largo da Capela
- Escolha do Procedimento Prévio

### CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO/AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

- . Antiga EB1 do Melriçal
- Homologação do Auto de Receção Provisória

## SANEAMENTO E SALUBRIDADE

---

### SANEAMENTO

<b>SANEAMENTO</b>	
<b>Designação</b>	<b>Quant.</b>
N.º de Contratos	2
N.º de ramais executados	6
Limpeza de fossas efetuadas	138
Prolongamento de coletores – Rua das Hortas em Casal de Almeida – Obra concluída	
N.º Km. efetuados no apoio ao setor (Fevereiro/Março)	3.581
N.º Horas de trator no apoio ao setor (Fevereiro/Março)	136
Quantidade de litros de gasóleo (Janeiro/Fevereiro)	979,36
Efluente tratado na Etar de Figueiró do Campo	

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

Acompanhamento diário das Etar's	13
Verificação das estações elevatórias	32

. FECHO DE SISTEMAS

- . Fecho da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Gesteira/Piquete à Povoação de Lousões
  - Adjudicação

RESÍDUOS SÓLIDOS - REDE COMPLEMENTAR

- . Higiene Pública - Óleos Alimentares
- . Prestação de Serviços
  - Escolha do Procedimento Prévio

POSEUR - PROGRAMA OPERACIONAL SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA CICLO DA ÁGUA

- . Cadastro das Infraestruturas Existentes nos Sistemas em Baixa
- . Levantamento de Dados - Cadastro Físico
- . Reconciliação de Dados do Inventário Físico vs. Contabilísticos Existentes
  - Escolha do Procedimento Prévio
  - Adjudicação

POSEUR - PROGRAMA OPERACIONAL SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA CICLO DA ÁGUA

- . Cadastro das Infraestruturas Existentes nos Sistemas em Baixa
- . Proposta de Aquisição de Software SIG
  - Escolha do Procedimento Prévio

. POSEUR-03-2012-FC-000645

- . Fecho da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Alfarelos/Granja do Ulmeiro
  - Notificação da Decisão de Aprovação da Candidatura
    - . Termo de Aceitação

POSEUR-03-2012-FC-000660

- . Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Casa Velha, Casal Novo e Gabriéis
  - Notificação da Decisão de Aprovação da Candidatura
    - . Termo de Aceitação

POSEUR-03-2012-FC-000632

- . Rede de Esgotos de Vinha da Rainha - Zonas Norte e Central
  - Notificação da Decisão de Aprovação da Candidatura
    - . Termo de Aceitação

CENTRO DE PROTEÇÃO ANIMAL - CANIL/GATIL

- . Canil Municipal
  - Homologação do Auto de Receção Provisória

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure,  
realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do  
Município, em 28 de Abril de 2017**

**RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS  
REDE COMPLEMENTAR**

N.º de Levantamentos de Contentor/Freguesia e Quantidades Recolhidas								
Freguesia	N.º Levantamentos Contentor				Quantidades recolhidas (Ton.)			
	Fevereiro			Total	Fevereiro			Total
Alfarelos	4			4	8,98			8,98
Brunhós				0				0
Degracias	2			2	3,64			3,64
Fig. do Campo	2			2	4,68			4,68
Gesteira	1			1	1,82			1,82
Granja do Ulmeiro	1			1	1,62			1,62
Pombalinho	1			1	1,96			1,96
Samuel	2			2	4,34			4,34
Soure	4			4	8,18			8,18
Tapéus	3			3	4,6			4,6
Vila Nova de Anços	2			2	3,9			3,9
Vinha da Rainha	1			1	1,72			1,72
TOTAL Parcial	23	0	0		45,44	0,00	0,00	
TOTAL	23				45,44			

QUANTIDADES RSU ENCAMINHADAS PARA TRATAMENTO (ERSUC)

Quantidades RSU Encaminhadas para Tratamento(ERSUC)			
	Fevereiro	Março	Total (Ton)
RSU	412,04	446,48	858,52

Recolha e Transporte a Destino Final_Fevereiro e Março 2017			
	Fevereiro	Março	Total (Ton)
N.º de Recolhas e Transporte Efetuados pelo Município	8	10	18
Toneladas RSU recolhidas pelos nossos Serviços	28,94	33,98	62,92

Prestação de Serviço de Recolha e Transporte a Destino Final _Fevereiro e Março 2017			
	Fevereiro	Março	Total (Ton)
N.º de Recolhas e Transporte Efetuados	50	60	110
Toneladas RSU recolhidas	383,1	412,5	795,6

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure,  
realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do  
Município, em 28 de Abril de 2017**

Resíduos de Embalagem Recolhidas nos Ecopontos			
Recolha Seletiva	Janeiro	Março	TOTAL (Ton.)
Vidro	9,74	14,84	24,58
Papel/Cartão	7,30	9,22	16,52
Embalagens	9,98	14,02	24,00
<b>TOTAL (Ton./Mês)</b>	<b>27,02</b>	<b>38,08</b>	<b>65,10</b>

HIGIENE PÚBLICA

Lavagem e Desinfecção de Contentores\_Fevereiro 2017

Localidades	Data de Limpeza e Desinfecção	N.º Contentores Lavados	
Soure(Vila)	20/fev	26	26
Vila Nova de Anços	20/fev	11	11
Casal do Redinho	21/fev	6	6
Alfarelos	21/fev	16	16
Várias Localidades	22/fev	30	30
Casal de Almeida/Cabeça Carvalha	23/fev	6+3	9
Vale Pedras Feixe e Queitide	23/fev	2+5+3	10
Vinha da Rainha	23/fev	22	22
Barreiras/Porto Godinho	23/fev	4+6	10
Pedróvão do Pranto e Azenha	23/fev	10+1	11
Coles de Samuel	23/fev	13	13
Serroventoso/Souselas e Belide	23/fev	4+3+3	10
Bonitos/Casais da Misericórdia	24/fev	4+6	10
Simões/Sobral/Lourenços	24/fev	11+14+2	27
Marzagão/Casal da Venda/Vale da Borra	24/fev	1+4+2	7
Casalinhos/Camparca/Louzões/C. Velha	24/fev	10+3+4+3	20
Granja do Ulmeiro/Alagôas	27/fev	46+3	49
Figueiró do Campo/Entre Valas	27/fev	29+1	30
Gesteira/Piquete	28/fev	9+5	14
Cercal	28/fev	10	10
Brunhós	28/fev	7	7
Carvalhal da Azóia/Carcavelos	28/fev	8+2	10
			<b>358</b>

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

Manutenção e Conservação das ETAR Existentes

Limpeza e Manutenção dos Espaços Envolventes às ETAR

Limpeza de Fossas

### **PROTEÇÃO CIVIL**

---

#### **SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL**

- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PMDFCI
- . Apresentação do Dispositivo Especial de Combate de Incêndios Florestais – 2017

#### **GABINETE TÉCNICO FLORESTAL**

- Normal Funcionamento
- Participação no “ Dia Mundial da Árvore” (21 de março)
  - . Colaboração na entrega de pinheiros mansos (*Pinus pinea*) aos alunos dos Jardins de Infância
- Atualização de informação na plataforma SGIF – Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais
- Acompanhamento e elaboração de cartografia no âmbito dos processos de Arborização e Rearborização – Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, num total de 43 processo
- Acompanhamento dos trabalhos a efetuar pela EDP, nas faixas de gestão de combustível de linhas de Alta Tensão e de Média Tensão, no âmbito das ações programadas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
- Recolha direta de informação geográfica de determinadas infraestruturas existentes no concelho
- Informação e instrução do processo sobre os pedidos de autorização prévia de lançamento de fogo de artifício, no âmbito do Regulamento Municipal de Uso do Fogo e de Limpeza de Terrenos
- Informação e instrução de processos na sequência da falta de limpeza de terrenos privados, no âmbito do Regulamento Municipal de Uso do Fogo e de Limpeza de Terrenos

#### **ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SOURE**

Apoio regular às despesas de funcionamento

#### **EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – E.I.P.**

Apoio Regular

Transferências

Normal Funcionamento

## Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017

CEDÊNCIA DE VIATURAS/AUTOCARROS MUNICIPAIS  
ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SOURE

ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA

Número de consumidores por tipo de consumo	
Doméstico	9.469
Doméstico - Social 1 Elemento	8
Doméstico - Social 2 Elementos	6
Doméstico - Social 3+ Elementos	5
Doméstico – Familiar 5	1
Doméstico – Familiar 7	1
Comércio	270
Obras	41
Hotelaria e restaurantes	16
Medias superfícies comerciais	11
Café, Snak, outros	42
Indústria	64
Instituições Financeiras	7
ACD, IPSS, SFL e Bombeiros	126
Consumos próprios	70
Junta de Freguesias	35
Estado	13
Serviços públicos	13
Outros	1
Realização de contratos/colocação de contador	60
Atualização e envio de listagens de contratos de águas para o Portal das Finanças de acordo com o Art.º125 CIMI, Portaria 119-A/2015	226
Novas transferências bancárias	30
Número de consumidores que pagam por transferência bancária	5.359
Número de consumidores que pagam no agente	4.840
Emissão e envio de faturas por transferência bancária	10.707
Envio de recibos aos agentes de cobrança	9.495
Número de recibos devolvidos pelas agências bancárias	160
Número de recibos devolvidos pelos agentes de cobrança	1.036



**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure,  
realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do  
Município, em 28 de Abril de 2017**

Envio de avisos de falta de pagamento	1.196
Emissão de guias de débito	5
Cortes por falta de pagamento	35
Restabelecimento do fornecimento de água	18
Requerimentos de fugas de água prediais	5
Suspensão do fornecimento água	8
Execução de ramais	6
Mudanças de local do contador	1
Substituição de contadores	15
Reparação de avarias	85
Reparação de roturas	49
Limpeza de reservatórios de água	22
N.º Km. efetuados no apoio ao setor (Fevereiro/Março)	24.406
N.º Horas de máquinas no apoio ao setor (Fevereiro/Março)	164
Quantidade de litros de gasóleo (Janeiro/Fevereiro)	2.864,00
Quantidade de litros de gasolina (Janeiro/Fevereiro)	240,85
Aquisição de água ao Município de Ansião (Janeiro/Fevereiro)	940 m <sup>3</sup>
Aquisição de água ao Município de Pombal (Fevereiro)	4.047 m <sup>3</sup>
Acompanhamento diário de captações de água	14
Verificação das estações elevatórias	28
Caudais explorados (Fevereiro/Março)	341.831 m <sup>3</sup>

CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE

- . Substituição de Tubagem de Distribuição no Casal da Venda e Sobral de Cima
- Adjudicação

<b>Qualidade da Água de Consumo Humano_Março e Abril 2017</b>		
<b>Sistema de Abastecimento</b>	<b>Controlos</b>	<b>N.º Parâmetros Analisados</b>
<b>Bonitos</b>	2CR1	6
<b>Brunhós</b>	2CR1	6
<b>Camarinheiras</b>	2CR1+1CR2+1CI	70
<b>Carrascal</b>	2CR1+1CR2+1CI	70
<b>Carregosa</b>	2CR1 + Radionúclídeos	12

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure,  
realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do  
Município, em 28 de Abril de 2017**

<b>Casa Velha</b>	2CR1+1CR2+1CI + Radionúclideos	76
<b>Casas Novas</b>	1CR1	3
<b>Feixe</b>	1CR1+1CR2+1CI	37
<b>Ourão</b>	3CR1+1CR2	21
<b>Pouca Pena</b>	2CR1+1CR2	18
<b>Rego</b>	2CR1+1CR2	18
<b>Sabugueiro</b>	1CR1	3
<b>Saca Bolos</b>	2CR1+1CR2	18
<b>Vale de Oliveira</b>	2CR1+1CR2	18
<b>Vila Nova de Anços</b>	2CR1	6
<b>Total</b>	<b>28CR1 + 9CR2 + 4CI + 2 Radionúclideos</b>	<b>382</b>

CR1 - Controlo de Rotina 1

CR2 - Controlo de Rotina 2

CI - Controlo de Inspeção

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

---

### **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

---

#### **TURISMO**

Investimentos Privados  
Projeto “Termas do Bicanho”  
Acompanhamento

#### **APOIO À ATIVIDADE ECONÓMICA**

Investimentos Privados/ Acompanhamento.

#### **TERRAS DE SICÓ**

Participação em reuniões.  
Reuniões preparatórias para a organização da XXIX Expositó, a realizar em Maio, em Soure.

---

### **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES - REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**

---

#### **CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS URBANAS**

- . EN 342 em Queitide
- Escolha do Procedimento Prévio
- Adjudicação

#### **MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES**

- . Serviços Externos de Manutenção
- Escolha do Procedimento Prévio
- Adjudicação

#### **BENEFICIAÇÃO DO CM 1114 - RIBEIRA DA MATA/FIGUEIRÓ DO CAMPO**

- Homologação do Auto de Receção Provisória

#### **RECARGAS**

- . Estrada de Ligação entre Cabeça Carvalha e Alagoa
- . Arruamentos e Ligações na Freguesia de Samuel
- . Arruamentos e Ligações na Freguesia de Vinha da Rainha
- Escolha do Procedimento Prévio

#### **CONSERVAÇÃO /REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS URBANAS**

- . Reparação de Deslizamento de Via na Painça
- Homologação do Auto de Receção Provisória

#### **CONSERVAÇÃO /REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS URBANAS**

- . Zona de Santo Isidro - Rua Principal
- . Drenagem e Saneamentos
- Homologação do Auto de Receção Provisória

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

### SINALIZAÇÃO DIVERSA

- . Troço da EM 348 entre a Rotunda das Degraças e o IC2
- Escolha do Procedimento Prévio

### SINALIZAÇÃO DIVERSA

- . Troço da EM 342 na Zona de Santo Isidro
- Homologação do Auto de Receção Provisória

### CONSERVAÇÃO /REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS URBANAS

- Homologações dos Autos de Receção Provisória
- . Construção de um Muro de Suporte em Alfarelos (EB1)
- . Construção de um Muro de Suporte em Figueiró do Campo
- . Estrada de Ligação entre o Casal do Redinho e a Ribeira da Mata

### Beneficiação do CM 1113 entre Vila Nova de Anços e o Limite do Concelho (com Condeixa)

- Homologação do Auto de Receção Definitiva

### DEFESA DO MEIO AMBIENTE

---

#### LIMPEZAS

Diversas limpezas de taludes e bermas em diversas freguesias.

#### MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS

- . Serviços Externos de Manutenção
- Escolha do Procedimento Prévio
- Adjudicação

### MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS

---

Serviços de Água, Energia, Turismo e Termalismo

Apoio na resolução de avarias, nos seguintes locais:

Captações de água de :

- o Casa Velha
- o Casais das Camarinheiras
- o Cercal
- o Ourão
- o Vila Nova de Anços

Reservatórios de água de :

- o Beltrões
- o Carregosa
- o Casconho
- o Carvalhal da Azoia

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

- Figueirinha
- Santilhana
- Vila Nova de Anços

### Sector de Instalações e Equipamentos

Execução de diversas reparações nas Piscinas de Vila Nova de Anços

- *Reparação da iluminação interior;*
- *Reparação da iluminação exterior;*
- *Reparação do controlo dos chuveiros de saída dos balneários;*
- *Reparação do enrolador das cobertas noturnas do plano de água;*

Execução de diversas reparações no Espaço Multiusos Soure 1111

- *Diversas reparações na iluminação exterior;*
- *Execução de diversas reparações nos edifícios Municipais*
- *Computadores de uso profissional;*
- *Máquinas de lavar roupa;*
- *Máquinas de lavar louça;*
- *Aquecedores;*
- *etc...*
- *Diversas reparações de iluminação nos edifícios seguintes:*
- *Edifício dos Paços de Concelho;*
- *Biblioteca Municipal*
- *Pavilhão Gimnodesportivo da encosta do Sol;*
- *Piscinas de Vila Nova de Anços*
- *Campo de Futebol da Vinha da Rainha;*
- *Campo de Futebol de Soure*

### Serviços de Saneamento e Salubridade

Apoio na resolução de avarias, nos seguintes locais:

*ETAR's de :*

- Brunhós
- Carvalhal da Azoia
- Pouca Pena
- Paleão
- Vila Nova de Anços
- Soure

*Estações Elevatórias de Esgoto de:*

- Pouca Pena
- Paleão
- Sobral

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

- Soure
- Vila Nova de Anços

### Serviços Educativos

Apoio na resolução de avarias, nos seguintes locais:

#### *Centros Escolares de :*

- Degracias – Pombalinho
- Granja do Ulmeiro
- Samuel
- Tapéus

#### *Escolas Básicas de :*

- Alfarelos
- Figueiró do Campo
- Gesteira
- Sobral
- Vila Nova de Anços
- Vinha da Rainha

#### *Jardins de Infância de :*

- Sobral
- Soure - Praça da Republica
- Soure - Casa da Criança

## SERVIÇOS MUNICIPAIS

---

### **RECURSOS HUMANOS**

#### **\* Celebração de Contratos de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado na Carreira /Categoria de Assistente Operacional com:**

- António Mendes Coelho (com efeitos a 02-03-2017)

#### **\* Mobilidades Inter-Carreiras**

- Aida Margarida Pereira Dinis Pinheiro, para Assistente Técnico, com efeitos a 01.03.2017;
- Pedro Miguel Pereira Redondo, para Assistente Técnico, com efeitos a 01-03-2017;
- Cristina Paula Teixeira Felício, para Assistente Técnico, com efeitos a 01-03-2017.

#### **Cedência de Interesse Público**

- Susana Isabel das Neves Morim, para a Santa Casa da Misericórdia de Soure, com efeitos a 01 de abril de 2017.

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure,  
realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do  
Município, em 28 de Abril de 2017**

**FORMAÇÃO**

No período em apreciação foram frequentadas as seguintes ações de formação:

NOME DA AÇÃO	Nº DE TRABALHADORES
O (novo) Código de Procedimento Administrativo	1
O SIADAP nas Autarquias Locais	1
Contratação Pública	2

**CONTRATOS DE EMPREGO-INSERÇÃO (CEI)**

**Candidatura nº 126/CEI/16**

- Admissão de 3 Trabalhadores Subsidiados

**CONTRATOS DE EMPREGO-INSERÇÃO + (CEI+)**

**Candidatura nº 113/CEI+/16**

- Admissão de 4 beneficiários de RSI

**PATRIMÓNIO MUNICIPAL**

- **Comodato**

. Freguesia de Alfarelos; Antiga escola primária do Casal do Redinho.

. Freguesia de Samuel; Antiga escola primária de Serroventoso

D.A.G.F.R.H.

**SERVIÇO DE ATENDIMENTO GERAL/TAXAS E LICENÇAS/EdC**

– Atendimento ao Público –

**ATENDIMENTO MUNICIPAL**

Horário contínuo, ininterrupto e rotativo **entre as 9h00 e as 17h00, incluindo durante o período da hora de almoço.**

Postos de atendimento permanente: três – (3) - Funcionamento Regular.

**EdC – ESPAÇO DO CIDADÃO**

**Atendimento** com horário contínuo ininterrupto e rotativo, **entre as 9h00 e as 17h00, incluindo durante o período da hora de almoço.**

Postos de atendimento permanente: três – (3) - Funcionamento Regular.

Mediadores de Atendimento Digital de Espaços do Cidadão de Soure: seis funcionárias.

Emissão da Fatura e recebimento no posto de atendimento.

Programas informáticos utilizados para registo, movimentação e gestão de processos e pedidos efetuados pelos Municípes:

T.A.X.: Sistema de Taxas e Licenças: aplicação responsável pela emissão e controlo de todas as faturas emitidas no Atendimento.

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

S.C.A.: Sistema de Contabilidade Autárquica: responsável pelo lançamento da receita diária efetuada no Atendimento.

- SPO: Sistema de apoio/inserção /manutenção de processos de Obras recebidas no Atendimento.

- SGA: Sistema de Gestão de pedidos e processos de águas e saneamento recebidas no Atendimento.

### – Serviços Executados –

<b>SERVIÇOS MUNICIPAIS: Obras particulares - Águas e Saneamento – Taxas e Licenças</b>	
Atendimentos Presenciais Registados	<b>1.094</b>
<b>Serviços do EdC –ESPAÇO DO CIDADÃO</b>	
Serviços efetuados / mediados	<b>123</b>
Total	<b>1.217</b>

### – SERVIÇO DE EXPEDIENTE GERAL –

- Centralização do Correio do Município – Receção e Expedição.

- Centralização de Digitalização, Fax e Email do Município.

- Receção, Abertura, Classificação, Digitalização, Registo, Submissão a Despacho e Distribuição pelos Serviços, de toda a correspondência recebida e superiormente despachada.

- Pesquisa de correspondência registada e prestação de informação ao Município sobre pedidos e processos em curso.

- Apoio Administrativo e Técnico ao Serviço de Atendimento (*back-office*).

- Atendimento Telefónico (linha dedicada ao atendimento geral).

- Expedição de toda a correspondência.

- Difusão de informação pública de interesse geral pelos órgãos e serviços internos - Notas Internas, Ordens de Serviço e outros.

Conferência de pagamentos efetuados por Municípes via transferência eletrónica: mensalidades do serviço de apoio à família - posterior envio aos Serviços de contabilidade.

- Conferência de faturas de Transportes Escolares e cálculo das respetivas participações.



**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure,  
realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do  
Município, em 28 de Abril de 2017**

"Reclamações" no *livro amarelo* (da Administração Local) - uma

**S.G.D. - Sistema de Gestão Documental  
– Correspondência recebida –**

Documentos digitalizados e registados		
	Correio eletrónico (email)	736
	Fax	19
	Editais	26
	Notas Internas	22
	Requerimentos	68
	Ofícios	473
	Circulares	15
	Faturas	758
	Recibos	323
	Vales Postais	41
	Atestados	29
	Reclamações	16
	Convites	181
	Faltas - férias - licenças	652
	Informações	23
	Outros/Diversos	82
	Pedidos apoio	57
	<b>TOTAL / ENTRADAS</b>	<b>3.521</b>
	<b>SAÍDAS</b>	<b>1.131</b>

**– Correspondência Expedida –**

enviado via CTT	CORREIO POSTAL		
	MÊS	Nº Cartas	Valor (€)
	Fevereiro	6479	2,906,81€
Março	6291	2,755,21€	
	<b>TOTAL</b>	12.770	5,662,02€

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure,  
realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do  
Município, em 28 de Abril de 2017**

ANEXO 2

SITUAÇÃO FINANCEIRA

**1) SITUAÇÃO FINANCEIRA**

**- DÍVIDA A 24/04/2017**

- Outros Credores	69 561,36 €
- Banca	4 399 414,20 €
Total	4 468 975,56 €

INSTITUIÇÃO	N.º DO EMPRÉSTIMO	TERMO DO EMPRÉSTIMO	CAPITAL EM DÍVIDA
DGTF	PREDE	2018	199 155,20
CAIXA GERAL DEPÓSITOS	9015002614491	2021	111 792,33
CAIXA GERAL DEPÓSITOS	9015005669891	2021	1 541 731,75
CAIXA GERAL DEPÓSITOS	9015004919591	2026	562 875,66
CAIXA GERAL DEPÓSITOS	9015005023191	2026	112 741,70
DGTF	PAEL	2026	1 224 394,92
CRÉDITO AGRÍCOLA	56046806727	2029	320 050,58
NOVO BANCO	7770046376	2031	326 672,06
<b>Total</b>			<b>4 399 414,20</b>

**- DISPONIBILIDADES A 22/02/2017**

Caixa	648,09
Depósitos em Instituições Bancárias	1 721 492,18
Caixa Geral de - Depósitos	

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure,  
realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do  
Município, em 28 de Abril de 2017**

<i>Conta n.º PT5000350792000006793087</i>	<i>1 530 756,02</i>
<i>Conta n.º PT50003507920000759703013</i>	<i>78 309,67</i>
<i>Conta n.º PT50003507920002194593070</i>	<i>14 477,95</i>
<i>Conta n.º PT50003507920002265023024</i>	<i>3 490,00</i>
<i>Conta n.º PT50003507920002306493046</i>	<i>18 171,80</i>
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de - Pombal	
<i>Conta n.º PT50004531734011077531595</i>	<i>21 951,40</i>
<i>Conta n.º PT50004531734018751154356</i>	<i>30 016,90</i>
- Novo Banco	
<i>Conta n.º PT50000702530013769000634</i>	<i>24 318,44</i>

**2) DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS // EXECUÇÃO**

**Transferências para Freguesias e Coletividades // Por Área do Plano**

Área	Montante
Educação	61 990,14
Cultura, Desporto e Tempos Livres	92 831,98
Acção Social	69 182,62
Saúde	1 326,00
Habitação, Urbanismo e Urbanização	2 050,00
Protecção Civil	17 105,84
Abastecimento Público e Desenv.Económico	1 500,00
Comunicação e Transportes	16 745,00
Defesa do Meio Ambiente	5 650,00
	<b>268 381,58</b>

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure,  
realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do  
Município, em 28 de Abril de 2017**

**3) REPORTE DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA**

- DGAL

- ENVIO EM MARÇO / 2017 REFERENTE AO PERÍODO DE FEVEREIRO / 2017

- \* Mapa do Balancete
- \* Mapa do Controlo Orçamental da Receita
- \* Mapa do Controlo Orçamental da Despesa
- \* Mapa dos Fundos Disponíveis
- \* Mapa dos Pagamentos em Atraso
- \* Mapa dos Pagamentos PAEL

- ENVIO EM ABRIL / 2017 REFERENTE AO PERÍODO DE MARÇO / 2017

- \* Mapa do Balancete
- \* Mapa do Controlo Orçamental da Receita
- \* Mapa do Controlo Orçamental da Despesa
- \* Mapa dos Fundos disponíveis
- \* Mapa dos Pagamentos em Atraso
- \* Mapa dos Pagamentos PAEL
- \* Mapa dos Fluxos de Caixa
- \* Mapa do Endividamento
- \* Mapa das Contas de Ordem
- \* Mapa dos Empréstimos
- \* Mapa do Leasing
- \* Mapa do Factoring
- \* Mapa do Fundo Social Municipal
- \* Mapa do Ativo Imobilizado Bruto
- \* Mapa da Contribuição SM, AM e SEL para o Endividamento Municipal

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

### **4) REPORTE DE INFORMAÇÃO FISCAL**

- AUTORIDADE TRIBUTÁRIA

- MÊS DE MARÇO / 2017

- \* Declaração Periódica de IVA - Período de Fevereiro de 2017
- \* Comunicação eletrónica da emissão de faturas
- \* Envio da Declaração de Remunerações Mensal

- MÊS DE ABRIL / 2017

- \* Declaração Periódica de IVA - Período de Março de 2017
- \* Comunicação eletrónica da emissão de faturas
- \* Envio da Declaração de Remunerações Mensal

### **5) ACIDENTES DE TRABALHO**

- Registo de 1 acidentes de trabalho

### **6) RECURSOS HUMANOS**

**Pagamentos entre 23 de Fevereiro de 2017 e 24 de Abril de 2017**

- Remunerações Certas e Permanentes	689 902,00 €
- Abonos Variáveis ou Eventuais	47 628,85 €
- Encargos Sociais / Patronais	140 373,04 €
<b>Total</b>	<b>877 903,89 €</b>

### **7) LIBERTAÇÃO DE GARANTIAS BANCÁRIAS E EMISSÃO DE PRECATÓRIOS- 2 CHEQUE DE EMPREITADAS, APÓS HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS MESMAS**

#### **8) Aprovação/ Acompanhamento Financeiro Candidaturas**

	<b>Projeto</b>	<b>Investimento Total</b>	<b>Investimento Elegível</b>	<b>Comparticip. Aprovada</b>	<b>Facturado</b>	<b>Comparticip. Recebida</b>	<b>% Exec.</b>
Portugal 2020	Remodelação Unidade Saúde da Granja do Ulmeiro	473 560,40	370 000,00	314 500,00	14 710,80	0,00	0,00%
Portugal 2020	Paru de Soure	1 850 000,00	1 826 454,70	1 552 486,50	0,00	0,00	0,00%
POSEUR 2014/2020	Elaboração Cadastro das Infraestruturas existentes Sistemas	288 681,00	201 105,00	170 939,25	0,00	0,00	0,00%

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure,  
realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do  
Município, em 28 de Abril de 2017**

de AA e SAR							
Piloto de Compostagem de Soure	19 817,70	19 817,70	16 845,05	1 758,90	8,88%	0,00%	
Recicla Soure	834 777,31	834 777,31	709 560,71	2 038,73	0,24%	0,00%	
Rede Drenagem Águas Residuais Domésticas Gesteira, Piquete, Lousões	380 225,00	335 705,00	285 349,25	0,00	0,00	0,00%	
Rede Drenagem Águas Residuais Domésticas Casa Velha, Casal Novo e Gabriéis	592 225,00	592 225,00	503 391,25	0,00	0,00	0,00%	
Rede de Esgotos de Vinha da Rainha - Zona Norte e Central	994 999,99	994 999,99	845 749,99	0,00	0,00	0,00%	
Rede Drenagem Águas Residuais Domésticas Alfarelos/Granja do Ulmeiro	994 999,99	994 999,99	845 749,99	0,00	0,00	0,00%	
<b>TOTAIS</b>	<b>6 429 286,39</b>	<b>6 170 084,69</b>	<b>5 244 571,99</b>	<b>18 508,43</b>	<b>9,12%</b>	<b>0,00%</b>	

O Presidente da Câmara  
(Mário Jorge Nunes)  
2017/04/20

**Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:** “a Informação Escrita do período que mediou o dia 23 de Fevereiro e o dia 20 de Abril, informação que estamos a tentar melhorar no sentido de elementos da quantidade... confesso que estamos no período de fim de mandato, porventura outras formas haveria de apresentar esta Informação Escrita, teremos mais duas Assembleias Municipais, a de Junho e a de Setembro, onde voltará a haver este tipo de informação... as eleições são a 1 de Outubro... iremos manter a mesma estrutura. É uma estrutura a que estamos habituados, temática a ver com a ordenação idêntica àquela que vem no Plano de Atividades e com o qual nós nos regemos, em termos de apreciação da construção da própria Ordem de Trabalhos das reuniões e que, no nosso entender, sendo uma leitura exaustiva é de fácil leitura e acompanhamento. São números, a maior parte de forma quantitativa também, de alguma forma, subjetiva ou mais descritiva as ações que vamos desenvolvendo. Não são sempre as ações mais descritas aquelas que muitas vezes têm grande responsabilidade financeira, mas o Município também é isso mesmo, não é só as centenas de milhares ou os milhões que se podem gastar em grandes infraestruturas de utilidade e que se descrevem de uma forma simples mas também muito dos nossos recursos, nomeadamente na Educação, na Saúde, na Ação Social estão afectos a outras pequenas coisas que contribuem para o bem-estar da população e contribuem para a qualidade de vida dos cidadãos. Muitas vezes não é só as obras de grande monta... essa

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

descrição está feita, é tão exaustiva que não vejo necessidade de chamar à atenção em nada de especial. Há uma nota de um ponto que introduzimos nas duas últimas páginas, que é um ponto 8 da parte da execução financeira do anexo 2, Aprovação e Acompanhamento Financeiro de Candidaturas. De facto, aqui prova-se que foram aprovadas candidaturas recentemente; estão em fase de contratualização; outras já estão contratualizadas, estão em fase de projecto; o seu nível de execução é zero no global porque a maturidade das mesmas só agora está em condições de ir para o terreno, inclusive uma foi sujeita a Revisão Orçamental na Assembleia Municipal de Fevereiro, que é o Saneamento à zona dos Lousões, outras vão contribuir para a Revisão Orçamental que vamos fazer durante esta Sessão, que tem a ver com outras obras aprovadas e, portanto, achei importante manter esta transparência, sem qualquer complexo de acordo com aquilo que está a ser a execução, muito gostaríamos que a execução estivesse melhor, algumas são obras, quase todas elas, sujeitas a Concurso Público, sujeitas a uma tramitação demorada por imposição legal, mas estamos convencidos que, pelo tempo de duração que têm, para a semana daremos início à Remodelação da Extensão de Saúde da Granja do Ulmeiro, também para a semana terá início a obra de Saneamento Básico dos Lousões e algumas habitações da localidade limítrofe do Casal Novo. Já foi lançado o Concurso Público para a plataforma para a Freguesia de Granja do Ulmeiro/Alfarelos e para a zona norte e central da Freguesia da Vinha da Rainha bem como para as localidades de Matas, Gabriéis e Casa Velha. Já estão lançados Concursos Públicos também na área do Ambiente para o processo Recicla Soure e também já foi dado ordem de compra para a sua compostagem, que é um dos outros projetos, que é o projeto piloto da compostagem, para o conjunto das IPSS, bem como o projecto de Modernização Administrativa, que está em audiência prévia, também um projeto na ordem dos 300.000,00 euros, nomeadamente a parte informática e, portanto, estamos a fazer os projetos quer do Mercado Municipal, quer para a Rua Alexandre Herculano, que estão em pré estudo, prontos a que se contrate as especialidades e o projeto propriamente dito, para avançar com a candidatura.”

**Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Dr. Francisco Malhão:** “começar por esta parte que foi destacada pelo Senhor Presidente, acho que realmente enriquece este documento e que é bom termos uma ideia sobre estes projetos.

Fazer uma saudação às Comemorações do 43.º Aniversário do 25 de Abril e do 3.º Encontro de Juventude, que achamos que foram umas comemorações com qualidade, dinâmica, participação e muita diversidade de eventos. Estão de parabéns os participantes e as entidades organizadoras.”

**Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Evaristo Duarte:** “relativamente à Protecção Civil queria dar conhecimento a esta Assembleia que, enquanto representante

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

das freguesias na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, tivemos uma reunião hoje, aqui neste Salão Nobre, para aprovação do POM - Plano Operacional Municipal. Como sabem, é um documento estratégico, que é dinâmico e que necessita de atualização anual.

Nesta área também foi dado conhecimento do Programa de Ação para 2017 relativamente à Equipa de Sapadores Florestais e do Relatório de Actividades de 2016, referente a esta mesma equipa. Este era um assunto de que penso que devia ser dado conhecimento a esta Assembleia porque é um tema importante relativamente à Proteção Civil, uma vez que se avizinha a época dos incêndios florestais.”

**Usou da palavra a Senhora Deputada Municipal, Dra. Fátima Nunes:** “vou dedicar apenas umas palavras para o Projeto Empreendedorismo na Escola, um programa lançado pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, da qual o Concelho de Soure faz parte. A Câmara Municipal de Soure participou com três projetos de alunos do Ensino Secundário Profissional da Escola Secundária Martinho Árias, que foram os projetos Coffe Body Care, Sake Soure e Soure Tour, projectos com ideias criativas e exequíveis com impacto no nosso Concelho, vencendo o projeto da Soure Tour virado para o Turismo, promovendo o Património e os Produtos Endógenos da região. De referir ainda que, para além do Ensino Secundário Profissional, o 3º ciclo também esteve representado num modelo diferente uma vez que não era por equipa mas sim por turma, onde houve uma turma que apresentou o projeto Paisagens e Paladares e que irá representar Soure na Expo Mortágua a 27 de Maio. Este Programa de 2017 foi alargado ainda ao 1.º ciclo num outro modelo mas de modo a incutir, já nos mais pequeninos, a ideia e o significado de empreendedorismo. Este projeto municipal do 1º ciclo, através do teatro e jogo, será apresentado publicamente a 3 de Junho, onde participam as Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Sobral, Samuel e das Degracias/Pombalinho.

Este Programa, promovido pelo CIM - Escolas Empreendedoras, visa criar uma cultura empreendedora, promoção de espírito de iniciativa, cooperação e criatividade nos nossos jovens e crianças. Felicito, assim, o Município e todo o Executivo por integrar esta iniciativa.

**Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:** “saudar as duas intervenções, da Senhora Deputada Dra. Fátima Nunes e do Senhor Deputado Evaristo Duarte, estas duas por terem acrescentado, e também do Deputado Dr. Francisco Malhão, por ter falado nas Comemorações do 25 de abril que decorreram nesta fase e eu espero que o Senhor Deputado Dr. Francisco Malhão compreenda aquilo que eu disse no início desta Informação Escrita, ela foi trabalhada antes do 25 de Abril, foi



## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

trabalhada entre 23 de Fevereiro e o dia 20 de Abril, por isso o 25 de Abril vai ficar referenciado na Informação Escrita de Junho.

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Dra. Fátima Nunes, de facto, esta área da Educação está a ser trabalhada pela Comunidade Intermunicipal, há um projeto que vem fazendo parte do nosso plano de ação e nós, mesmo para o nosso Plano de Atividades 2016, estamos à espera e contemplamos algumas ações de melhoria e apoio dos resultados escolares no nosso Concelho. Felizmente que somos um dos Concelhos sem abandono escolar no ensino obrigatório, enfim os resultados qualitativos podem ser melhor ou piores mas, de forma quantitativa somos um Concelho sem abandono escolar. Somos um Concelho que participa activamente e, este ano, a participação ainda foi mais expressiva e a participação em Tábua, coordenada pela Senhora Vereadora Nádía Gouveia, que acompanha esta área da Educação, a nota que temos é que foi bastante mais expressiva e está lançado o desafio para que os alunos possam participar também, em nome de Soure, na Expo Mortágua, onde Soure também estará presente com um stand, à semelhança do que já temos feito em Miranda do Corvo ou no Festival da Lampreia em Montemor-o-Velho ou na BTL ou até mesmo na FITUR e agora vamos estar também, “debaixo do chapéu” da CIM, na Feira do Turismo e do Imobiliário em Paris no fim de semana de 11 a 14 de Maio, com alguns meios promocionais do Concelho, nomeadamente vídeos promocionais, folhetos, material de promoção turística e também de promoção imobiliária.

O assunto trazido pelo Deputado, Presidente de Junta Freguesia da Vinha da Rainha, representante das Juntas de Freguesias na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, deu nota que hoje mesmo aprovámos o Programa Operacional Municipal mas também, há poucos dias, tinha sido aqui apresentado o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, na presença do CODIS e dos representantes das outras autoridades que intervêm nesta área. Não é por falta de planos que nós somos um Concelho mais ou menos vulnerável aos incêndios, o ano passado, em termos de área ardida fomos uma exceção, coisa só vista em 2005 e esperemos que não volte a acontecer tão depressa. Há uma preocupação do Município, da sua Equipa da Proteção Civil Municipal, em articulação com as Juntas de Freguesia, em desenvolver ações da defesa da floresta, um outro trabalho que é feito ao longo do ano pelo Gabinete Técnico Florestal, numa excelente articulação com a Associação Saurium Florestal e com os Serviços da Natureza da própria GNR, que têm ações de fiscalização, ações de contra-ordenação para quem não cumpre a lei, especialmente a 124/2006 e nós vamos passar para esta fase mas complicada, portanto, como disse o Senhor Deputado Evaristo, e bem, já não há épocas de incêndios e temos que estar preparados todo o ano. Também está espelhado, quer no Relatório de Atividades, quer na nossa Informação Escrita, que o nosso apoio aos Bombeiros, como “braço armado” da Proteção Civil Municipal, com os diversos Protocolos que estão em vigor entre as duas instituições, a municipal e a Associação

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

Humanitária, é para manter e até, em meu entender, reforçar porque o trabalho e a disponibilidade do voluntariado tem que estar de acordo com as exigências, cada vez maiores, na salvaguarda das pessoas e dos bens... uma preocupação pelo ativo, dos nossos recursos naturais e pela floresta, é mais uma forma de ver que devemos reforçar inclusive o apoio aos Bombeiros de Soure, que viram aprovado, e isso nos foi comunicado, o apoio, através do POSEUR - Programa Operacional para a Sustentabilidade dos Recursos para ampliação do Quartel da Granja do Ulmeiro... ficou aquém a nossa expectativa financeira sobre o volume do apoio e sobre o tipo de obra elegível, mas incentivámos os Bombeiros a levarem por diante a obra, em que o Município fará o esforço, não para os 15% do valor global da obra mas para os 15% daquilo que for a componente nacional e ficam os Senhores Deputados Municipais a saber que faremos um esforço adicional para compensar a parte não elegível que ficará a cargo dos Bombeiros, isto em simultâneo com o apoio que vamos propor ao Município, na próxima reunião de Câmara, também no âmbito da Protecção Civil, no apoio à Associação Saurium Florestal, porque fez um investimento de cerca de quarenta mil euros recentemente na compra de um trator e respectivos corta-mato, onde o Município também vai participar com uma percentagem que o Executivo aprovará na próxima Reunião de Câmara. Também dar condições à Associação Saurium Florestal para que seja um parceiro ainda com mais capacidade junto desta operacionalidade, que é o Plano Operacional Municipal onde a Saurium Florestal também participa e, por isso, devemos ser intervenientes e motivadores e ter factores de motivação para que haja mais investimento nesta matéria.

Ficou também concluída, agora durante o inverno, toda uma reparação quer em termos de Abastecimento de Água, quer em termos de sinalização, pintura e condições de segurança de operacionalidade dos helicópteros dos diversos pontos de água existentes no Concelho. Foi uma tarefa adjudicada o ano passado, com serviço fora, ficou concluída e, neste momento, todos os pontos de água do Concelho estão operacionais.”

### **Foi apreciada a Informação Escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.**

-----  
-----

#### **PONTO 2. APRECIACÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS / 2016**

Foi presente a seguinte informação:

# **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

## **Inventário e Cadastro dos Bens Móveis e Imóveis Municipais**

### **CrITÉRIOS ValorimÉtricos Utilizados e sua FundamentaÇão**

Para efeitos de avaliação e atualização dos bens autárquicos do Imobilizado Corpóreo, quer do Domínio Privado, quer do Domínio Público, e em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 e nas alíneas h) e i) do n.º 2, do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e tendo em conta a entrada em vigor do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e conjugado com a Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, foram utilizados os seguintes critérios valorimétricos:

#### **Bens adquiridos até 31/12/2001 (sujeitos a inventariação)**

- I. Para os bens móveis foi utilizado o critério do custo histórico (custo de aquisição);
- II. Para as viaturas, máquinas e ferramentas seguiu-se o mesmo critério;
- III. Na valorimetria dos imóveis e outras construções seguiram-se os critérios contidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 31.º da Portaria n.º 671/2000, que são:
  - a. Custo de construção;
  - b. Custo de grande reparação/conservação;
  - c. Valor estimado provisório, até avaliação definitiva atribuída pela comissão legalmente prevista.
- IV. As partes de capital (investimentos financeiros) foram avaliadas ao custo de aquisição;
- V. As dívidas de e a terceiros correspondem às importâncias constantes dos documentos que as titulam.

#### **Bens adquiridos após a vigência do POCAL (A partir de 01/01/2002)**

- I- Após a implementação do POCAL, a valorimetria dos bens autárquicos dos domínios público e privado segue a orientação preconizada pelo n.º 1 do artigo 31.º da Portaria n.º 671/2000 nas suas alíneas:
  - a) O custo de aquisição;
  - b) O custo de produção.Acrescido das despesas adicionais de instalação, funcionamento ou utilização, conforme o disposto no n.º 3 do mesmo artigo da mencionada Portaria.
- II- Para os bens (móveis e imóveis) ainda em processo de valorização e inserção patrimonial mantêm-se os critérios constantes nos pontos I, II e III referidos para o período até 31/12/2001.
- III- Na valorimetria dos investimentos financeiros (partes de capital) e nas dívidas de e a terceiros mantêm-se os procedimentos dos pontos IV e V antes indicados.

Soure, 29 de março de 2017  
A Técnica Superior,  
(Carla Antunes, Dr.ª)

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

**Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Dr. Francisco Malhão:** “à luz daquilo que tem sido a nossa intervenção neste ponto, e dando atenção também a recomendações do ROC, gostaria de saber se hoje está mais claro o fim desta inventariação para que realmente conste no Balanço todo o imobilizado... enfim, a “luz ao fundo do túnel” para sabermos... temos este património, a partir daqui não há mais nada a avaliar/inventariar... será que já há uma ideia sobre quando!?”

**Usou da palavra a Senhora Deputada Municipal, Dra. Fátima Nunes:** “o uso da minha palavra neste ponto prende-se com a variação positiva entre 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2016, que é superior a 1.351.000,00 euros. A minha questão é se este investimento, esta diferença é originada por bens adquiridos em 2016 ou se já houve alguma reavaliação que ainda não estava feita anterior a 2001?”

**Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:** “indo para a última questão, que responde um pouco à primeira do Senhor Deputado, Dr. Francisco Malhão, obviamente respondendo à sua questão, Senhora Deputada Dra. Fátima Nunes, é a conjugação das duas coisas, só não sei responder em concreto em que proporção mas responde às duas questões... à sua, dizendo que é a conjugação das duas porque também no nosso relatório é dito que temos feito alguns progressos nesta matéria. E digo, até por um ponto que vem a seguir, que é uma recomendação, do Tribunal de Contas, na homologação da Conta de Gerência de 2014, portanto já no exercício deste mandato e daquilo que são as obrigações do Executivo Municipal, digo-lhe que... os Senhores interpretem como quiserem mas não é uma desculpa de mau pagador... nós, de facto, devíamos ter, e eu gostaria muito, pela minha maneira de ser, de gerir e de interpretar os bons princípios da administração, devíamos ter feito muito mais nesta matéria. Pena é que a administração que nos tutela demore 5 anos a dar um resultado de uma auditoria, demore 3 anos a dar um resultado de uma homologação de umas contas e, portanto, todo o efeito pedagógico que estas questões trazem virem fora de tempo, até porque e convém aqui esclarecer e nós sempre o admitimos quer em reuniões de Câmara, quer aqui na sede desta Assembleia, e é público que o Senhor Deputado Dr. Francisco Malhão é da área económica e a Dra. Fátima Nunes é Técnica Oficial de Contas inscrita na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e sabe que estamos num processo, na administração pública, ainda de transição sobre contabilidade. Ainda estamos no uso do POCAL - Programa de Contabilidade da Administração Local, as instituições privadas já têm que mostrar o seu património e a sua atividade pelo Sistema de Normalização Contabilística, está criada, tem estado em discussão e tem vindo a ser sucessivamente adiada o SNC da administração pública e ainda haverá o Sistema de Normalização Contabilística da administração local onde estamos inseridos e, portanto, o investimento para mudar, para corrigir, para alterar, para adequar alguns procedimentos... são só princípios não está em causa os princípios...”

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

está em causa os procedimentos da demonstração daquilo que é o património de qualquer instituição e a contabilidade, resumidamente, é uma demonstração permanente, dentro de determinado tipo de prazo, daquilo que é o património de uma pessoa ou de uma instituição e, de facto, ele ainda não é aquilo que desejamos mas, com a recomendação que o Tribunal de Contas nos está a fazer, tendo homologado a Conta de 2014... já duvido que venha a entrar o SNC para o ano... é melhor acolher esta recomendação e vale mais arrumar com este assunto de alguma dúvida pela subavaliação que haverá no inventário municipal. E porque é que é expectável que seja subavaliação? Porque, de facto, “nunca” se mandou avaliar o património anterior à entrada em vigor do POCAL... esta é a principal causa... entrou em vigor o POCAL, tudo o que a Câmara passou a executar e a mexer passou a estar avaliado e estar bem descrito, inequivocamente, de acordo com as regras do POCAL, no património, o problema prende-se com o que já vinha de trás antes do POCAL mas também há aqui um pormenor... podíamos ter sido mais ligeiros e até dizer hoje que está tudo avaliado, se tivéssemos tido essa ousadia de querer aqui mascarar alguma coisa e ter aqui algum conforto administrativo... reparem, desde a entrada em vigor do POCAL, pelo Decreto-Lei 162/99, passaram 18 anos... a maior parte dos equipamentos que hoje têm valor para o Município já todos têm mais de 18 anos... as redes de saneamento, as redes de água, as estradas... tudo aquilo que constitui valor, o que é que falta avaliar? Desde logo, um artigo precioso e que nunca tem depreciação, que são os terrenos ou a base dos prédios, quer aqueles que estão ao livre uso do Município para bens do domínio público que é o caso da estradas, terrenos adquiridos para esse fim ou que estejam destinados a bens do domínio privado municipal, onde esteja instalada uma captação de água, onde esteja instalado uma ETAR, portanto isso nunca tem depreciação porque é um ativo que até se pode considerar que valoriza. Por exemplo, este edifício que tem mais de 100 anos... mas quando falamos não é tarefa... as empresas às vezes fazem para se recapitalizar, quando precisam de equilibrar os rácios de património e o que é que fazem? Podem ter uma acumulação, dos últimos anos, de resultados líquidos negativos significativo... estas têm imperativamente necessidade de verificar se têm mais património descrito na contabilidade e mandar avaliar... essa avaliação custa dinheiro, tem que ser feita por técnicos especializados inscritos na Comissão de Mercado de Valores Mobiliário, têm grandes honorários e depois validar por Revisores Oficiais de Contas e as Assembleias Gerais dessas instituições, neste caso a Assembleia Municipal aceitar essa valorização do património.

Até aqui foi entendido que isso não seria absolutamente urgente e muito prioritário, portanto, deixámos arrastar, quanto baste, um pouco este procedimento tendo em conta os custos e tendo em conta a razoabilidade deste tipo de operação. Neste momento está em curso um processo de cadastro e inventário de todo o sistema de águas e saneamento, portanto, foi uma tarefa que vai ser financiada pelo programa do POSUR; já foi feito a adjudicação do trabalho, aliás foram já assinados até os contratos... é um dos sectores que

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

dentro de meses estará devidamente inventariado, devidamente cadastrado e pronto a ser feita a sua avaliação e estamos convictos que o património que vai aparecer descrito nesse cadastro e inventariado que vai ser superior ao que está aqui neste inventário.

Para conforto dos Senhores Deputados, reafirmamos aquilo que foi dito e mesmo até em mandatos anteriores, que estas contas estariam subavaliadas porque não havia necessidade de procurar outro tipo de conforto, estávamos seguros que estes números, por defeito, eram verdadeiros e isso é reconfortante porque quando queremos exibir uma determinada imagem, se ela for apresentada por um valor mais modesto, tendo nós a consciência de que podemos ter um valor superior, é sempre confortante na sua avaliação.”

**Foi deliberado, por maioria, com 22 (vinte e dois) votos a favor -- 18 (dezoito) da Bancada do PS, 1 (um) da Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP-PPM, 2 (dois) do MCpS e 1 (um) da Bancada da CDU -- e 7 (sete) abstenções da Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP-PPM, aprovar a Proposta de Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais / 2016.**

-----

### **PONTO 3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS / 2016**

Foi presente a seguinte informação:

**ASSUNTO: DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS / 2016  
- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO**

O novo Regime de Contabilidade Autárquica (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 02 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril - Normas que revogam o Decreto-Lei n.º 341/83, de 21 de Julho), designado por Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL -, tem como “Objecto” - artigo 3.º do D.L. n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro - “A Contabilidade das Autarquias Locais compreende as Considerações Técnicas, os Princípios e Regras Contabilísticos, os Critérios de Valorimetria, os Documentos Previsionais, o Plano de Contas, o Sistema Contabilístico e o de Controlo Interno, os Documentos de Prestação de Contas e os Critérios e Métodos Específicos.”

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

**Os Documentos de Prestação de Contas** que, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º - Competência da Assembleia Municipal - e da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º - Competência da Câmara Municipal -, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e ainda com o previsto designadamente no ponto 2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, - Considerações Técnicas -, **deverão ser apreciados e aprovados** pelo **Órgão Executivo** e **apresentados** ao **Órgão Deliberativo** para igual tramitação durante o mês de Abril do ano seguinte àquele a que diz respeito, nos termos do n.º 1 do art.º 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais -, **são o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de Execução Orçamental, os Anexos às Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão.**

Estes Documentos de Prestação de Contas deverão ser remetidos, nos termos do n.º 4 do art.º 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, alterada pelas Leis n.º 87-B/98, de 31 de Dezembro, n.º 1/2001, de 04 de Janeiro, n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, n.º 48/2006, de 29 de Agosto, ao Tribunal de Contas, até 30 de Abril do ano seguinte àquele a que respeitam.

À superior consideração,  
O Técnico Superior  
(Ivo Costa, Dr.)  
2017.03.31

**Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:** “é um ponto de apreciação muito simples, no meu entender. Quer as sucessivas Informações Escritas, quer os pedidos de esclarecimento ao longo do ano, mostram bem, deixaram bem demonstrada, durante o ano de 2016, aquela que foi a nossa atividade. Está espelhada nos mapas que estão distribuídos e que fazem parte dos documentos obrigatórios da Prestação de Contas, que devem ser apreciados por esta Assembleia Municipal e remetidos ao Tribunal de Contas para homologação.

À semelhança do documento que foi acabado de aprovar por esta Assembleia, e que eu saúdo o voto responsável e de confiança que todos os Senhores Deputados, mesmo os que se abstiveram de alguma forma, dão e eu não me canso de me voltar a referir a ele porque, até ao final do mandato, hierarquizei e vou propor ao Executivo que tenhamos que deixar outro tipo de situação, em termos de custos operacionais do Município, para segundo plano e a terminarmos este mandato com um maior rigor no documento, com os riscos que possa ter, mais do lado da despesa quando até o Orçamento de Estado, para este ano, nos limita despesa na prestação de serviços para podermos concluir esta tarefa.

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

Esta questão do inventário não se consegue fazer, concluí-la num tempo rápido, com os recursos que temos afetos no Município e não temos recursos humanos suficientes, com capacidade técnica nesta área, para dar maior atenção ao património, correndo o risco de descuidar outras rotinas administrativas que não podem ser, de certo modo, descuradas em áreas fundamentais da gestão do Município, por isso, tecnicamente, naquilo que é a interpretação do artigo 49 do Orçamento de Estado para 2017, sobre a prestação de serviços, teremos que encontrar soluções informáticas e de pessoal para olhar uma forma mais urgente para a questão do inventário do património. Por outro lado, já estão contratualizadas as questões do setor de águas e saneamento e, portanto, esperamos que, ainda durante este mandato, consigamos deixar para o mandato seguinte uma tarefa mais facilitada nesta matéria. Outra coisa que garanto aos Senhores Deputados é que o trabalho feito pelos nossos técnicos na área da contabilidade, que é um trabalho de chegada de todo o fluxo de procedimentos, que começa na decisão política, passa pela execução da obra, pela aquisição de bens e serviços e termina pela correspondente questão financeira, que é, digamos, toda a nossa atividade começa na decisão política, extingue-se quando se paga ao fornecedor ou ao prestador de serviços e se começa a usufruir do bem ou do serviço que adquirimos e a aquisição desses bens e desses serviços é que determina as tarefas do Município dentro do seu quadro de competência. Portanto, os mapas e os documentos de Prestação Contas pretende-se que sejam mapas e documentos que traduzam a verdade da atividade do Município e eles, na minha opinião, traduzem a verdade sobre a atividade do Município durante o ano de 2016, a actividade corrente, a atividade daquilo que é a despesa primária ou despesa corrente e a atividade do investimento e que se traduz nas Grandes Opções do Plano e no seu Plano de Atividades pelas áreas mais relevantes das responsabilidades do Município.

Nós procuramos fazer o nosso melhor e o nosso melhor é traduzir o rigor do dia a dia na prossecução de atingir objectivos, de prosseguir estratégias de acordo com aquilo que é aprovado pela Assembleia Municipal em sede de Plano de Actividades... é isso que procuramos concluir durante o ano, fazendo isso com o rigor aprovado, ou seja, que as contas traduzão a nossa capacidade de realizar as ações que satisfazem as nossas necessidades e de acordo com a lei, com o Princípio da Legalidade e o Princípio da Legalidade, asseguro-vos que foi sempre presente, que foi sempre a nossa primeira intenção... agir de acordo com o Princípio da Legalidade, agir de acordo com o Princípio da Solidariedade Institucional de acordo com o mandato que nos está submetido, quer pelo voto popular, quer de acordo com aquilo que os Senhores Deputados aprovam aqui na Assembleia Municipal. Portanto, não executamos nada, por princípio, que fosse para além daquilo para que estávamos mandatados e no seguimento disso obviamente que as contas têm que repercutir práticas de boa gestão e essas práticas também se traduzem nos números, daí que o ativo tenha tido um aumento em 2016 e o passivo tenha tido uma diminuição, uma evidência das boas práticas de gestão e das boas práticas administrativas.



## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

Os Fundos Próprios apresentam um novo reforço, à semelhança dos anos anteriores. O Município apresenta melhoria nos seus rácios financeiros e nos seus rácios de solvabilidade, o que nos dá conforto para dizer à Assembleia Municipal que aquilo que fizemos foram compromissos mandatados por Vossas Excelências e o qual honramos, dentro do possível, dentro daquilo que é a nossa capacidade de aplicação, quer no grau de execução, que foi de 92,81%, em termos daquilo que foi as Grandes Opções do Plano, quer a nível da receita, quer a nível da despesa e nós aproxima-mo-nos desses bons rácios de execução, quer do Orçamento, quer do Plano.

Procurámos também aqui demonstrar, e remeti isso para as considerações finais, que é um resumo do documento de gestão, que pretende simplificar a vossa análise e ser um resumo do Orçamento de Gestão, em termos de Grandes Opções do Plano e das áreas mais relevantes, como é que evoluiu também a despesa nas grandes áreas.

Portanto, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Mesa, podia estar aqui a ler mas já constará da própria acta, as minhas considerações finais, que resumem, de forma bastante clara, aquilo que foi a nossa atividade municipal, que tem um relatório de gestão que contempla todos os grandes investimentos e todas as pequenas acções porque, como eu disse no princípio da intervenção, é dos grandes investimentos e das pequenas ações que se complementa aquilo que são os interesses legítimos dos Municípios para aquilo que entendemos que é a melhoria da nossa qualidade de vida.

Em suma, as nossas contas dão-nos a garantia que, com a ajuda de Fundos Comunitários, e cuja decisão é alheia à nossa vontade no seu timing de decisão, estamos preparados para, daqui até 2020, melhorar ainda mais as condições de vida no Concelho de Soure.”

**Usou da palavra a Senhora Vereadora, Dra. Nádía Gouveia:** “relativamente aos Documentos de Prestação de Contas de 2016, gostaria apenas de fazer uma breve análise sobre os mesmos... Referir que estes documentos têm sido validados e certificados por um Revisor Oficial de Contas, um Auditor Externo ao Município, e como é citado na própria Certificação Legal de Contas... *“as demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do Município, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental, de acordo com as regras do POCAL”*. Como sabem, os documentos de Prestação de Contas resultam basicamente de duas situações: das deliberações, das decisões tomadas em sede de Executivo e daquelas que o Senhor Presidente de Câmara tem competência própria para tomar... e tentando ser breve, também já foi referido pelo Senhor Presidente de Câmara, que o Balanço apresenta um reforço dos Fundos Próprios em sensivelmente 1.675.000,00 euros; e o Passivo diminui, mais uma vez, cerca de 1.392.000,00 euros face a 2015.

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

Em termos de rácios económicos, temos um rácio de autonomia financeira de 73%; e um rácio de solvabilidade de 271%... indicadores de gestão que valem o que valem, mas comprovam a saúde económica e financeira desta Autarquia.

No que respeita à Demonstração de Resultados temos, mais uma vez, um resultado líquido económico positivo, num montante de cerca de 1.640.000,00 euros... mas também, como sempre defendi, numa Autarquia mais do que um resultado líquido económico positivo, importa sim a maximização do bem-estar social e da população, portanto, dos nossos Municípios.

Relativamente ao Quadro Resumo de Execução Orçamental, temos um Grau de Execução de 95%, um bom grau de execução, na linha dos anos anteriores... Por outro lado, é reforçada a auto-suficiência orçamental, as receitas correntes voltam a superar as despesas correntes em sensivelmente 3.700.000,00 euros, permitindo a libertação de meios para investimento e cumprindo claramente o Princípio do Equilíbrio Orçamental, portanto não há qualquer risco de desequilíbrio orçamental.

Relativamente às Despesas com Pessoal, estas voltam a ser inferiores a 2015, no valor de 115.000,00 euros. Quanto à Mobilidade de Pessoal temos 6 entradas e 4 saídas de recursos humanos, portanto tem a ver com os novos recrutamentos, mobilidade e rescisões de licença sem vencimento.

Relativamente à Dívida, ela situa-se no montante de 4.774.000,00 euros em 31.12.2016; se compararmos com 2015, temos uma diminuição de 702.000,00 euros na Dívida à Banca e uma diminuição de aproximadamente 83.000,00 euros na Dívida a outros Credores que não a Banca.

Em termos de Endividamento, o Município de Soure não só cumpre o limite, apresenta até uma margem de sensivelmente 3.130.000,00 euros... à semelhança das margens que sempre apresentou quando os limites legais eram outros.

Relativamente ao Prazo Médio de Pagamentos, também referir que este indicador, no Município de Soure, volta a descer. Em 2015 tínhamos um prazo médio de pagamentos de 30 dias, em 2016 temos 12 dias, portanto, também aqui o Município cumpriu a lei.

É com esta saúde financeira, registada e certificada, que foi possível continuar a realizar investimento em prol da melhoria da qualidade de vida dos nossos Municípios, porque é isso que nos deve mover enquanto Autarcas e porque estes documentos técnicos, na minha perspectiva, devem claramente ter uma tradução social.

Por fim, e porque é nestes fóruns que o devemos fazer... e porque também é justo que o faça, deixar uma palavra de reconhecimento ao trabalho desenvolvido por todos os funcionários dos vários sectores da Câmara Municipal e aqui, em particular, porque se trata da aprovação de Contas, o reconhecimento à equipa da área económica ou financeira que, de forma séria, responsável, competente e muito empenhada, tem contribuído para a elaboração destes complexos documentos, cumprindo a legislação em vigor, como

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

comprovam, aliás, as sucessivas homologações das Prestações de Contas feitas pelo Tribunal de Contas.”

**Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Dr. Francisco Malhão:** “dar algumas notas: a primeira vai directa ao saldo orçamental... em setembro aprovámos aqui uma Revisão das Grandes Opções do Plano para 2016 e, na altura, pôs-se a questão do saldo do ano anterior iria reforçar essas tais rubricas e agora está claro, para mim, onde é que ele está, os tais 234.117,00 euros, utilizados então para esse fim. Além disso, olhando bem para a contas, podemos afirmar que se não se tivesse reforçado o Orçamento para 2016 acabava-se por ter um nível de execução das Grandes Opções do Plano superior ao indicado agora (pelas minhas contas, o orçamento inicial em relação ao final é de 96,7%), uma vez que nem sequer gastamos as verbas que inicialmente aprovámos, em Dezembro de 2015. Da análise do saldo orçamental resulta um valor de 741.543,00 euros, que vão ser reforço do orçamento para 2017, conforme se verá no ponto seguinte desta Assembleia, segundo percebi... de qualquer das formas, o que é que notámos nas Contas?! Notámos que as Contas, na análise de receitas correntes e despesas correntes, este ano ainda foi mais evidente o saldo positivo, receitas versus despesas correntes, sendo que a receita de capital desceu cerca de 43%, ou seja, quase 600.000,00 euros e que a receita de capital, relativamente a 2015 foi cerca de menos 200.000,00 euros, ou seja, -20%. Depois, dizer que se juntarmos o superávit das receitas correntes com as despesas correntes e juntarmos as despesas de capital de investimento, portanto, as receitas corrente no total das despesas de capital são cerca de 82% ou seja, representa a maior parte do investimento da Câmara Municipal. É bom, por um lado, porque economizamos nas despesas correntes mas, se calhar, é mau por outro, porque não temos receitas de capital suficientemente satisfatórias, de qualquer das formas, a evolução parece-nos positiva. Relativamente às Grandes Opções do Plano, costumamos fazer um exercício comparando aquilo que aprovámos em sede de orçamento em Dezembro do ano anterior ao que estamos a apreciar em sede de execução e verificamos que houve 6 rubricas que mantiveram o seu peso relativo na execução, nomeadamente a primeira prioridade que era Habitação e Urbanização, que tinha sido de 21% em sede de aprovação do Orçamento e desceu, ligeiramente, no total das despesas executadas. Depois temos Serviços Municipais, que mantiveram o mesmo peso; Acção Social também manteve; Protecção Civil, Ambiente e Saúde, agora, o maior salto que houve nestas trocas entre orçamento aprovado e orçamento executado, aconteceu precisamente nas Comunicações e Transportes, que estavam em sexto lugar em

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

Dezembro de 2015 no orçamento e passaram para segundo lugar no plano executado; depois temos também Educação que passou do segundo lugar para o quinto; o Saneamento e Salubridade que também desceu e Desenvolvimento Económico que subiu do quarto para o terceiro. Isto define um pouco, também as opções políticas mas também as alterações de projectos... mas gostaria de um comentário sobre isso, de quem de direito.

Li as Considerações Finais e parece-me que são sensatas, estão de acordo com aquilo que os Quadros mostram, que é a nossa análise das Contas, portanto votaremos a favor.”

**Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:** “a análise que o Senhor Deputado faz parece-me correta porque é essa a nossa intenção. Ainda sobre a incorporação do saldo na Conta de Gerência, portanto dos fundos que ficam disponíveis de um exercício para o outro... nós, de facto, ponderámos, o ano passado, chegando a Setembro, fazer Revisão Orçamental ou não e como o Senhor Deputado disse, e bem, se não o tivéssemos feito o grau de execução era maior, se temos menos dinheiro à nossa disposição e executamos o mesmo volume de obra, a execução, percentualmente, é melhor, mas corremos esse risco, e como o Senhor disse no fim da sua intervenção, e bem, essa aplicação aparece depois na alteração da rubrica Comunicações e Transportes e isso não quer dizer que ficássemos com 1.600.000,00 euros à nossa disposição para fazer qualquer pé-de-meia... não é isso... e isto também não é um exercício de mera arbitrariedade deste Executivo. Como sabem, e isto é o meu ponto de vista, tem a valia técnica que tem mas também não desprezo os meus conhecimentos de contabilidade e gestão e dos cerca de 30 anos de experiência, para dizer o seguinte: cada lei deve ser interpretada no seu tempo e nós apanhámos uma Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, apanhámos algumas normas que nos obrigam, de facto, a ter que encontrar outras formas de gestão que não são compatíveis com outras que, no seu tempo, até davam a criatividade, davam forma de gerir prioridades de uma forma diferente que nós hoje, felizmente ou infelizmente, não temos, por isso quando chegamos ao final do ano e, por diversas razões, há obras que não se executam, nós baixamos o grau de execução... não vale a pena andar atrás dos empreiteiros só para atingir graus de execução para fazer as coisas ou arriscar execuções à pressa, portanto, é diferente, cada coisa no seu tempo.

É preciso não esquecer que a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso veio trazer alguns condicionantes às Autarquias Locais, por isso nós pagamos hoje a 12 dias mas eu digo nós pagamos a pronto porque os 12 dias que a Senhora Vereadora apurou, para mim, são a pronto e quando contrato com o empreiteiro ou com o prestador de serviço, o pagamento é a pronto, e eu digo isso nas Considerações, de acordo com a tramitação processual dos documentos... a obra está pronta, chegar a fatura não chegar, ser validada pelos técnicos... há aqui uma tramitação processual do próprio documento

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

que obriga a que o pronto não seja dentro do mesmo dia e, portanto, isto também faz com que os pagamentos a 30 dias, de obras que estão definidas, que estão cabimentadas, um duodécimo num orçamento de 12.000.000,00 euros, será 1.000.000,00 euros, portanto, as contas são fáceis de fazer... portanto, também aqui o conforto de que gerimos bem que, e como o Senhor disse e bem, e fizemo-lo ao longo destes 3 anos de exercícios, continuamos a fazer ao longo deste, sem nunca ter descurado, porque foi esse o nosso compromisso, no tempo que crise que atravessamos, se alguma coisa tivesse que passar para última prioridade seria o investimento nas questões de maior infraestrutura porque nunca deixamos, e as oscilações que estão nesse mapa e eu não tive pudor nenhum, nem medo de que os mapas que apresento, os gráficos que apresento nas Considerações Finais sejam uma evidência que possa parecer que diminuámos investimento nalguma área, mas não diminuámos e dou-lhe um exemplo: houve anos em que transferimos, mais para as IPSS, Apoios ao Investimento e houve anos, porque a dinâmica desses apoios ao investimento tem a ver com a dinâmica ou com as necessidades das próprias IPSS, onde não é necessário transferir tanto para as IPSS... portanto, a leitura deste documento merece uma leitura séria, nós tivemos aqui limitados por outras questões técnicas, o Revisor Oficial de Contas só na segunda-feira de madrugada, para o Executivo, deu o seu draft na apreciação que transpusemos agora para os Senhores Deputados e estamos aqui de consciência tranquila porque aquilo que era essencial na Ação Social, na Educação, na Saúde e na Cultura, nós tivemos sempre grande execução e grande capacidade de investimento e honrámos os nossos compromissos. Aquilo que foi possível fazer nas estruturas mais estruturantes, há obra feita, já ninguém quase se lembra, saudando o Senhor Deputado José Manuel Páscoa Mendes, o estado em que estava o piso da EN 342, que foi reparado durante o ano de 2016, faseadamente, com garantia de qualidade, com uma obra totalmente paga pelo Município porque era insustentável continuar a dirimir argumentos se era uma obrigação nossa ou das Estradas de Portugal. Já aprovámos, este ano, mais um troço de 500 metros na localidade de Queitide, foi assinado hoje o contrato de empreitada de execução e que, além de prever nesses 500 metros, a intervenção na própria estrada, vai levar consolidação de talude, quer a montante, que era a jusante da encosta e da estrada e leva já a conduta prevista, o coletor para o saneamento básico para não se voltar a mexer nesse troço nos próximos tempos e estamos convencidos que com a aprovação, que eu conto da vossa parte, com a primeira Revisão Orçamental, que possamos continuar a intervir na EN 342 de uma forma sustentável que, aos poucos, se vai preparando para uma intervenção quase total... fica a parte mais urbana para uma intervenção de saneamento básico que é necessário mas isto é apenas um exemplo. Este ano mesmo, Senhor Deputado Dr. Francisco Malhão, certamente numa Freguesia como a sua, que é Figueiró do Campo, não tinha uma ligação, enfim, é uma ligação antiga com mais de 20 anos, porventura, esta ligação nem está no inventário porque foi antes do POCAL, agora esse património que cresceu, e o Senhor Deputado deu por ela e a

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

Senhora Deputada Dra. Fátima também deu nota, há aqui um aumento de património... reconhecerão que é um aumento considerável do património, a ligação quer da Ribeira da Mata a Figueiró do Campo, quer da Ribeira da Mata ao Casal do Redinho que, no meu entender, era uma ligação de uma sede de freguesia importante, com mais de 1.500 habitantes, uma malha urbana considerável no norte do Concelho, que tinha uma ligação das piores à sede do Concelho e que, este ano também conseguimos reativar. Portanto quando se diz “ação social... cultura... festas do 25 de abril... muitas gastronomias... muitos bailaricos... não se fez grande obra...”... não, chamo a atenção destas duas mas se quiser estar aqui o resto da tarde também tenho paleio suficiente para evidenciar, uma a uma, aquelas que fizemos e certamente os Senhores Deputados já leram o Relatório e constatarem que elas estão lá inscritas.”

**Usou da palavra a Senhora Deputada Municipal, Dra. Fátima Nunes:** “sendo a Assembleia Municipal um órgão político, o documento político na sua essência, na minha opinião, é o documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento, que é onde vemos as soluções e as alternativas de cada Executivo. Este é um documento técnico, e não estamos aqui a avaliar em termos técnicos, mas para ver se foi ou não cumprido aquilo a que o Executivo se propôs. Sendo que, na perspectiva técnica, como a Senhora Vereadora Dra. Nádía Gouveia já leu uma parte do relatório do Revisor Oficial de Contas eu atrevo-me a ler a outra, em que, dizem eles, *“este documento foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incoerências materiais...”*... ora, isto dá-nos toda a liberdade e todo o conforto para pressupor que tudo o que está aqui é real e há transparência, logo, politicamente o que me apraz dizer é que a execução, como já foi referido, foi 92% das Grandes Opções do Plano e a Execução Orçamental de 95%, portanto, foi de acordo com aquilo que aprovámos em 2015 para o ano de 2016. Apraz-me ainda dizer que o resultado líquido evidenciado nestas Contas, e a Demonstração de Resultados é um documento que ilustra o desempenho do Executivo no exercício em causa, neste caso em 2016, encerrou 2016 com um resultado de 1.640.000,00 euros... não é esse o objetivo do Município, nem tem que ser nas entidades públicas, mas sim a resolução dos problemas dos Municípios do Concelho de Soure e de qualquer outro município! Então deixo um apelo ao Executivo, em 2017, não ser só a demonstração de resultados, não ser só ter resultados positivos mas resolver os problemas, que ainda são muitos, que existem no Concelho de Soure.

Para finalizar só referenciar que a autonomia financeira, que apesar de ser um dado técnico, também nos traz conforto, subiu, de 2015 para 2016, de 70 para 73%.”

**Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:** “segundo um critério, não é responder à Dra. Fátima, mas acrescentar alguma observação

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

que foi feita e que é preciso que os Senhores Deputados estejam em conta. Nós desenvolvemos a nossa actividade durante o ano de 2016 com um Orçamento e um Plano que foi devidamente aprovado no final de 2015, com uma retificação, que já foi aqui explicado o seu teor, quer na altura, quer agora, mas que os Senhores Deputados têm que ter presente o seguinte: nós não aumentámos os impostos para 2016 e a receita é praticamente a mesma, com uma agravante: nós fomos sujeitos a um ajustamento por força de alguma reposições, alheios à nossa vontade, na ordem de centena e meia, uma reposição do IMT, portanto alguém que teve direito ao reembolso de IMT, que se repercutiu na nossa receita. Nós detetámos, em Abril, aquando a liquidação do IMI, que a liquidação era inferior em mais de 150.000,00 euros e nós, com estes dois ajustamentos, tivemos necessidade de prever... podíamos não ter dado importância à coisa, mas de prever aquilo que ia ser a dinâmica da receita efetiva do Município e quando chegámos a Setembro aproveitarmos o saldo da Conta de Gerência do ano anterior para fazer essa incorporação para nos dar este conforto e nós, Executivo, arriscámos no facto de um menor grau de execução como, de facto, veio a acontecer e, em vez de 96% foi de 92%... está dentro daquilo que é a margem da boa apreciação que os Senhores estão a fazer e também que as entidades competentes fazem, mas preferimos arriscar não ter uma imagem com tão bom grau de execução, mas que ela fosse uma execução mais realista porque é essa a intenção técnica quando apresentamos os documentos.

Tivemos um cuidado em não aumentar as despesas com pessoal; tivemos o cuidado de não aumentar aquilo que eram prestações de serviços e outra despesa primária, mas algumas não conseguimos controlar, todos nós como consumidores temos uma imagem, por exemplo o aumento do preços dos combustíveis, entre o final 2015 início de 2016, foi quando o preço dos combustíveis teve com os seus indicadores mais baixo, terminámos o ano de 2016 com os preços dos combustíveis mais altos; fizemos o ano de 2016 com aumentos da electricidade relativamente a 2015; terminámos o ano de 2016 com aumentos da área das comunicações superiores a 2015 e recorremos a prestações de serviços, digamos, de certo modo, obrigatórios e foi o caso dos projetos, porque sem projetos não há candidaturas, sem projetos não há obras, sem projetos não há planeamentos e nós, de facto, tivemos que recorrer, durante o ano de 2016, e mais iremos recorrer durante o ano de 2017 porque se não o tivéssemos feito em 2016, os projetos, as candidaturas não teríamos visto agora, no início de 2017, a aprovação das mesmas e tivemos que aumentar fortemente o investimento nesta área da prestação de serviços externos porque não temos capacidade interna para elaborar levantamentos topográficos, projectos de arquitectura, projectos de engenharia de águas e saneamento e tivemos que recorrer fora. Tivemos diminuição da receita da água e do saneamento, ao contrário do que no início do mandato, quando implementámos Regulamentos, quando criámos Tarifários e que foi dito, na rua, que estávamos a aumentar fortemente a água, eu sempre defendi, porque tínhamos um estudo feito, que era uma má interpretação que estavam a fazer e que não

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

era ajustada. De facto, antes da revisão das Tarifas de Água, da revisão do Regulamento, tínhamos 6 escalões de água e para adequar o nosso novo Regulamento e a nova Tabela Tarifária, foram eliminados os dois maiores. Note-se que o valor do nosso quarto escalão é o valor do nosso último escalão, do escalão mais caro, foi exactamente o que os Senhores aprovaram na altura, como o valor do quarto escalão, ainda havia um quinto e um sexto mais caros, que foram eliminados.

Avisei, na altura, que a revisão às Tarifas não ia ter resultado no aumento da receita da água, o saneamento foi um ajuste mas nós, de 2016 para 2015 não aumentámos a receita do saneamento. Portanto, a análise que estamos a fazer a este documento, os Senhores também devem ter em conta que nós, com o benefício de 10% de minoração na Serra, nas Freguesias de Degraças/Pombalinho, onde as pessoas, efectivamente, não pagam os 0,35% de IMI, pagam 0,315%, com as minorações que damos a quem tem prédios arrendados para fins habitacionais, com as minorações que damos a quem tem prédios na Zona Histórica, a taxa efectiva de IMI é pouco mais que 0,31% e não de 0,35% e isso está reflectido nas nossas contas... temos o valor patrimonial e está aí que o IMI até desce relativamente ao ano anterior. Portanto, esta ação foi desencadeada, e aqui viro-me para a Senhora Deputada Dra. Fátima Nunes, é desencadeada sem aumento da receita, o aumento, por via da Transferência do Orçamento de Estado, é um aumento simbólico, igual para todos os Municípios, de acordo com aquilo que foi a distribuição do FEF. De facto, não demos, porque não o defendemos, qualquer percentagem do IRS que está ao nosso dispor, dos 5%, mantemos essa política, entendemos que não é por aí que se faz justiça social, justiça social faz-se por quem pode pagar, paga, em benefício dos que mais precisam, mas aumentámos a despesa nas rendas das casas que arrendamos para depois subarrendar às pessoas que mais necessitam e aumentámos o número de arrendatários, mantivemos os apoios às IPSS que sentem mais dificuldades e que não têm a total cobertura dos Acordos, nomeadamente o Centro Social das Malhadas, a ADESTA de Tapeus e a APPACDM, que continuam deficitários nos Acordos que têm com o Estado para a cobertura e para apoio que dão aos seus utentes e, portanto, sem diminuir nada nessa área, fizémo-lo sem o aumento da receitas.

Por outro lado, volto a frisar, estamos, e o quadro que vos é apresentado na Informação Escrita é bem claro, temos um conjunto de obras aprovadas, no início deste ano, que precisam da componente nacional, precisam da componente municipal. Estamos preparados para lançar as obras e estou convicto que o melhor caminho que ainda neste mandato é possível fazer é não sobrecarregar, porque há capacidade de endividamento, não sobrecarregar os recursos financeiros e, indo de encontro àquilo que a Senhora Deputada Dra. Fátima disse é, como há essa possibilidade legal de nem sequer mexer na imagem do endividamento municipal, recorrer àquilo que a lei nos possibilita, que é realizar empréstimo para a componente municipal, porque quem vai fazer investimento de quatro milhões de euros, cerca de 20% é quase um milhão e esse milhão, se ficar cativo



## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

para os investimentos financiados, não pode ser aplicado noutras coberturas que haveríamos de fazer. Por isso, este orçamento também dá uma boa imagem de conforto, quer para o Tribunal de Contas, quer para a Banca quando tivermos a discutir um qualquer empréstimo para suportar as obras financiadas.”

**Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Dr. Rafael Tralhão:** “pela leitura destes documentos, o que nos transparece, desde logo, é o rigor, a transparência e a fiabilidade com que nos mostram a posição financeira do Município e aquilo que foi a actividade durante o ano 2016 em que se nota rigor na aplicação dos dinheiros públicos e na boa gestão daquilo que é de todos nós e daqueles que nós representamos.

Salientar a boa execução orçamental, de cerca de 95%, portanto, o que traduz, desde logo uma boa previsão para aquilo que seria um ano de 2016 em termos de receita e de despesa. Há cerca de um ano, na Assembleia de Abril de 2016, tive oportunidade de congratular-me com o facto de alguns apoios às Associações, às Colectividades, terem sido pagos, lançando-os em novas atividades, novos investimentos e criaram, por si só, uma nova dinâmica no colmatar de algumas necessidades. Gostaria de aqui realçar que durante o ano de 2016 foram lançados alguns projetos por algumas colectividades da União das Freguesias de Gesteira/Brunhós, mas também no restante Concelho, e em que, motivadas precisamente por essa confiança e por esses apoios, lançaram-se em novos projetos para colmatar novas e velhas necessidades das populações e o Executivo, é público e está aqui espelhado no Relatório, teve uma resposta afirmativa e de apoio a esses projetos. Gostaria pois de realçar esse aspecto.

Também gostaria de realçar a diminuição da dívida, com a diminuição da Dívida à Banca e conseqüente limite máximo de endividamento majorado mas também o prazo médio de pagamentos que, como o Senhor Presidente disse, é um pagamento a pronto, o que satisfaz-nos na medida em que os nossos empresários das nossas freguesias, que são eles próprios fornecedores do Município, têm também a oportunidade de fazer negócios com o Município e até proporcionar, se for possível, melhores preços.

Por tudo isto, dar os parabéns e mostrar satisfação, enquanto Deputado, neste rigor colocado na gestão de 2016.”

**Usou da palavra a Senhora Deputada Municipal, Dra. Teresa Pedrosa:** “estamos no momento de Prestação de Contas e as Prestações de Contas levam sempre a um balanço e um balanço que, ainda por cima em final de mandato, é um balanço ainda mais alargado. Queria só fazer algumas considerações, dizendo que este mandato, a meu ver, fica marcado, entre outras, pela continuidade da realização de um conjunto de políticas sociais e fiscais, nas quais, para o Município, as pessoas já vinham, vêm e estão sempre em primeiro. É um mandato que fica também marcado pela responsabilidade, pelo

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

planeamento e pela concretização de alguns projetos, alguns iniciados e concluídos, outros que estão programados e que estão ainda em curso. Os projetos aconteceram nas diversas áreas e eu queria só reforçar aqui algumas situações que aconteceram muito recentemente, durante o ano de 2016, e foram também acontecendo ao longo deste mandato, no que à Freguesia de Samuel diz respeito. Dizer, desde logo, na área da Educação, que foi muito importante que no ano de 2016 tivesse sido resolvido a questão que implicava com o funcionamento do Centro Escolar, que tinha a ver com o AVAC, um investimento avultado mas havia que o fazer e congratulo-me pelo facto de o Município o ter feito.

Dizer também que, para além do normal funcionamento das ofertas de ensino que existem na freguesia, não podemos deixar de esquecer as medidas de apoio à aquisição dos manuais escolares, como uma efetiva medida de apoio às famílias e não podemos esquecer que isto efetivamente aconteceu durante este mandato.

Dizer ainda que, no que toca às vias de comunicação, resolvemos um problema gravíssimo na freguesia, um problema acima de tudo de segurança, que era a Estrada da Azenha, que foi concluída a seu tempo e que hoje é um exemplo de uma boa execução de uma obra pública.

Dizer ainda que, no que respeita às vias de comunicação, neste momento, temos já concluído, obviamente com o apoio do Município, o alargamento da estrada que liga a povoação do Cardal à estrada municipal e dizer, a este propósito, deixar aqui uma palavra de agradecimento a todos os proprietários confinantes com esse caminho, com essa estrada, que foram inexcedíveis, para além da colaboração que deram no trabalho diário, pela benevolência que tiveram na doação dos seus terrenos e das suas árvores, que deixaram hipotecar, para que o bem público fosse ali evidenciado com o melhoramento dessa estrada.

Congratular-me também pelo facto de que já foi iniciado o procedimento para a pavimentação da mesma estrada, que era um anseio já bastante antigo destas povoações.

Dizer ainda que no melhoramento das vias de comunicação é importante referir que a estrada que liga as Freguesias de Samuel à Vinha da Rainha, entre as provações de Alagoa e Cabeça Carvalha, tem também à vista, muito proximamente, uma nova pavimentação. É uma questão também de segurança e que nós aqui agradecemos e evidenciamos este investimento.

Ainda no que toca a vias de comunicação, e já referi aqui em Assembleias Municipais anteriores, uma outra preocupação que temos na Freguesia, que se prende com a ligação de Coles à Igreja de Samuel, uma estrada com muito movimento de carros pesados de passageiros e de mercadorias e que se encontra em péssimo mau estado e que, finalmente, temos o projeto desse troço da estrada concluído e que, nesta fase, estamos em negociação com todos os proprietários para o alargamento do mesmo, portanto, estamos no bom caminho no que a esta questão diz respeito.

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

Obviamente que outras situações há a resolver na freguesia, já referi ao Senhor Presidente, por várias ocasiões, preocupa-nos a pavimentação de arruamentos em várias localidades, nomeadamente na localidade de Serroventoso, em que as recargas no pavimento são essenciais.

No que a águas e saneamento diz respeito, salutamos a aprovação, de cerca de 3 milhões de euros, de candidaturas ao POSUR, para fechos de rede de saneamento e drenagem de águas residuais, que foram aprovados para o Concelho e dizer que no que à Freguesia de Samuel diz respeito, temos incluído, nestes investimentos, o Sistema da Azenha e do Bicanho, duas localidades desta freguesia, e que não chega, obviamente que não chega, mas são um passo importante neste momento. Obviamente que tudo o que havia para fazer sabemos que não era enquadrável nestas candidaturas mas “vemos a luz ao fundo do túnel” e temos confiança na adesão ao Sistema Multimunicipal de Gestão de Águas e Saneamento, que sabemos que a Câmara Municipal está a encetar e, para nós, é obviamente uma esperança, é o abrir desta oportunidade tão desejada para que o problema da água, de remodelação da rede de águas e para que a construção da rede de saneamento, nas restantes localidades da Freguesia de Samuel, seja uma realidade. Portanto, temos confiança no futuro, como é óbvio.

Dizer também que, durante este mandato, houve um importante investimento localmente, na melhoria do Largo do Jardim, em Coles de Samuel. Era um anseio já bastante antigo das populações e conseguimos congregar, num espaço de lazer, um espaço para a recolha seletiva de resíduos sólidos domésticos, de óleo e melhorámos sobejamente aquele espaço dentro da localidade, ao qual juntamos também uma paragem do autocarro e com o autocarro chega uma outra que também já abordei aqui nesta Assembleia mas que é muito importante, pode parecer de somenos importância mas não, com empenhamento da Câmara Municipal conseguimos alterar o horário de vinda das nossas crianças de toda a freguesia, que estudam aqui nas escolas do Concelho de Soure, são 40 minutos mais tarde que o autocarro sai e esses 40 minutos fazem diferença no rendimento das crianças, na sua saúde e no impacto que toda esta dinâmica matinal tem nas famílias. Por isso, este empenhamento é de salutar e não convém esquecer.

Dizer também que está em curso o investimento no Centro Ecológico, não só na Freguesia de Samuel mas em todas as outras freguesias, mas a nós agrada-nos obviamente podermos ter um sítio onde as pessoas possam fazer a recolha seletiva dos lixos em segurança, num espaço que há-de ser bonito, num espaço que há-de ser bem tratado e num espaço que há-de ser controlado e não é mais uma lixeira a céu aberto como aquelas que ainda existem no nosso Concelho e, obviamente, com as quais, com este Centros Ecológicos, vamos acabar.

Relativamente aos apoios ao investimento e aos apoios ao funcionamento das colectividades, a continuidade destes apoios, que já vinham de mandatos anteriores e permitem às instituições ter vida, funcionarem. Os apoios ao investimento permitem-lhes

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

fazer investimentos que, de outra forma, por si só, não conseguiam fazer. Este é um esforço que temos que louvar, que o Município já fazia e continuou, obviamente, a fazer. No que às Juntas de Freguesia diz respeito, os Acordos de Execução, os Contratos Interadministrativos que temos celebrado com os Municípios deram-nos efetivamente mais meios para conseguirmos, dentro das nossas freguesias, realizarmos o trabalho com maior eficácia, com mais eficiência, lançar-mo-nos até na aquisição de viaturas, de maquinaria que, só com as transferências do orçamento de estado e com a receitas que são geradas na própria freguesia, era praticamente impossível nós fazermos.

Portanto, tudo isto são investimentos, tudo isto são melhorias das condições de vida das povoações. Obviamente que temos consciência disso, senão também não seríamos Autarcas, nenhum Autarca pode sentar-se satisfeito e dizer que tem tudo feito, não tem e ainda bem que temos esse sentimento de insatisfação porque só esse sentimento de insatisfação é que nos permite ir mais além, é que nos permite estabelecer objetivos e encetar novos projetos. No entanto, o caminho faz-se caminhando e, Senhor Presidente, penso que estamos no caminho certo para que o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento inteligente, o desenvolvimento inclusivo, que abordou à bocadinha, leva a que este Concelho vá cada vez mais longe, a que sejam melhoradas as condições de vida das populações de todas as freguesias, sem exceção, e faça de Soure um Concelho onde seja cada vez mais apetecível trabalhar e viver.”

### **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:**

“nas duas intervenções, dois Presidentes de Junta, dos 10, resolveram dar alguma evidência do que fala o Relatório de Gestão, numas Freguesias mais, noutras menos, já falei aqui de Figueiró do Campo podia também falar da Granja do Ulmeiro, porventura poderá e deverá ambicionar mais, tendo em conta que é a segunda freguesia mais populacional do Concelho, tem outra dinâmica mas, nós temos feito obras um pouco de forma equitativa, algumas são mais pequenas, outras são mais dispersas, como é o caso de Degraças/Pombalinho... resolvemos alguns problemas evidenciados no Plano e saúdo o facto, tenho que dar aqui um voto de apreço a todos os trabalhadores municipais, das diversas áreas, também aos Senhores Presidentes de Junta que, cada um à sua maneira, com as suas equipas, se mostraram parceiros importantes do Município e, portanto, houve muito trabalho feito pelas equipas municipais nas chamadas obras por administração direta, que encontraram, nas Juntas de Freguesia, numas mais que noutras porque isso tem a ver com as necessidades e com essa hierarquia, outras têm mais meios, foi possível encetar trabalhos por administração direta com grandes ganhos de eficiência e de eficácia na sua concretização, também as colectividades foram aqui muito faladas. De facto nós tivemos uma fase, também criada pela própria dinâmica social, de alguma expectativa em 2014 e início de 2015, depois as próprias instituições vieram a mostrar, especialmente nesta fase final do ano de 2016, que queriam intervir, que queriam capacidade de investir.

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

Aquilo que é o padrão é obras financiadas e validadas por outras entidades oficiais, nomeadamente instituições nacionais ou europeias, o Município comparticipa com 15% e obras não sujeitas a outro tipo de financiamento, o Município tem tido padrão, à falta de um regulamento melhor, financiar 40%, portanto são apresentados documentos comprovativos dessa intenção de investimento e o Município tem sido parceiro, como está a ser em Tapeus por exemplo numa obra de grande importância cultural, até para o Concelho, tendo em conta a Igreja Matriz de Tapeus, onde, para o investimento superior a 150.000,00 euros, o Município está presente com os seus 40%, a par com a Junta de Freguesia e depois com o esforço da população e do dono da obra, que é a Igreja. Em condições de tomar decisões, por exemplo para as Degraças, onde a dinâmica da sua Associação, com diversas valências, quer na área do Desporto, quer na área do Folclore, quer na área dos Tempos Livres, também um investimento superior a 160.000,00 mil euros, o Município está presente com 40% juntamente com a Junta de Freguesia, juntamente com a Comissão dos Baldios e juntamente com algumas empresas locais. Na Freguesia da Gesteira, já falou aqui o Senhor Presidente da Junta, o destaque para o grande investimento que o Grupo Musical Gesteirense está a fazer e com os quais o Município também chegou à frente e o resto faz parte do Relatório, o Concelho é disperso mas eu tinha que dar aqui também esta nota de que tudo isto é possível fazer, graças ao envolvimento do responsáveis de freguesia, graças ao envolvimento das muitas pessoas, que dão o seu esforço pessoal nas diversas colectividades e instituições do Concelho para que esses objetivos possam ser concretizados.”

**Foi deliberado, por maioria, com 22 (vinte e dois) votos a favor -- 18 (dezoito) da Bancada do PS, 1 (um) da Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP-PPM, 1 (um) da Bancada da CDU e 2 (dois) do MCpS -- e 6 (seis) abstenções da Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP-PPM, aprovar os Documentos de Prestação de Contas / 2016.**

-----  
-----

**PONTO 4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2017  
. Apreciação de Propostas de Revisão - 2.ª/2.ª -**

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **Modificação/Revisão Orçamental nº 2**

Relativamente ao assunto em epígrafe, e dando cumprimento ao solicitado pelo Sr. Presidente de Câmara, informamos:

De acordo com alínea a) do nº 1 do artigo 16º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, é da competência da Assembleia de Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as Opções do Plano e a proposta de Orçamento bem como as respetivas Revisões.

No enquadramento dos pontos 831 e 832 do POCAL que trata das Modificações ao Orçamento e Plano de Atividades, o Sr. Presidente da Câmara Municipal elaborou uma proposta de Revisão/Modificação Orçamental atendendo à necessidade de modificações aos documentos previsionais aprovados em Outubro de 2016, para desenvolvimento de investimentos inicialmente não previstos como por exemplo, “Soure mais saúde” seguro de saúde, a cartografia digital e SIG e o apoio ao investimento aos Sapadores Florestais mas também para reforço dos montantes dotados em projetos já contemplados nos documentos previsionais como a aquisição de viaturas para o sector da educação, o restauro da capela de S. Gabriel, os apoios ao investimento nas áreas da cultura e da ação social, o parque desportivo municipal, reabilitação do cemitério de Soure, a criação de “Incubadora de Soure” – INES – Centro de Negócios de Soure e as recargas nos arruamentos e ligações no concelho.

Mais informamos que relativamente às candidaturas, nesta revisão/modificação, apenas foram efetuados ajustes aos montantes inicialmente previstos reforçando-se os valores das que foram aprovadas posteriormente à aprovação dos documentos previsionais e reduzindo-se os montantes daquelas cuja calendarização foi alterada.

A Câmara Municipal atendendo ao previsto no POCAL, pode realizar três tipos de Modificações Orçamentais:

- **Aumento global da despesa:** tendo como justificativo a utilização do saldo do exercício anterior, a incorporação de novas receitas que a autarquia esteja autorizada a arrecadar e a incorporação de eventual excesso de cobrança de receita relativamente à totalidade de receitas previstas e já arrecadadas.

- **Manutenção da despesa global com redistribuição de dotação global da despesa:** através da abertura de novas rúbricas orçamentais e/ou novas de ações das Grandes Opções do Plano.

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

- **Diminuição ou anulação de receitas:** atendendo à diminuição do orçamento da receita e consequentemente retificação às dotações orçamentais da despesa (diminuição ou anulação das mesmas) ou ainda retificação ou anulação às dotações de ações das Grandes Opções do Plano.

Atendendo ao anteriormente explicado e tendo em conta os objetivos desta proposta de revisão, constante dos mapas em anexo, propõe-se a elaboração da revisão orçamental através utilização do saldo do exercício anterior no valor de 975.660,00 com consequente aumento global da despesa e receita através da abertura de novas ações e reforço de dotação de ações já existentes nas Grandes Opções do Plano.

À consideração superior  
A Técnica Superior  
(Susana Gaspar)  
21/04/2017

**Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:** “a possibilidade que a lei nos dá de pedir aumento da despesa, ou seja, para haver aumento da despesa tem que se provar como é que essa despesa é aumentada, ou seja, por incorporação, neste caso, 975.600,00 euros, que vem trazer aqui um aumento e que, no Mapa Resumo das Grandes Opções do Plano, podem verificar que esta verba traz um aumento da despesa no Saneamento e Salubridade por força das obras que acabamos de ser notícia, de que estão aprovadas e contratualizadas, com fundos comunitários, portanto, um aumento de 1.095.000,00 euros em Saneamento e Salubridade, com os ajustamentos consequentes: uma diminuição em Habitação e Urbanismo, uma diminuição no Abastecimento Público de Água e no Desenvolvimento Económico e uma diminuição no setor da Educação, que tem a ver com a previsível não concretização de uma obra que está em Plano, que é o Centro Escolar de Soure, está em Plano, ainda está a ser feito o projeto, não será executado todo este ano, porventura apenas será começado e, portanto, podemos aqui prescindir de 250.000,00 euros, prescindir aqui de alguma verba na Habitação, Urbanismo e Urbanização, descendo para um aumento global de 2.045.660,00 euros com este reforço das Grandes Opções do Plano por força do aumento da Conta de Gerência do ano que acabámos de aprovar.”

**Foi deliberado, por maioria, com 22 (vinte e dois) votos a favor -- 18 (dezoito) da Bancada do PS, 1 (um) da Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP-PPM, 1 (um) da Bancada da CDU e 2**

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure,  
realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do  
Município, em 28 de Abril de 2017**

**(dois) do MCpS -- e 7 (sete) abstenções da Bancada da Coligação  
PPD/PSD-CDS/PP-PPM, aprovar a Proposta de Revisão - 2.ª/2.ª**

- . - - - - -

**PONTO 5. INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS**

- Auditoria ao Município de Soure - Comunicação de Homologação de  
Relatório de Auditoria n.º 2172/2015

**Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Gouveia:**

“vou intervir sobre este Relatório de Auditoria ao Município de Soure, porque ele diz respeito ao período compreendido entre 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2013... um período em que, como sabem, só não fui Presidente de Câmara na última semana de Outubro e nos meses de Novembro e de Dezembro de 2013... assim sendo, compreendam que me deva pronunciar até porque, assim que o Relatório chegou à Câmara Municipal, foi apreciado nalgumas reuniões do Executivo Municipal, tendo-se verificado, a meu ver, algumas intervenções/exercícios intelectualmente honestos e outros que se revelaram momentos altos de hipocrisia, incoerência e de impreparação no plano político!... Começo por vos adiantar que estou absolutamente disponível para debater, procurar esclarecer todos aqueles que ainda não tiveram tempo de ler o Relatório, numa próxima Sessão Ordinária, ou até, se assim o desejarem, numa Sessão Extraordinária marcada para o efeito.

Gostaria de vos dizer o seguinte: eu saúdo a realização de toda e qualquer auditoria ou inspeção!!!... sempre disse que acho que constituem excelentes e indispensáveis instrumentos para, designadamente e em particular, melhorar e/ou consolidar políticas, detectar eventuais ilegalidades, promover a aplicação de sanções, se for caso disso, credibilizar as instituições auditadas!... aliás, recordo que, ao contrário de muitos outros, nunca receei, nunca fugi de qualquer auditoria, pelo contrário, solicitei-as sempre de forma insistente e recorrente!... recordo até uma “célebre” Tomada de Posse, após mais uma grande vitória eleitoral, em que na minha intervenção, sublinhei que queria/solicitava uma auditoria, mesmo de natureza extraordinária, ao mandato anterior!... Assim sendo, neste quadro, compreendam que me congratulo também com a realização desta auditoria ao Município de Soure, pela Inspeção-Geral de Finanças, dirigida ao controlo do endividamento e da sua situação financeira, no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2013... Trata-se agora de dar conhecimento do seu Relatório na sequência do Despacho de Homologação do Secretário de Estado do Orçamento, em 16 de Novembro de 2016.



## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

Depois desta nota prévia, antes de entrar propriamente na avaliação das conclusões e recomendações no plano genérico e, depois, na de algumas em particular, deste Relatório, permitam-me que faça aqui algumas observações sobre o calendário desta auditoria... Eu quero dar-vos nota de um calendário, estranho... A auditoria foi realizada desde Novembro de 2013 até Setembro de 2014... o Relatório Preliminar, um projeto de relatório, foi enviado à Câmara em Agosto de 2015... bom, desde Setembro de 2014, portanto, quase um ano!... A Câmara Municipal, logo no final do mesmo mês de Agosto, enviou um Contraditório Institucional que, na prática, foi ignorado, mas que faz parte deste Relatório... em 19 de Dezembro de 2015, 4 meses depois e mais de um ano após o final da auditoria, este Relatório Final foi concluído... sendo que refere, no seu Ponto 4 – Propostas (entre outras) “é proposto o envio do mesmo ao Senhor Presidente da Câmara, que dele deverá dar conhecimento aos restantes membros do Executivo e remeter cópia à Assembleia Municipal”... isto, em 19 de Dezembro de 2015... o Senhor Secretário de Estado só veio a homologar este Relatório em 16 de Setembro de 2016... e a Câmara Municipal recebeu o Relatório em 20 de Março de 2017... isto é, a Inspeção-Geral de Finanças demorou um ano e três meses a enviar o Relatório à Câmara Municipal de Soure após a sua conclusão!!!... ou, se quiserem, demorou 6 meses a enviá-lo após a sua homologação!!!... Convenhamos que quando as instruções são claras e inequívocas, de envio, tanto quanto possível, no imediato, de qualquer relatório de qualquer auditoria, este calendário merece um comentário claro e inequívoco, é um calendário estranho... a Inspeção-Geral de Finanças, aliás, deverá esclarecer a estranheza deste calendário.

Depois, dizer o seguinte: sem prejuízo, da análise das conclusões e recomendações do relatório; sem prejuízo de, adiante, me pronunciar sobre algumas em concreto... importará dar resposta a questões que uma auditoria desta natureza coloca/levanta... e o que é que deve preocupar uma auditoria que visa controlar o endividamento e controlar a situação financeira?... Uma auditoria desta natureza deve responder, de forma clara e inequívoca, a um conjunto de questões, tais como, entre outras: Houve alguma violação dos limites legais à capacidade de endividamento?... Não!... Foi detectado algum caso concreto de despesa pública que tivesse desrespeitado os procedimentos legais aplicáveis?... Não!... Foi encontrada alguma dívida oculta/escondida?... Não!... Foi violada alguma norma orçamental?... Não!... Foi encontrado algum caso de desvio de dinheiros públicos?... Não!... Foi detectada alguma prática ilegal?... Não!... Foi indicado algum ilícito criminal?... Não!... Foi proposta alguma sanção?... Não!... isto é, no que toca à avaliação técnica que, no plano jurídico, cabe a esta auditoria, as conclusões constantes do relatório são claras e inequívocas!!!... nada há a apontar, nada mesmo!!!... mas, no âmbito das múltiplas conclusões e recomendações, constata-se que os Senhores Auditores, nalgumas, fizeram observações, formularam juízos de valor que, considero, foram muito para além do que legalmente compete avaliar numa ação desta natureza... Uma coisa é o respeito que nos devem merecer todas as conclusões e recomendações pedagógicas de natureza técnica... e,

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

estão lá muitas recomendações que o Município deve respeitar, tem respeitado e tem utilizado para melhorar procedimentos!... mas, outra coisa bem diferente são considerações e juízos de valor de natureza não técnica, que apenas fariam sentido num qualquer debate político, que não num qualquer relatório de auditoria!... que, aliás, como explicarei em abordagens concretas, só podem ter, merecem a minha total e completa discordância!... isto é, há que separar a avaliação técnica que compete à auditoria daquilo que são os considerandos de natureza não técnica que, manifesta e inequivocamente, não competem à auditoria!!!... porque se o quiserem fazer, os Senhores Auditores/Inspectores, devem recensear-se no Concelho e vir aqui participar em debates políticos... vir aqui, se quiserem, e muito bem, apresentar programas, estratégias alternativas no plano político... Aliás, a realidade dos factos nos anos seguintes ao período em análise - 2014, 2015, e 2016 - é bem esclarecedora... basta ver, por exemplo, o que é que foi dito sobre as Contas de 2016... basta lembrar o que foi dito sobre as Contas de 2015... sobre as Contas de 2014 e 2013... se tivesse havido uma desorçamentação, que tivesse criado uma série de problemas, não estaríamos aqui com esta tranquilidade a avaliar estes resultados... porque não há milagres!!!... O que é que acontece?... Com efeito, quer em 2014, quer em 2015, quer em 2016, para além da prossecução da melhoria, quer de alguns procedimentos, quer de mecanismos de controle interno, quer ainda de adequação a alterações à ambiência legal aplicável... para além disto, desta progressão na melhoria de procedimentos de controlo interno e de adequações a alterações legais, pergunta-se... foram encontrados alguns elementos que estivessem escondidos?... volto a insistir... por exemplo, alguma dívida oculta?... Algum desvio de dinheiros públicos?... A Câmara Municipal teve necessidade de recorrer a algum Fundo ou Programa de Apoio Municipal?... A resposta é não, não e não!!!... isto é, a realidade dos factos “arrasa” e é esclarecedora!!!... Para muitos que gostaram da palavra, que disseram que as conclusões “arrasaram” a gestão... a verdade, em bom rigor, é que a realidade dos factos “arrasa” os juízos de valor e as considerações, de natureza não técnica, constantes no Relatório... é a realidade dos factos!!!... Mas, mesmo assim, permitam-me que aborde, em concreto, algumas conclusões constantes no Relatório da Inspeção-Geral de Finanças...

Se formos ao Relatório, no Ponto 3.2.1... vou só focar três ou quatro porque se tratam dos mais esclarecedores... no Ponto 3.2.1.1, páginas 39 e 40, está escrito assim: *“prática reiterada, entre 2010/2013, de empolamento na previsão das receitas orçamentais... potenciando, assim, uma gestão orçamental desequilibrada.”* É claro que os auditores vão dizer que escreveram que o quadro potenciava... mas, quem lê isto, quase nem se apercebe que estava lá *“potenciava”*... Vamos ao concreto... a que se estão a referir?... A um quadro comportamental habitual, sempre explicado, todos os anos, pelo menos, duas vezes, na apreciação da Proposta do Plano de Actividades e Orçamento e na apreciação da Proposta de Documentos de Prestação de Contas!... e que caso era este?... Era o da habitual sobreavaliação da previsão da receita da Venda de Bens de Investimento para um valor

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

sensivelmente igual àquilo que se previa ser a dívida a Credores que não a Banca, em final do exercício!... Mas isto foi explicado todos os anos!... e isto, aliás, levanta duas questões muito concretas: esta sobreavaliação era ilegal?... Não... tanto não era que em 2014, também, foi feita e, aliás, já está homologada a correspondente Conta de Gerência... porque é que em 2015 já não foi feita?... Não foi feita porque entrou em vigor a Lei do Orçamento de Estado para 2014, com aplicação direta às autarquias a partir de 2015, que diz muito claramente, no artigo 253.º, que fica proibida (quer dizer que até aí era permitida) a sobreavaliação da previsão da receita com a Venda de Bens de Investimento, aquando da execução do Orçamento!... Portanto, esta alteração metodológica, como disse o Senhor Presidente, e bem... com a alteração da ambiência legal, justa ou injustamente, não se podia fazer agora como se fez noutras alturas... se forem verificar naquilo que foram os valores previstos para as Vendas de Bens de Investimento nos diferentes Orçamentos... no Orçamento de 2013, ele já estava em 1.390.000,00 euros e a dívida no final foi de 1.373.000,00 euros; em 2014, porque a lei ainda o permitia, ele era de 1.379.000,00 euros e a dívida no final foi de 845.000,00 euros... esta é que é a realidade!... Em 2015 já só aparece um valor de 7.000... O que é que isto quer dizer?... Quanto a esta primeira pergunta, esta sobreavaliação era ilegal?... Não!... Passou a não ser permitida, em termos orçamentais, a partir de 2015... mas, coloca-se outra questão... se o valor em que ela era sobreavaliada era o valor que dava cobertura... por exemplo, se nas despesas de um ano, havia uma previsão de, por exemplo, 14 milhões, sendo que 2 milhões era o valor da Dívida a Credores que não a Banca... qual era a receita para esses 2 milhões?... Era a Dívida a Credores que não a Banca!... a pergunta que se coloca é esta: a existência de dívida a Credores que não a Banca era ilegal?... Não, não era!!!... Mas, imaginem que numa receita, estimada de forma correta, de 14 ou 15 milhões, que se aproveitava esta possibilidade legal para pôr lá mais de 25%... tecnicamente, qualquer gestor sabe que pode, se a lei o permitir, ter um exigível a curto prazo, uma dívida a Credores que não a Banca, até, cerca de 25%/ano das receitas ordinárias... Chama-se a isto rigor técnico... A experiência de gestão explica bem que só se potenciam riscos de desequilíbrio orçamental, quando não se respeitam estes indicadores de saúde técnica em termos de gestão!... é a diferença entre formação técnica sem experiência de gestão e formação técnica com experiência de gestão... Em resumo, a questão que é levantada nas páginas 39 e 40, sobre a Venda de Bens de Investimento não contraria, em nada, a lei porque nem a sobreavaliação em causa é ilegal, nem a existência de dívida de curto prazo, sensivelmente, nesse valor, era ilegal, e nem sequer isso potenciou qualquer desequilíbrio!!!... aliás, quero-vos dizer, e volto a enfatizar, que estas sobreavaliações foram sempre explicadas, pelo menos, duas vezes por ano... Quero-vos dizer que estas sobreavaliações foram sempre feitas com rigor técnico!!!... Estas sobreavaliações nunca hipotecaram o futuro!!!... basta ver o quadro evolutivo e a evolução da dívida da Câmara Municipal...

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

Além disso, importará ainda explicar... porque isto não foi feito só entre 2010/2013... foi feito em todos os mandatos anteriores... mas, em 2010/2013 havia razões sociais e políticas adicionais... porque, reparem, entre 2010/2013, lembrar-se-ão que as Transferências do Orçamento Geral do Estado, em 2011, 2012 e 2013, tiveram uma redução de, cerca de, 2.000.000,00 euros... aliás, em 2014 entraram menos 188.000,00 euros, em 2015 é que já entraram, a mais, quase o dobro... em 2010/2013 entraram 2.000.000,00 euros a menos, mas mais... neste período, houve um excelente aproveitamento do Quadro Comunitário de Apoio, do QREN... A Câmara Municipal de Soure foi “buscar” sensivelmente 5.000.000,00 euros a Fundo Perdido!... a questão que se coloca é que se fomos buscar 5.000.000,00 euros a Fundo Perdido, tivémos que fazer um esforço municipal de quase 1.500.000,00 euros!... isto é, 2.000.000,00 euros a menos de receita e um esforço adicional de quase 1.500.000,00 euros, para podermos aproveitar os 5.000.000,00 euros de Fundos Comunitários!!!... ainda por cima, com a possibilidade de contratação de crédito bancário, ainda que tivéssemos capacidade de endividamento, parada/condicionada, a não ser em determinadas condições muito específicas.

Isto levantava uma questão... ou não aproveitávamos os Fundos Comunitários ou aproveitávamos e parávamos o Concelho... a verdade é esta, com o recurso a esta possibilidade - a sobreavaliação da Previsão da Venda de Bens de Investimento - o Concelho aproveitou ao máximo, não parou, nem hipotecou o futuro!!!... Isto é uma gestão merecedora de aplauso, não é uma gestão merecedora de uma qualquer crítica demagógica e desconhecendoral... sobre isto não há a menor dúvida, foi uma gestão de maximização do aproveitamento sem que tivesse sido cometida qualquer ilegalidade!... Aliás, quero-vos dizer que, no que diz respeito ao aproveitamento do QREN, em 2013... o Município de Soure era, na sub-região do Baixo Mondego, dos 10 Concelhos, o que estava em primeiro lugar, com 96% de investimento realizado e pago!!!... e, mesmo na Região Centro, entre os 100 Concelhos da Região, era o 14.º Município em matéria, repito, de realização do investimento e de pagamento do investimento!!!. depois, o Relatório aponta mais outro exemplo “caricato”... refere no Ponto 3.2.2, na página 41, a propósito de conclusões sobre a Dívida, numa letra miúda, dizem assim: “*acresce que a evolução da situação financeira do Município de Soure - porque estavam a comentar evolução positiva - não foi tão positiva como a que parece decorrer da simples análise da evolução dívida... pois no final de 2013 existia um significativo montante de 590.000,00 euros de compromissos já assumidos e ainda não faturados, o que não acontecia no final dos exercícios anteriores...*”... isto, então, é de um profundo desconhecimento!!!... O que é que isto quer dizer, em termos práticos?... Quer dizer que em final de 2013, como em final de qualquer ano, havia o quê?... Adjudicações feitas e, nessas adjudicações feitas, havia 590.000,00 euros dos seus valores cujas faturas ou não tinham chegado ou ainda não estava feito o serviço ou concluída a obra... Bom, qual é o ano em que, quando se está a fechar o ano, não há adjudicações feitas de fornecimentos ou obras que não estejam concluídas?... Só se pararmos uma meia dúzia de meses antes!!!... tanto assim é que,

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

reparem, em 2010 este valor era de 693.000,00 euros, em 2011 - 646.000,00 euros, em 2014 - 508.000,00 euros e em 2015 - 422.000,00 euros. Isso é uma coisa verdadeiramente surreal... Como é que é que se justifica uma “crítica” destas em sede de auditoria?... Parece-nos “surreal”...

Ainda, outro exemplo... Ponto 3.2.2.3, pagina 42... dizem, a certa altura, que “*o Município apresentou... apesar da transformação... elevados custos financeiros devido a atrasos no pagamento a fornecedores que significavam um pagamento de 226.000,00 euros em juros de mora... faltam pagar 1.000,00 euros...*”... esses dados até foram facultados aos Senhores Auditores e o que é que acontece?... Neste período, nestes três anos, como não parámos o Concelho, houve um conjunto de obras, designadamente as não cofinanciadas, e de fornecimentos, em que o que se passou foi exatamente o contrário... as empresas fornecedoras ou as empresas adjudicatárias, nos termos da lei, cederam os créditos a terceiros, a parabancárias... nos termos da lei, qualquer credor pode ceder o seu crédito independentemente da vontade do devedor... fizeram-no porque as parabancárias tinham confiança no devedor, a Câmara Municipal de Soure, e as taxas de juro, ultra competitivas - entre 1 a 3% - receberam logo o dinheiro... o dinheiro foi injetado na economia, porque os fornecedores ou os empreiteiros receberam logo, ou seja, não houve atraso, o que houve foi pagamentos de encargos financeiros decorrentes da cedência de créditos a taxas muito competitivas... pergunto... então, mas num período em que estamos a aproveitar 5.000.000,00 euros a Fundo Perdido e que não paramos o Concelho nem repercutimos nos fornecedores as dificuldades decorrentes dos investimentos que estamos a realizar, é mau “gastar-se”, cerca de, 225.000,00 euros em juros de cedência de créditos?... tenho o maior orgulho que assim se tenha procedido!...

Se foremos ao Ponto 3.2.1.4... questão da ADSE... se lerem as páginas 1 e 2 do Contraditório, está tudo explicado... mas, basicamente, de que é que estamos a falar?... Não estamos a falar daquilo que retemos aos funcionários e entregamos, porque isso seria uma ilegalidade!... Do que estamos a falar é que, durante muitos anos, chegavam extensas listagens daquilo que era o que a Câmara teria que pagar porque este funcionário ou aquele tinha estado “internado”... não havia possibilidade de validar, não tínhamos meios técnicos nem humanos para o fazer... aquilo que se optou, porque isto já vem do tempo anterior ao meu primeiro mandato, foi ir fazendo... pôr em ordem o presente e ir fazendo acordos sucessivos sobre o passado... quando chegámos a 2010/2013 faltava fazer, porque estava tudo em ordem para a frente, a recuperação de 1999 a 2006... recuperámos, em 2010/2013, cerca de 400.000,00 euros e em 2014/2015 recuperaram os outros 400.000,00 euros e isto ficou limpo!... o que é que acontece?... O Relatório considera que isto não tinha sido adequadamente relevado... trata-se de uma chamada de atenção correcta, mas nunca foi um qualquer valor escondido... o problema é que o tratamento contabilístico foi sempre esse... Quando procedíamos ao pagamento, validadas as faturas, nessa altura, assumíamos a dívida... Acresce que, já por indicação da entidade externa, do Revisor

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

Oficial de Contas, aquando da aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2013... já lá estava relevada contabilisticamente!... a verdade é esta, naquilo que compete à auditoria, e convém que não percamos isso de vista, não há nada a apontar... o resto são considerações de natureza não técnica, que eu respeito, mas, com as quais discordo.

Não posso deixar de fazer aqui umas considerações finais... Quero aproveitar para, porque as ouvi, saudar as intervenções feitas em reuniões do Executivo, dos Senhores Vereadores eleitos pelo PS, Dr. Jorge Mendes e Dra. Nádía Gouveia... intervenções que eu ouvi e que revelaram, a meu ver, três coisas: conhecimento de causa do que estavam a falar, honestidade intelectual e revelaram outra coisa muito importante... coerência com as posições assumidas noutros mandatos autárquicos anteriores... é que, em contraponto a estas intervenções, os Senhores Vereadores eleitos, enquanto cabeças de lista, da CDU e da Coligação CDS/PP-PPD/PSD-PPM, em contraponto, estes Senhores Vereadores, aliás, cuja ausência nesta Sessão da Assembleia Municipal, estranho... talvez porque não lhes agradou a Ordem de Trabalhos... estranho mesmo a ausência e devo dizer que só não foi marcada uma Sessão da Assembleia Municipal Extraordinária devido à dificuldade de compaginar calendários... enfim, muito complicado... mas, é estranho não terem vindo quando é hábito virem!!!!... até porque, convirá recordar aqui que, nos termos da lei, o Executivo presta contas à Assembleia... nenhum Vereador deve observar “*não tenho que lá ir porque não sou Deputado Municipal, sou Vereador*”... Isso é uma atitude politicamente inqualificável... mas, dizer-vos que as intervenções destes Senhores Vereadores constituem um exemplo acabado de incoerência e de hipocrisia política!... aliás, basta lembrar-mo-nos do posicionamento de, quer um quer outro, quando me acompanharam, quando comigo colaboraram na gestão municipal e o que as actas, relativas a esses mandatos, mostram... é que nunca questionaram estes procedimentos!... Antes, bem pelo contrário... como é que é possível que responsáveis políticos, com história política cuja verificação das actas, quando eram eleitos em mandatos anteriores, tiveram um posicionamento... está lá, basta lê-las... e depois conseguem navegar em cima de considerações não técnicas, e, num mero acto de oportunismo político, afirmar que as conclusões “arrasam” a gestão...

Quero-vos dizer, ainda, que esta gestão de 2010/2013, já tinha sido escrutinada nos órgãos municipais, todos os anos, com as votações que vocês conhecem... mas, acresce que ela foi sufragada politicamente, pois não é separável nem dissociável a vitória eleitoral do PS para este mandato que está em curso, com a prática política de 2010/2013!!!!... até porque foi assumida a continuidade coerente no plano político, naturalmente com adequação aos novos tempos, com estilos diferentes, mas o programa era de continuidade, sempre assumida!... Esta também é uma gestão que foi sufragada politicamente, com mais uma vitória eleitoral!!!!... Agora foi validada por uma auditoria... e, foi validada por uma auditoria em que, se excluirmos as considerações de natureza não técnica, que são dispensáveis... a verdade é que essa auditoria não aponta qualquer prática ilegal, nem

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

propõe qualquer sanção!!!... Esta auditoria é uma validação da correção legal daquilo que foi feito em matéria de endividamento e em matéria de controlo da situação financeira entre 2010 e 2013!!!...

Já agora, permitam-me que explique uma coisa, até clarificando melhor aquilo que disse o Senhor Presidente de Câmara Municipal, Mário Jorge... Muita gente acha que fico aborrecido porque se diz que “agora puseram as contas em dia”... eu posso ficar aborrecido é com a interpretação de alguns “tolos impreparados”... porque, reparem... do cumprimento da lei, a partir de 2015, de um lado a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, do outro lado esta Lei 83-C, que veio proibir a sobreavaliação da Venda de Bens de Investimento, do cumprimento desta ambiência legal, qualquer Câmara que cumpra a lei, que cumpra a ambiência legal, tem que apresentar uma dívida zero ou quase zero!!!... só documentos de passagem, porque não há nada a fazer!!!... Qualquer Câmara, quando faz o Orçamento, verdadeiramente não pode sobreavaliar nenhuma receita... o Orçamento deixou de ser um exercício de previsão e passa a ser um primeiro exercício de prestação, à anteriori, de contas... porque, vejam as receitas... receitas de água, é a média aritmética... receitas disto, é a média aritmética... ou seja, não há nenhuma janela legal que permita qualquer tipo de sobreavaliação... É o que ele diz, feliz ou infelizmente, é outra realidade legal... Com esta realidade legal, uma Câmara, para fazer uma despesa, tem que assumir o compromisso, tem que ter lá o dinheiro praticamente parado... em bom rigor... hoje... as Câmaras Municipais, de duas uma... ou têm uma dívida acumulada, que foi objeto de um Programa de Apoio ou de recurso ao Fundo de Apoio Municipal... a Câmara Municipal de Soure, porque, sem dívida acumulada, em vez de ter tido necessidade de recorrer ao Fundo de Apoio Municipal, é contribuinte líquida do Fundo de Apoio Municipal, que apoia as Câmaras que dele precisaram e precisam!!!... A Câmara Municipal de Soure não recorreu ao Fundo de Apoio Municipal, não teve necessidade de pedir qualquer empréstimo para “saneamento” financeiro... Antes, pelo contrário, a Câmara Municipal de Soure, dada a sua boa saúde económica contribui para o Fundo de Apoio Municipal... Esta é que é a realidade!!!... Portanto, entenda-mo-nos quanto a isto... Nesta altura, uma Câmara Municipal, pode ter como que duas realidades: uma, a que está no âmbito do Fundo de Apoio Municipal, é como se fosse um passado; e, depois, a realidade do que está a acontecer... a Câmara Municipal de Soure só tem a realidade do que está a acontecer!!!... Pôr as contas em dia é cumprir a lei!!!... De maneira que, compreendam que eu não pudesse ficar insensível... julgava eu que não tinha mais que falar sobre o período 2010/2013 porque todos os documentos estavam aprovados, tudo tinha sido validado e verificado, porque tínhamos ganho as eleições e porque estou, como sempre estive, de consciência tranquila!... mas, Senhores Deputados Municipais, designadamente os dos partidos das Coligações que me “atacam” nas reuniões do Executivo Municipal... volto a reafirmar que se quiserem qualquer Sessão Extraordinária, com a presença dos Senhores Vereadores que me atacaram, de forma covarde, porque “fugiram” ao Contraditório, estou disponível para a marcar!...”

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

**Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Dr. Francisco Malhão:** “ficámos todos aqui como que convencidos mas eu julgo que uma tal instituição, como a IGF, vem fazer uma auditoria, que dá a hipótese de Contraditório... não tem que nos convencer a nós, tem que convencer a IGF. Estamos dispostos a aceitar essa contradição... que se faça o contraditório... mas a IGF é o quê?! São incompetentes?! Agora... é um documento público, é uma instituição que tem crédito, não vemos onde está aqui o problema de divulgar o relatório da auditoria...

Relativamente aos anos em que a nossa Vereadora esteve, essa era uma prática, mas, na altura, não houve nenhuma auditoria a dizer que isto era uma má prática. Portanto, nós limitámo-nos a dizer o que está aqui no relatório. Se o relatório está mal, contradigam-no e nós faremos a divulgação desse contraditório, aliás, dizemos também se alguma instituição demonstrasse, nesse período em que a nossa Vereadora fez parte do Executivo, que realmente havia má gestão ou havia problemas e irregularidades, com certeza seríamos os primeiros a tentar perceber e a tentar emendar, que é o que nos parece, a nós, que está a ser tentado por em prática pelo actual executivo desde que essas práticas de gestão foram objecto de reparo. Essa é a nossa leitura... nós temos a nossa opinião política, exprimimo-la e o Senhor, com certeza, terá a sua.”

**Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Gouveia:**

“Senhores Deputados Municipais... uma Câmara ou uma Assembleia Municipal, ou eu próprio, não tem que, nem deve debater política com a Inspeção-Geral de Finanças... Com a Inspeção-Geral de Finanças importará contrariar ou não qualquer eventual detecção de ilegalidades e consequente proposta de sanções... Como a Inspeção-Geral de Finanças não nos acusa de nenhuma prática ilegal, nem propõe nenhuma sanção... Agora devo debater politicamente a tentativa de aproveitamento político feito, por alguns, de forma contraditória e hipócrita com o seu posicionamento anterior!... Eu estou aqui a debater política... À Inspeção-Geral de Finanças foi apresentado em devido tempo o Contraditório da Câmara Municipal que, aliás, integra o Relatório Final!... Não sei se os Senhores Deputados Municipais o leram. Se ainda não o fizeram é uma leitura que se recomenda... A opinião dos Senhores Auditores sobre o que deveria ou não deveria ter sido feito em termos de sobreavaliar ou não... eles não dizem que é má prática, dizem que potencia... deviam ter explicado melhor, é como quem diz que aquilo é um medicamento... se o usarmos de forma exagerada... mas, foi bem usado!!!...

Agora, há uma coisa que eu sei que dói... e o Senhor Deputado Municipal é um bom exemplo disso nalgumas matérias... sabe que nós não podemos, quando colaboramos com quem governa, ter uma opinião e quando estamos na oposição, sobre o mesmo assunto, termos opinião diferente... Fica mal... não é intelectualmente honesto!!!...”



## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

**Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Dr. Francisco Malhão:** “eu funciono em função da relação que há e perante essa relação, faço as minhas opções e a relação que temos com este Executivo é de maior abertura, isso não tenha dúvidas...”

**Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Dr. Rui Cunha:** “vou fazer uma pequena intervenção, para não dar também o tempo por mal empregue ter vindo aqui hoje, uma vez que já estava a ficar cansado de uma troca de elogios dos Senhores Deputados Municipais para o Executivo, do Executivo para os Senhores Deputados Municipais. Faz sentido que nós nos dirijamos mutuamente mas também faz sentido que não caiamos em grandes exageros e a minha intervenção é para fazer um comentário à intervenção de Vossa Excelência e começava por dizer que a compreendo porque, como se diz na gíria do nosso povo “*quem não se sente não é filho de boa gente*” e, por conseguinte, faz todo o sentido que nos dê algumas explicações sobre a forma como viu, encarou, analisou este relatório. Creio que consegui identificar, na sua intervenção, duas vertentes: uma tem a ver com o timing do conhecimento do próprio relatório, ou seja, com o modo operando... não fiquei a perceber muito bem se da Inspeção-Geral de Finanças se doutrem, Vossa Excelência não é pessoa para ficar por meias palavras. Penso que nos possa esclarecer sobre aquilo que quis dizer com as insinuações que fez à cerca do momento em que este relatório é tornado público... se não o fizer, também o entenderei. A outra vertente, prende-se com o conteúdo do relatório, com as observações que se fazem, com as conclusões que nele são postas. Relativamente a isso, sinceramente não me atrevo a dizer nada, ou não me atrevo a dizer grande coisa pois não tenho conhecimentos técnicos, não tive a oportunidade, se calhar se a tivesse também não era capaz de o fazer, de verificar os documentos, verificar todos esses elementos que é suposto que esta Comissão teve acesso e, por conseguinte, limito-me, como disse o Senhor Deputado Dr. Francisco Malhão, a ler o que está aqui. Compreendo que estão aqui coisas que não são simpáticas, não sei se isto é verdade ou não porque, como lhe digo, não tive acesso, nem tenho conhecimentos técnicos, nem formação para chegar a essa conclusão mas uma coisa me parece que poderei comentar, que é o seguinte: pareceu-me que a intervenção de Vossa Excelência é, de facto, uma intervenção contra aquilo que se chama falta de rigor, falta de preparação e falta de conhecimento das coisas, dos elementos que fizeram esta inspeção e, portanto, quanto a isso, penso que o que esta Assembleia poderá fazer é, de facto, registar o seu desagrado, a forma como, efectivamente, viu estas conclusões e, sobretudo, a forma como isto lhe desagradou e que acha, do seu ponto de vista, que isto está incorrecto. Não sei se está se não está. Há aqui coisas, realmente, que são, parecem-me, conclusões que, como disse e bem, mais políticas que outra coisa, há outras que

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

parecem que são observações técnicas... fiquemos com essa informação, fiquemos com o registo do seu desagrado.

Diria apenas mais uma coisa, já é um outro comentário, que tem a ver... penso que, até este momento, em que Vossa Excelência teve a fazer a análise destas conclusões do relatório, foi claríssimo e, na parte final, disse uma coisa que eu me permito discordar, que é a validação eleitoral desta gestão técnica. A validação é uma validação política e estamos a falar de um documento que pode, eventualmente, não ter grande rigor técnico, como disse, e não tenho condições para o contrariar, nem quero contrariá-lo, mas a validação eleitoral é uma validação política, de gestão política e não de gestão técnica.”

### **Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Gouveia:**

“peço desculpa, é inevitável que entre em diálogo... eu não quis dizer que o mandato já estava avaliado tecnicamente com as eleições... quis dizer que a gestão relativa a este período já foi escrutinada na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal, todos os anos, já foi objeto de uma avaliação política, que se faz por eleições e, agora, foi avaliada por mais uma auditoria, direcionada ao controle do endividamento e da situação financeira... sobre a auditoria... repare, que eu respeito tudo aquilo que são as observações, “conclusões e recomendações” de natureza técnica... respeito-as todas... agora, quando se parte daquilo que é a recomendação pedagógica para a consideração política ou, se quiser, a consideração não técnica sobre como se deveria fazer, mas não se diz que é ilegal... pergunto-lhe... como Jurista, o Senhor Deputado Municipal, nesse relatório, vê qualquer denúncia de algum ilícito criminal?... Vê qualquer proposta de alguma sanção?... então estou esclarecido quanto à conclusão... numa auditoria desta natureza, aquilo que nos importa é que se avalie se foi cumprida a lei ou não...”

### **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:**

“na presença de um elemento importante, não fosse, como já tive a oportunidade de referir no início desta sessão, a sua extemporaneidade na apresentação, não foi valorizado politicamente em sede de reunião do Executivo, neste órgão, com qualidade e ao qual é sobejamente destinado, para apreciação política e técnica, também não vimos aqui qualquer apoio ao ênfase que foi dado ao mesmo. Pronunciei-me sobre este documento na fase do Contraditório, não o fiz nas duas reuniões onde os Senhores Vereadores, Dra. Nádía Gouveia, Dr. Jorge Mendes, Dr. Carlos Páscoa e Dra. Manuela Santos, falaram no documento porque, com outros assuntos de maior preocupação naqueles momentos, achava que este documento tinha, até à data, tempo para uma melhor apreciação. Aquilo que o documento final trás, os Senhores não o podem confirmar porque não tiveram a primeira versão, mas eu posso, os serviços também o fizeram, aquilo que é o

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

Contraditório, o qual eu concordei em 24/08/2015 porque também me preocupava, e preocupou bastante, em 2015, o que é que isto vinha a traduzir. Recordo aqui a pergunta final do Dr. João Gouveia ao Dr. Rui Cunha, “há aqui alguma pena? Há aqui alguma sanção? Há aqui algum ilícito?”... hoje não, em 2015, quando isto nos surgiu, não se sabia o que é que isto ia traduzir. Até chegar à fase do Contraditório, eu próprio receei pelos Considerandos que o próprio Relatório continha, pudesse estar aqui, de facto, alguma coisa. Ainda assim, os serviços prepararam a resposta e o Contraditório, com o qual concordei e subscrevi na totalidade, porque sou eu que ofício, era eu que estava com essa responsabilidade de apresentar esse Contraditório e ele já foi aqui devidamente escalpelizado pelo Dr. João Gouveia e, portanto, também aquilo que o Senhor Presidente da Assembleia aqui hoje disse não acrescenta nada de substancial relativamente ao Contraditório. Nem o relatório final desvaloriza ou contradiz aquilo que são as nossas pretensões, pura e simplesmente ignora, o que nos causou algum constrangimento e estranheza. Também a mim me preocupa, quando vier a avaliação deste mandato, quem é que cá está para defender algumas destas acusações... uma coisa é bem clara e foi aqui dito, várias vezes... cada lei no seu tempo, cada coisa no seu tempo, por isso, há situações de gestão do próprio País e das Autarquias, que podiam ser feitas de uma maneira e agora têm que ser feitas de outra, forçosamente, quer haja vontade criativa dos actuais dirigentes, quer não haja.

Quando nós encontrámos - diz o Contraditório - dívida à ADSE... já foi sobejamente explicada, está explicada no Contraditório, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Gouveia acabou de explicar qual foi o procedimento que entendeu fazer para a regularizar, a suposta dívida que este Executivo apanhou, honrámos os nossos compromissos, num plano que encontrámos aprovado e aqui é preciso relevar um pormenor. Havia um plano de pagamentos aprovado, com a ADSE, que vinha sendo cumprido e foi no início de 2014, que até houve alguma falha e depois resolvemos apressar e antecipar até o pagamento do mesmo, precisamente para não andar aqui com esta chamada de atenção, porque o plano não tinha sido publicado em nenhum órgão oficial e entendemos que poderia haver alguma fragilidade no mesmo e resolvemos, por opção nossa, por isso é quando dizemos “contas em ordem”... a conta da ADSE está aqui refletida, no Contraditório, havia um plano de pagamentos e a correspondência que o suportava, entre os Executivos de então e a própria ADSE, e nós tinha-mo-lo como um entendimento tácito. Quando começámos a perceber que nos causava algum desconforto, foi uma decisão política, entendida pela maioria do Executivo, fazermos um esforço de arrumar com esta conta da ADSE e resolvemos pagá-la.

A questão do PRED e do PAEL, duas dívidas que foram feitas no mandato... também estão aqui explicadas no Contraditório, uma foi de cofinanciamentos comunitários, outra foi para pagamentos a devedores de conta corrente, portanto, fornecedores de conta corrente que tivessem em dívida há mais de 90 dias. Uma questão gestonária, uma altura

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

em que o País está em crise, em que o próprio Portugal vai ao financiamento externo e que deu a possibilidade às Autarquias Locais, com um financiamento da Direcção-Geral do Tesouro, fazer uma gestão da dívida, não sobrecarregando tanto os fornecedores e com um financiamento de longo prazo, poder manter o investimento.

Eu próprio, cheguei à colaboração, quando fui Adjunto do então Presidente, Dr. João Gouveia, lembra-me perfeitamente que apanhámos um overbooking de obras no Programa AGRIS e que, em final de ano, conseguimos alcatroar a estrada que liga Cotas ao Pombalinho, alcatroar a estrada da Cardeira que liga ao Concelho de Pombal e outra que liga a Chãs, a estrada que liga a Zona Industrial de Queitide à Capela de Porto Godinho e que isso implicou alguma engenharia financeira e houve fornecedores que tiveram, certamente, que ver renegociado o seu... recorrer a esse tipo de financiamento imediato, que não um empréstimo para satisfazer essas necessidades e, portanto, muitos deles, porque a lei o permitia, hoje não permite... hoje, quando temos uma obra financiada com fundos comunitários, é necessário que todo o procedimento de contratação pública esteja correto, é necessário que a fatura bata certo com os autos de medição, é necessário que o pagamento seja feito por transferência bancária e que seja provado que foi descontado na conta do prestador do serviço e não noutra. Naquela altura, o recibo e a cópia do cheque, muitas vezes, era meio suficiente para provar o bom pagamento da despesa e fazia fé até para obter reembolsos mais céleres. Hoje, para se obter o reembolso de uma obra financiada, espera-se anos. Senhora Vereadora, Dra. Nádía Gouveia, penso que ainda este ano, recebemos algumas verbas de 2013, de 2012, de 2011, de retenções, a aguardar a avaliação... então essa receita, onde é que está contabilizada? Quando o POCAL acaba por ser um mero balancete... isso está cá explicado, o porquê dos juros de mora, foi explicado, era o recurso aos factorings ou outro expediente equivalente... coisas que hoje não são possíveis fazer.

No Ponto 3.2 do Contraditório, e depois de ter comparado o relatório final com aquele que foi o relatório sobre o qual incidiu o contraditório, a tal conta dos Bens de Investimento, que toda a gente sabe o porquê da proibição no Orçamento de Estado para 2015, nós em 2014, ainda assim, temos lá pouco mais de 1.000.000,00 euros, mas também, se repararem, tenho que defender a minha posição de Vereador nessa altura, e defendo-a com honra e com orgulho, por ter pertencido a esse Executivo, a tempo inteiro, de facto, o Senhor Presidente confiou em mim, enquanto Vereador, pouco mais tinha que fazer, mas tinha, nestas áreas dos fundos comunitários, um trabalho que muito me orgulhava, da boa execução e do bom aproveitamento que tivemos então e, pena tenho eu de, neste momento, não estarmos nos mesmos indicadores que tínhamos nesse ano, porque temos 5.000.000,00 euros de obras financiadas a 80% e ainda não chegámos lá e já vamos em 2017 e as obras são para executar até 2020. Naquela altura, a meio do Quadro Comunitário de Apoio, que começou em 2008, em 2012 já tínhamos obra executada.

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

Dizia eu, que mesmo a Venda de Bens de investimento, já tinha dito, e já tinha em prática um plano, porque sabia que a sustentabilidade desta prática não era, efectivamente, saudável... portanto, esta prática vinha sendo colocada em prática... a participação comunitária em projectos financiados, de facto, causa este problema e agora volto-me para a Senhora Deputada, Dra. Fátima Nunes, que acha que ficar com dinheiro em caixa... é preciso fazer mais obra...mas como o Senhor Presidente da Assembleia, Dr. João Gouveia, explicou, e bem, a lei não é a mesma de há 5 anos atrás porque, hoje, a execução está dependente da questão orçamental e de uma amarra de correntes à questão orçamental, que não nos deixa margem de avançar mais nas obras e, por isso, quando passamos um saldo de Conta de Gerência, tem a ver, principalmente, com compromissos que estão assumidos. O nosso saldo de Conta de Gerência foi de 945.000,00 euros, aquilo que disponibilizámos, que é um duodécimo do nosso orçamento normal, é superior a 8%, cerca de 12% e a nossa execução foi de 93%, ou seja, sobrou-nos cerca de 12% da receita mas fizemos uma execução, não de 88 mas 92%, há aqui um ganho de 4% que nós, ainda assim, conseguimos sem ter possibilidade de fazer uma prática que era permitida e que foi bem usada no passado mas que não pode ser usada no presente.

A questão dos empréstimos já foi referida, para que é que serviram e a questão dos pagamentos e do prazo médio de pagamentos... depois acaba, em 2003, com 55 dias e, portanto, nós estamos a corrigir.

Questão da Recomendação da Conta de 2014... espero que chegue depressa a Recomendação da aprovação das Contas de 2015 e as de 2016 porque, isso sim, com essas recomendações é que, pedagogicamente, vale a pena fazer alguma coisa.

Relativamente ao Controle Interno, temos uma Norma de Controle Interno, não temos um gabinete interno de auditoria, isso implicava afectar mais recursos do que aqueles que existem, mas aquilo que está espelhado nas nossas contas é o seguinte: toda a despesa só pode ser autorizada por quem tem competências para o fazer, o Presidente de Câmara e em quem ele delegou essa competência. No caso do actual Executivo, no Vice-Presidente, Dr. Jorge Mendes, na Dra. Nádía Gouveia, que está em regime de permanência e, na área da Juventude, na Vereadora, Dra. Manuela Santos, só estas pessoas podem autorizar despesa, portanto, todos os documentos passam pelas nossas mãos, com a agravante de que a efectiva boa despesa, portanto, a ordem de pagamento é, em noventa e tal por cento, feita por nós, até a prática do pagamento feita, de grosso modo, por transferência bancária, onde o dinheiro é encaminhado e a despesa tem o destino final bem identificado, daquilo que são também orientações que o próprio Estado vai tentando aperfeiçoar... lembrem-se que foi dito há pouco tempo que quem quiser fazer compra de imóveis vai ter que dizer com que meio de pagamento é que o está a fazer, nós, a própria orientação da despesa, onde é que a despesa cai, até isso já tínhamos implementado.

Senhor Presidente da Assembleia, as minhas respostas a este documento foram dadas. Visto que o mesmo não foi alterado daquilo que foram as suas considerações em 2015, a

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

minha resposta encontra-se em tudo o que está escrito nestas sete páginas do Contraditório, e está subscrito.

Há aqui, agora, uma interpretação e um comentário que também faço, e aí subscrevo o Senhor Vice-Presidente, Dr. Jorge Mendes, nos comentários que teceu em sede de reunião de Câmara. Nós temos que ter, como em tudo na vida, uma análise crítica em todas as situações com que nos deparamos, não nos podemos conformar quando nos querem vender um produto como sendo muito bonito e muito útil, porque pode ser uma fantasia, e também não nos podemos conformar quando nos tentam mostrar um produto que pode ser fantasmagórico, pode ser horrendo, como se aquilo fosse a grande verdade. Portanto, como se costuma dizer, nós e no dia a dia, todos nós somos, temos que ter um espírito crítico para resolver as situações com que somos confrontados. “Nem tudo o que luz é ouro”, “nem tudo o que é negro é mau”. Estamos perante uma versão, com comentários de grande carácter de subjectividade e temos que ter uma análise fria e objectiva, como foi a resposta do Senhor Deputado, Dr. Rui Cunha, que é não, não há aqui crimes, não há aqui desconformidades com a lei, não há aqui matéria penal, não há aqui irregularidades. Pena tenho eu de não virem já as auditorias necessárias, também ao ano de 2015 e pronto a entregar para 2016. Temos auditoria externa, paga pela Câmara Municipal e com a responsabilização de um Revisor Oficial de Contas, que tem feito as suas recomendações e que tentaremos acolher e, obviamente, melhorar.

Dar-vos nota que ainda há uma outra inspecção, que foi efectuada à parte do pessoal, também na mesma época, no ano de 2014, e que ainda não veio qualquer resultado, nem para Contraditório. Aquilo que tentámos obter foi alguma informação, da parte da IGF, ela abarca ainda parte do mandato anterior - 2012/2013 -, na área da Contratação do Pessoal e dos Recursos Humanos. Foram feitas algumas correcções, aguardamos, desde final de 2014, por um resultado idêntico. Espero que ela venha em tempo útil para que possamos, num período que foi conturbado, com diversas alterações à legislação laboral, leia-se que a Lei da Contratação em Funções Públicas esteve em vigor até 2015, que foi a lei das 35 horas. Essa lei, em 2016, foi alterada. É natural que nesse período houvesse diversas interpretações, falta de legislação que não foi regulamentada e isso pode, amanhã ou outro dia, fazer chegar aqui uma situação parecida com esta, que é haver algum auditor da IGF que, à luz de leis actuais, faça interpretações à luz de leis que já estão ultrapassadas.

Senhor Presidente da Assembleia, saúdo a forma como o Senhor defendeu a sua honra, e bem, enquanto Presidente da Câmara na altura. Da parte que me toca, já o disse também em reunião de Câmara, fiz a respectiva comparação e que muito me orgulha ter feito parte desse Executivo e que a minha subscrição e Contraditório ao documento que o Senhor acabou de analisar, foi subscrito com a palavra “concordo” e enviada, em tempo útil, à IGF.”

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure,  
realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do  
Município, em 28 de Abril de 2017**

**Foi** **tomado** **conhecimento.**

-----  
-----

**Período de Intervenção do Público**

**Usou da palavra o Município, Arquitecto Sérgio Oliveira:** “o assunto que me traz aqui tem a ver com a intervenção na Quinta de Santa Cruz. Sou residente em Cabeça Carvalha, Freguesia de Vinha da Rainha, e é com alguma apreensão que estou a assistir à intervenção que está a ser feita na Quinta de Santa Cruz. Para quem não sabe, neste momento está a ser completamente desmatada, é voz corrente que foi adquirida pelo Grupo Lusiaves, para plantação de eucaliptos e posterior instalação de aviários... isto é o que se ouve falar, na prática a população não sabe, propriamente, o que está a acontecer. O que sabemos é que há intervenção e estão lá bulldozers a proceder à intervenção. Na Vinha da Rainha todos se lembram do que se passou há uns anos, quando alguém decidiu trazer o estrume de aviário, no verão, e fomos infestados por uma praga de moscas durante bastante tempo. Eu consultei o actual PDM e este, atualmente, não permite a instalação de aviários naquela zona pois toda aquela área está classificada como turística, à luz do actual PDM. A pergunta que eu, se me é permitido fazer e gostaria de endereçar ao Senhor Presidente da Câmara, é qual vai ser a sua posição no âmbito da revisão do PDM que está em curso, se vai de diligenciar para alterar a classificação do solo, actualmente turístico, para qualquer outro que permita a seleção dos aviários em detrimento da qualidade de vida da população ou se o mesmo se irá manter como turístico, pois sendo turístico não haverá lugar para a instalação de aviários.

Também, se me é permitido, deixar uma questão aos Presidentes das Juntas de Freguesia de Vinha da Rainha, Samuel e Gesteira, com o qual confina a Quinta de Santa Cruz, há semelhança de aquando da problemática dos caulinos, se vão tomar alguma iniciativa para esclarecer a população das Freguesias.”

**Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:** “trás-nos aqui uma pergunta que já tem na sua mesma questão parte da resposta. Portanto, entrou nos serviços, há mais de um mês, um pedido de Parecer enviado pelo CNS, cujo requerente, uma empresa com sede no Concelho de Vouzela, Distrito de Viseu, que, pode ou não, pertencer ao grupo Lusiaves, para um projeto de reflorestação. Os serviços instruíram o processo, sugeriram um Parecer Favorável que foi dado para um projeto de reflorestação, nos termos da lei em vigor. Fez uma outra pergunta sobre o futuro PDM,

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

nós, de facto, como é público, porque está em consulta pública, estamos a pedir contributos para o REOT, para aquilo que foi o Relatório sobre o Estado do Território, não chegaram referências nem contributos para o REOT, que foi aprovado e enviado para a CCDR e, entretanto, na última Assembleia Municipal foi aprovado e na última Reunião de Câmara foi dado o impulso administrativo para a revisão do PDM, embora depois haja discussão pública e haja pedidos de contributos, nós já estamos a aceitar pedidos de contributo, que estão a ser juntos ao processo, isto porque a revisão do PDM não é um ato de gestão política do Executivo Municipal, muito menos do Presidente da Câmara e nem sequer da própria Assembleia Municipal. A Câmara Municipal há-de aprovar, a Assembleia Municipal há-de aprovar, ou não mas só aprovará no fim de um conjunto de Pareceres e decisões que transcendem a nossa própria competência. Nunca é de mais salientar que o conjunto de instituições que partilham o direito de voto nas comissões que, onde validada a proposta do PDM, no caso de Soure, serão cerca de 31 direitos de voto, onde o Executivo Municipal é apenas um. Está dado o impulso, o PDM, o novo, o futuro, há de ser aquilo que a estratégia municipal assim ditar e que seja aceite por essas tais cerca de 30 entidades, a maior parte delas de tutela e vinculativas e, portanto, numa Assembleia Municipal como a de hoje, aquilo que o Presidente da Câmara pensa, qualquer que fosse aquilo que eu dissesse aqui que pensava sobre o assunto, valerá, para já, nada ou muito pouco. Portanto, acho inócuo estar aqui a pronunciar-me sobre o que é que eu acho sobre a Quinta de Santa Cruz.”

**Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Evaristo Duarte:** “agradeço a sua intervenção e a sua preocupação que também é a preocupação dos utentes e dos residentes da Freguesia da Vinha da Rainha. Essa problemática, que levantou da questão ambiental relativamente à futura ou pseudo - ainda não se sabe de nada, pelo menos eu não tenho conhecimento - instalação das infraestruturas referentes à Lusiaves, penso que essa preocupação também é minha e será a das pessoas residentes na freguesia. Como foi dito pelo Senhor Presidente de Câmara, nós ainda não levantámos essa questão porque a Revisão do PDM ainda não está em discussão, pelo menos quanto eu saiba, aquando dessa oportunidade estaremos atentos e tudo faremos também para acautelar as pseudo consequências que possam surgir, em termos de saúde ou em termos ambientais, para aquela zona.”

**Usou da palavra a Senhora Deputada Municipal, Dra. Teresa Pedrosa:** “aquilo que que tenho para dizer sobre este assunto, o conhecimento que tenho é pessoal porque moro lá perto e passo lá quase todos os dias, e sei que efetivamente decorre um processo de reflorestação da Quinta com a limpeza das infestantes que abundam por lá, e o conhecimento que tenho é pessoal não chegou à Junta Freguesia qualquer conhecimento oficial... soube agora pelo Senhor Presidente de Câmara que efetivamente há um pedido



## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

de licenciamento para reflorestação não há outro conhecimento ou outra informação de que a entidade que eventualmente terá comprado a Quinta de Santa Cruz queira fazer ocupação do solo com outro tipo de infraestrutura ou dar outra ocupação que não seja a reflorestação que esteja a fazer. Oficialmente as Juntas de Freguesia, pelo menos a Junta de Freguesia de Samuel não teve conhecimento rigorosamente nenhum de qualquer tipo de intenção.

À semelhança daquilo que aconteceu com os caulinos sempre que estiver em perigo e estiver em causa o meio ambiente e a saúde das populações, obviamente que estaremos atentos e tudo faremos para que, em primeiro lugar, esteja a defesa do meio ambiente e da nossa freguesia.”

**Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Dr. Rafael Tralhão:** “da parte da Junta de Freguesia de Gesteira, que aqui represento, União de Freguesias de Gesteira/Brunhós, também, à semelhança dos meus colegas, não nos foi endereçada qualquer informação relativamente à situação em causa. É óbvio que também estamos atentos, estamos preocupados com o que poderá ser porque, à semelhança também do que o Senhor Arquiteto ouve dizer, nós também, enquanto cidadãos que falamos com as pessoas, as pessoas vêm-nos trazendo algumas informações de origem pouco fidedigna, sendo tudo na base das suposições. No entanto aquilo que, em nome da Junta de Freguesia, quero dizer ao Senhor Arquiteto é que estaremos atentos e lutaremos sempre pelo superior interesse da comunidade da União das Freguesias de Gesteira/Brunhós e, quando houver algo de concreto e se houver algo concreto, estaremos disponíveis para encetar acções, como já no passado encetámos quando houve também algumas ameaças concretas em relação àquele mesmo local.”

**Usou da palavra o Município, Arquitecto Sérgio Oliveira:** “desde já agradecer a respostas que foram dadas mas nomeadamente a resposta do Senhor Presidente... eu pedi-lhe opinião e o Senhor Presidente não a emitiu. O Senhor é também residente naquela Freguesia, deve ter uma opinião, pelo menos, se não como Presidente como pessoa. Eu só queria alertar para esta situação, obviamente que agora não vai haver aviários porque o nosso PDM não o permite, aquilo está classificado como espaço para turismo e não o permite. A situação que gostaria de ver acautelada na próxima revisão é que não houvesse alteração do solo porque qualquer outra alteração do solo vai permitir a instalação de aviários.

Obviamente, os Senhores são Deputados, são Presidentes de Junta, são Vereadores... esta decisão é tomada, quer queiramos quer não, é uma questão política a alteração da classificação daquele tipo de solo. Ninguém vai mudar um espaço de turismo para florestal sem ser uma decisão política. Desculpem-me a franqueza mas esta é a realidade.”

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

**Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Jorge Nunes:** “a opinião dos cidadãos é discutida noutros sítios e tendo em conta que já é público que estou pré disponível para ser candidato às próximas eleições autárquicas, até tive medo, na primeira intervenção, que qualquer minha intervenção neste órgão, a um pedido de um Município pudesse trazer para este órgão qualquer tipo de sessão de esclarecimento e haverá espaço público para a discussão e eu não fugirei a ela. Mas tenho uma opinião, de facto, sobre o território, quem está aqui há quatro anos, como Presidente de Câmara, uma das nossas principais preocupações é o planeamento e a procura de soluções que viabilizem/sustentabilizem o Concelho, que sejam criadas condições de qualidade de vida e de atração de investimento, obviamente que isso me tem preocupado. Se somarmos a esses 4 anos como Presidente de Câmara, também 4 anos como Vereador e 50 anos como cidadão ativo na vida social do Concelho, obviamente que tenho uma opinião, tenho a opinião que, de facto, a Quinta de Santa Cruz, no estado em que ela estava, não serve nenhum dos interesses do Concelho de Soure, quer no aspecto ambiental, quer no aspecto económico, quer no aspecto turístico, quer no aspecto da gestão do território. Não fosse estarmos a falar com um Arquitecto, que também nasceu e foi criado no Concelho de Soure, onde trabalha e onde tem investimentos virados para o turismo, tem uma atividade profissional ligada à gestão do território, portanto, é uma pessoa com conhecimentos, não é um cidadão, enfim, sem conhecimentos técnicos e sociais sobre esta matéria e, porventura, não valeria a pena continuar aqui a pronunciar-mo-nos neste órgão, mas, agora peço a paciência dos Senhores Deputados Municipais para satisfazer alguma da pretensão que o público em geral, que os cidadãos de Soure podem, a partir de hoje, saber qual é a minha opinião sobre o território, sobre aquela região onde estará incluída a Quinta de Santa Cruz.

Primeira questão, o PDM há-de ser um Regulamento que fará lei, e perdoem-me os juristas presentes na sala, que a eles caberá uma análise sobre aquilo que eu possa vir a dizer aqui quando invocar princípios da legalidade, as leis têm que ser generalistas e abstractas e não dedicarem-se a qualquer cidadão, a qualquer empresa ou a qualquer interesse específico em concreto. Nunca podemos analisar aqui qualquer questão de um regulamento municipal que passará a ter vigor de lei aplicado a uma empresa, a uma propriedade em concreto. Vamos falar de questões sempre de uma forma genérica. De uma forma genérica, a situação em que estava aquela zona não interessava ao Concelho de forma alguma. A propriedade, pelo que foi comunicado ao Município, foi adquirida por uma empresa, uma sociedade coletiva, que apresentou um plano de reflorestação cuja tutela para aprovar esse plano é do ICNF, ao Município, nos termos da lei, cabe analisar se se quer opor ou se se quer obstaculizar alguma condição a colocar ao processo de reflorestação. Foi dito pelos técnicos que, tendo em conta as condições de perigosidade, e é público a forma como a Quinta estava tratada e aquela zona estava tratada é muito mais vulnerável a ocorrência de outro tipo de situações de protecção civil, de combate aos

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

incêndios florestais, para não falar de outros e é do conhecimento técnico que, havendo um tratamento efetivo de ordenamento florestal, de ordenamento do território, é até do próprio interesse dos próprios proprietários salvaguardar esse tipo de situações e, portanto, o risco e a gestão dos prédios serão sempre melhores.

Sobre o futuro há que saber que o PDM é um instrumento de gestão global para o Concelho, para o qual tem que contribuir um conjunto muito diversificado de factores e da gestão do próprio território. Em concreto, existem cerca de mais de 200 hectares naquela zona, que estão destinados para habitação e turismo. Aquilo que temos que admitir é o seguinte: o Município de Soure tem outras regiões do Concelho que precisam de também estar dedicadas à habitação e turismo, começa a fazer parte do dossier da revisão do PDM, um conjunto de pretensões de várias zonas do Concelho que pretendem ver os seus espaços alargados para habitação e/ou turismo porque há sítios no Concelho que ficariam bem, teriam grande utilidade serem desafectados, por exemplo da REN, da RAN ou de espaço florestal e afectados a habitação e ao turismo, obviamente que tudo isto tem que ser um meio de vasos comunicantes porque quando se ganha o rácios de ocupação de solo para habitação tem que estar correspondentes com a dinâmica social. Se a população está a crescer, se está a diminuir, onde é que são as zonas do Concelho onde há maior pressão... há aqui um conjunto de fatores que irão contribuir para uma repartição da divisão do território em utilizações do solo. Não posso concordar que para que o Concelho adquira outras potencialidades de desenvolvimento deixe estar o território tal qual como ele está desenhado. Penso que é do senso comum dos habitantes do Concelho de Soure, desde os mais simples aos mais conhecedores destas questões técnicas de gestão do território que o PDM deve ser revisto e só faz sentido se, de facto, vierem a existir, em diversas zonas do Concelho, alterações à ocupação de espaço. Portanto, nunca pode ficar, da minha parte, uma atitude de não responsabilidade de dizer que não se mexe na divisão do território, obviamente que uma zona de 200 hectares não pode passar/mudar de utilização de espaços sem uma discussão profunda sobre a utilização desse espaço, agora também não pode, uma zona de 200 hectares, mais de 2 milhões de metros quadrados, estar a ocupar uma quota de ocupação do solo que não serve a mais ninguém se não a só um proprietário. Não sei se perceberam o que eu disse... aquilo que eu disse é muito importante, não podem nas vossas aldeias ou freguesias que os Senhores representam, exigir-se se alargue mais um bocadinho a área de ocupação de solo para construir e a resposta ser não porque existe um sítio onde estão 200 hectares destinados a habitação e turismo e que não estão a ser utilizados, isso é que ninguém no Concelho vai entender. Portanto, nem o Arquitecto Sérgio Oliveira, nem ninguém me vai ouvir dizer, e era demagógicamente fácil alinhar num determinado diapasão, que não se vai alterar o solo da zona onde está situada a Quinta de Santa Cruz para que tudo fique na mesma. Essa parte, sabem que demagogia, mesmo política, aproximando-se eleições, para essa parte ninguém me leva... leva-me para uma gestão consciente na procura do

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

desenvolvimento do nosso Concelho que implica que, e eu recorde, já estamos a falar de orientação política, 3 chavões que ando há 4 anos a batalhar: um Concelho sustentável; um Concelho solidário e um Concelho mais inteligente e a inteligência é a parte final porque, de facto, com solidariedade, com sustentabilidade, com confiança podemos ir no bom caminho, não é na demagogia fácil de que é para ficar tudo na mesma, não se mexe em nada porque é a forma mais fácil de nós passarmos com um sorriso alegre por todo o lado. Essa parte não me vão convencer, portanto, o meu compromisso, ainda bem que estão cá Deputados de diversas orientações políticas e de diversas tendências e, porventura mesmo dentro da Bancada do Partido Socialista, que é a maior representatividade nesta Assembleia e na qual me revejo e para a qual fui eleito com o seu apoio, não me revejo numa situação qualquer populista que não viabilize uma boa gestão do Concelho, cuja orientação seja uma distribuição das áreas de construção de acordo com as necessárias pretensões das populações e que viabilize o seu crescimento sustentável e, para haver sustentabilidade tem que haver ambiente, tem que haver uma boa gestão de recursos naturais, tem que haver boa gestão da nossa paisagem. Nós temos vindo a defender que aquilo que se pretende para o Concelho de Soure é o aproveitamento de uma grande potencialidade, que é o turismo e o turismo faz-se com paisagem, faz-se com património, faz-se com gastronomia, faz-se com cultura, faz-se com saúde, também com vias de comunicação de acesso aos grandes pólos que nos rodeiam, desde a onda de McNamara na Nazaré até à Nossa Senhora de Fátima que é aqui a meia hora de caminho. Portanto, esta sustentabilidade, este nosso potencial passa pelo turismo, passa por termos uma boa paisagem na serra, passa por termos que aproveitar os campos do Mondego e, portanto, temos que caminhar no sentido desta compatibilidade.

Se isto serve como resposta ao Senhor Arquitecto Sérgio Oliveira, que fique mais descansado... será que os aviários da Lusiaves são compatíveis com este princípio da sustentabilidade? Se forem, poderão vir a existir. Se alguém achar que eles o são... agora, se acham que os aviários da Lusiaves possam não ser compatíveis com esta sustentabilidade então, se calhar, a sentença será outra, mas isso é uma questão de técnica avaliada na altura própria. Um Concelho mais solidário... e nós somos um Concelho com grande tradição na solidariedade, tem sido esse um dos princípios e uma longa história reconhecida internacionalmente, reconhecida a nível do território, por isso somos um Concelho Familiarmente Responsável, um Concelho que foi aceite recentemente pela Rede das Cidades Saudáveis, um Concelho que apresenta resultados na área da Protecção de Crianças e Jovens como sendo um exemplo nacional... isto é compatível com atentados ao ambiente? Pelos caulinos ou por outro tipo de situações? Não, portanto não vejo porque é que se há-de estar a levantar aqui uma polémica da alteração do território que, de facto, é uma mancha importante, está reservada para habitação e turismo mas também não me vão aqui ouvir dizer que não se vai mexer nesse tipo de utilização porque

## **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 28 de Abril de 2017**

há outras zonas do Concelho que merecem que seja estudada reafecção da quota destinada a habitação e turismo.

Senhor Presidente, peço desculpa por ter entrado também noutra tipo de considerandos mas acho importante que quando é necessária a opinião do cidadão, também Presidente de Câmara e que já publicamente anunciou que está disponível para continuar a ser Presidente de Câmara no próximo mandato, acho legítimo que o Senhor Arquitecto Sérgio Oliveira, ou outro cidadão, possa já ir mais confortável com outro tipo de resposta.”

**Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Dr. Francisco Malhão:**

“congratular-me com o facto de vir um cidadão do nosso conselho, que não pertence a esta Assembleia, apresentar um assunto no sentido da defesa das populações e acho que é de louvar, é assim que a democracia se desenvolve e era bom que tivéssemos sempre mais pessoas que, não sendo eleitos, podem apresentar os seus problemas e darmos a conhecer os mesmos, por acaso não conhecia este, mais um assunto que, na nossa atividade, vai ter a atenção que ele merece.”

Não havendo mais assuntos a tratar, a 1.ª Secretária da Mesa leu em voz alta a Proposta de Acta, em minuta, com o texto das Deliberações hoje tomadas, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Gouveia, deu por encerrados os trabalhos às 18,50 horas.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure,  
realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do  
Município, em 28 de Abril de 2017**

*João Eduardo Dias Madeira Gouveia, Dr.*

A 1ª SECRETÁRIA

*Luísa Margarida Lima Anjo, Dra.*

O 2º SECRETÁRIO

*José Maria Ferraz da Fonseca*